

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Elenita Ferreira Meira Camargo

**DEMOCRATIZANDO O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO
DA UFSCAR – *CAMPUS* SOROCABA**

Sorocaba/SP

2011

Elenita Ferreira Meira Camargo

**DEMOCRATIZANDO O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O
CASO DA UFSCAR – CAMPUS SOROCABA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Dias Sobrinho

Sorocaba/SP

2011

Elenita Ferreira Meira Camargo

**DEMOCRATIZANDO O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O
CASO DA UFSCAR – CAMPUS SOROCABA.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: agosto/ 2011

BANCA EXAMINADORA:

Ass.: _____

Pres.: Prof. Dr. José Dias Sobrinho
Universidade de Sorocaba - UNISO

Ass.: _____

Exam.: Prof. Dr. Waldemar Marques
Universidade de Sorocaba - UNISO

Ass.: _____

Exam^a: Prof.^a Dr.^a Viviane Melo de Mendonça
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Dedico este trabalho a quem acredita na Educação como mola propulsora da transformação da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir realizar mais esta tarefa neste caminho de educadora. Muitas vezes o cansaço se sobressai na nossa rotina, mas uma força vem e nos move, esta força é Divina.

A meu esposo Alexandre e meu filho Alex, pela paciência, incentivo e carinho, quando ao realizar este trabalho lhes furtei algumas horas do convívio familiar.

Aos meus pais queridos, Célio e Ana, que me ensinaram a honestidade, bondade, respeito, perseverança e coragem para o trabalho, valores que me ajudaram a entender a vida e a beleza que nela existe.

Aos meus irmãos: Célio, Eduardo, Sarita, Jovana e Willian, que tive o privilégio de ver crescer, aprendendo a compreender mais as pessoas.

Aos meus colegas do Departamento de Educação de Alumínio, que me apoiaram nos dois primeiros anos e agora aos colegas da UFSCar, que me ajudam a encerrar esta etapa.

Ao Professor José Dias Sobrinho, pela paciência e carinho nesta orientação. És digno de ser chamado de Educador.

Aos docentes do curso de Mestrado, em especial, ao professor Pedro Goergen e ao Professor Vicente de Paula.

Ao Professor Waldemar Marques, pelo incentivo e ensinamentos.

A minhas colegas Frediana e Edinalva, pelas discussões e colaborações.

Tecendo a manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.
[...]

(João Cabral de Melo Neto)

RESUMO

O presente estudo apresenta uma reflexão sobre o processo de democratização do acesso à Educação Superior Brasileira. Em especial, foi realizado aqui um estudo de caso, o da Universidade Federal de São Carlos – *Campus Sorocaba*, implantado no contexto de uma política de expansão formulada pelo Ministério da Educação (MEC). Através de investigação empírica e bibliográfica, este trabalho apresenta um histórico da evolução da educação superior desde o caso dos excedentes, da década de 60 até o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). A expansão da educação superior é representada por números em tabelas e em gráficos. Frente a esta expansão são descritos os diversos programas que buscam formas de atender à demanda da Educação Superior. Entre estes programas enfatizou-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, mostrando que ele busca levar a universidade pública a todos. Neste contexto de expansão e reestruturação é apresentado o *Campus Sorocaba*, cuja implantação veio preencher uma lacuna na educação superior em Sorocaba e região, que por longos anos só contava com instituições privadas, em sua maioria, particulares e algumas comunitárias. Neste novo contexto, através de uma análise dos dados dos candidatos ao vestibular de 2009 da UFSCar – *Campus Sorocaba*, procurou-se identificar se as oportunidades atingiram ou estão atingindo progressivamente os estudantes de Sorocaba e região; se estes estudantes estão tomando ciência desta nova oportunidade de poder usufruir de uma universidade pública reconhecidamente de qualidade. Os resultados deste estudo demonstram avanços na democratização, mas também demonstram que há muito a ser feito e que merece novos acompanhamentos e novos estudos.

Palavras-chave: Educação Superior. Democratização do acesso. REUNI. UFSCar - *Campus Sorocaba*.

ABSTRACT

The present study introduces a reflection about the democratization process of the access to Brazilian Higher Education. In special it was carried out here a case study, from the Universidade Federal de São Carlos – *Campus Sorocaba*, that was implanted in the context of an expansion policy formulated by the Ministério da Educação (MEC). Through empirical and bibliographic investigation, this study presents an evolution of the Higher Education historical since the case of the people excess, from the 60's to the Luiz Inácio Lula da Silva government (2003 – 2010). The expansion of the Higher Education is represented by numbers in charts and graphics. In front to this expansion are described the several programs that look for ways to meet the Higher Education demand. Between these programs, it was emphasized the Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, the REUNI, showing that it seeks to offer the public university to everybody. In this context of expansion and restructuring that is presented the *Campus Sorocaba*, which implantation had filled a gap in the Higher Education of Sorocaba and region, which through long years only counted on private institutions, in its majority, particular and some communities. In this new context, through a candidate data analysis in the 2009 vestibular from UFSCar – *Campus Sorocaba*, it searched to identify if the opportunities reached or are progressively reaching the students from Sorocaba and region; if these students are being notified of this new opportunity of being allowed to utilize a public university recognized in a high level of quality. The results of this study demonstrate advances in the democratization, but they also demonstrate that there is much work to be done, which deserve new accompaniments and new studies.

Key-words: Higher Education. Access Democratization. REUNI. UFSCar – *Campus Sorocaba*.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Evolução do número de IES por categoria administrativa Brasil 1996/2009.....	60
Tabela 2 -	Evolução do número de IES por categoria administrativa Brasil 1970/2009.....	61
Tabela 3 -	Organização Acadêmica das IES 1996/ 2009.....	64
Tabela 4 -	Categoria Administrativa das Universidades – 1996/ 2009.....	65
Tabela 5 -	Evolução dos cursos presenciais entre 1974 a 2009.....	66
Tabela 6 -	Evolução das matrículas na graduação, modalidade presencial, entre 1970 a 2009.....	67
Tabela 7 -	Matrículas distribuídas por categoria administrativa, segundo o turno, no período de 2002 a 2008.....	69
Tabela 8 -	Classificação das primeiras IES públicas em número de matrículas – censo 2008.....	71
Tabela 9 -	IES distribuídas por região de 1996 a 2009.....	72
Tabela 10 -	Número de cursos distribuídos por região de 1996 a 2009.....	74
Tabela 11 -	Distribuição de matrículas por região de 1996 a 2009.....	75
Tabela 12 -	Distribuição de IES nos Estados da Região Sudeste de 1996 a 2009.....	77
Tabela 13 -	Cursos distribuídos nos Estados da Região Sudeste de 1996 a 2009.....	78
Tabela 14 -	Matrículas distribuídas nos Estados da região Sudeste de 1996 a 2009.....	79
Tabela 15 -	Número de IES no Estado de São Paulo – 1996 – 2009.....	80
Tabela 16 -	Número de cursos nas IES no Estado de São Paulo – 1996 – 2009.....	87
Tabela 17 -	Número de matrículas nas IES no Estado de São Paulo – 1996 – 2009.....	88

Tabela 18 -	Atendimento pela reserva de vagas/ cotas indígenas.....	128
Tabela 19 -	Número de vagas oferecidas, entre os anos de 2006 a 2010, no Campus Sorocaba.....	142
Tabela 20 -	Cursos oferecidos pelo <i>campus</i> Sorocaba – UFSCar.....	147
Tabela 21 -	Número de Vagas, Número de Inscritos e Relação Candidato Vaga por Curso.....	148
Tabela 22 -	Optantes pelo Sistema de Reservas por Curso – <i>Campus</i> Sorocaba.....	150
Tabela 23 -	Sexo dos candidatos.....	151
Tabela 24 -	Faixa etária dos candidatos.....	153
Tabela 25 -	Tipo de escola onde cursou o Ensino Médio.....	154

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 -	Evolução das Instituições de Ensino Superior de 1970 a 2009.....	62
Gráfico 2 -	Evolução do número de cursos de 1974 a 2009.....	66
Gráfico 3 -	Evolução das matrículas de 1970 a 2009.....	68
Gráfico 4 -	Matrículas distribuídas por categoria administrativa, segundo o turno, no período de 2002 a 2008.....	69
Gráfico 5 -	Distribuição de IES por região de 1996 a 2009.....	73
Gráfico 6 -	Distribuição de cursos por região de 1996 a 2009.....	74
Gráfico 7 -	Distribuição de matrículas por região de 1996 a 2009.....	75
Gráfico 8 -	Distribuição de IES nos Estados da Região Sudeste de 1996 a 2009.....	77
Gráfico 9 -	Distribuição de cursos nos Estados da Região Sudeste de 1996 a 2009.....	78
Gráfico 10 -	Distribuição de matrículas nos Estados da Região Sudeste de 1996 a 2009.....	79
Gráfico 11 -	Números de IES no Estado de São Paulo de 1996 a 2009.....	87
Gráfico 12 -	Números de cursos nas IES no Estado de São Paulo de 1996 a 2009.....	88
Gráfico 13 -	Números de matrículas nas IES no Estado de São Paulo de 1996 a 2009.....	89
Figura 1 -	Região Administrativa de Sorocaba e os grupos de Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – 2008.....	90
Figura 2 -	Índice sobre a educação básica – RA de Sorocaba.....	91
Gráfico 14 -	Bolsas do PROUNI ofertadas por ano.....	103

Gráfico 15 - Bolsas ofertadas do PROUNI – número de bolsas integrais e parciais – de 2005 ao 2º semestre de 2011.....	104
Gráfico 16 - Bolsistas por modalidade de ensino: presencial e EAD – PROUNI.....	104
Gráfico 17 - Bolsistas por turno – cursos presenciais – PROUNI.....	105
Gráfico 18 - Bolsistas por Região – PROUNI.....	106
Gráfico 19 - Bolsistas na Região Sudeste – PROUNI.....	106
Gráfico 20 - Bolsistas professores da Educação Básica.....	107
Gráfico 21 - Bolsistas por etnia – PROUNI.....	107
Gráfico 22 - Expansão das Universidades Federais – 2003 a 2011.....	116
Quadro 1 - Tipos de inovações pedagógicas nas IFES.....	118
Quadro 2 - Grupos: 4 e 5 do IPRS da RA de Sorocaba.....	127
Quadro 3 - Relação dos polos para apoio presencial dos cursos da UAB-UFSCar	130
Gráfico 23 - Docentes contratados com recursos do REUNI.....	134
Gráfico 24 - Técnicos contratados com recursos do REUNI.....	134
Gráfico 25 - Inscrições nos cursos do Campus Sorocaba – vestibular 2009....	149
Gráfico 26 - Optantes pelo Sistema de Reservas de vagas por curso – <i>Campus Sorocaba</i>	150
Gráfico 27 - Sexo dos candidatos.....	157
Gráfico 28 - Faixa etária dos 5.287 candidatos.....	152
Gráfico 29 - Tipo de escola onde cursou o Ensino Médio – 5.053 candidatos responderam.....	154
Gráfico 30 - Vagas em graduação presencial nas universidades federais (em milhares).....	159
Gráfico 31 - Criação de universidades federais em cada Governo.....	160
Figura 3 - Região Administrativa de Sorocaba – 79 municípios.....	176

Quadro 4 -	Os grupos e os critérios para a formação dos grupos de municípios sobre o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).....	177
Quadro 5 -	Instituições de Educação Superior (IES) da cidade de Sorocaba.	178
Quadro 6 -	Cursos superiores presenciais em Sorocaba.....	180
Quadro 7 -	Relação das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) e seus <i>campi</i>	186
Quadro 8 -	Reitores da UFSCar e fatos.....	196

LISTA DE ABREVIATURAS

ACM – Associação Cristã dos Moços
ADUFSCar - Associação dos Docentes da UFSCar
ANDES – SN - Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CC-FUFSCar – Conselho dos Curadores da Fundação Universidade Federal de São Carlos
CCTS - Centro de Ciências e Tecnologia para a Sustentabilidade
CF – Constituição Federal
CFE – Conselho Federal de Educação
CNE - Conselho Nacional de Educação
CO – Centro Oeste
CONAE – Conferência Nacional de Educação
COVEST – Coordenadoria de Vestibular
CREDUC - Programa de Crédito Educativo
DCE - Diretório Central de Estudantes
EAD – Educação à Distância
EESC/ USP – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo
ENC – Exame Nacional dos Cursos
ENADE – Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes
ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio
EPM - Escola Paulista de Medicina
ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
ESAMC - Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação
FACENS- Faculdade de Engenharia de Sorocaba
FADI – Faculdade de Direito
FAI – Fundação de Apoio Institucional
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FATEC - Faculdade de Tecnologia Centro Paula Souza
FAU – Faculdade Uirapuru
FECAP - Faculdade de Ciências Econômicas do País
FEFISO - Faculdade de Educação Física de Sorocaba
FFLC - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FiDA – Faculdades Integradas Dom Aguirre
FLONA – Floresta Nacional
FMI- Fundo Monetário Internacional
FSO – Faculdade Anhanguera de Sorocaba
FSP - Folha de São Paulo
FUFSCar.- Fundação Universidade Federal de São Carlos
Fundação SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
GTRU - Grupo de Trabalho de Reforma Universitária
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituição de Educação Superior
IESP – Instituto de Estudos Sociais e Políticos
IFES – Instituições Federais de Educação Superior
Imapes - Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP – Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Anísio Teixeira
IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social
ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica
IUP - Instituto Unificado Paulista
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Medida Provisória
N – Norte
NE – Nordeste
OEA – Organização dos Estados Americanos

PAA/ UFSCar - Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de São Carlos

PDE – Programa de Desenvolvimento da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PL - Projeto de Lei

Planalsucar - Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar

PNE – Plano Nacional da Educação

PPCs - Projetos Pedagógicos dos Cursos

PPP – Parceria Público-Privada

PROACE – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSDB – Partido Social Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RA - Região Administrativa

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RG – Região de Governo

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

S – Sul

SDS - Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

SE – Sudeste

SESu – Secretaria de Educação Superior

SINAES _ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SinTUFSCar - Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da UFSCar

Telebrás – Telecomunicações Brasileiras

UAB _ Universidade Aberta do Brasil

UDN – União Democrática Nacional

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UFABC - Universidade Federal do ABC

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFFS - Universidade Federal da Fronteira do Sul
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFGD - Universidade Federal de Grande Dourados
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA – Universidade Federal de lavras
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UFPI - Universidade Federal do Piauí
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do rio Grande do Norte
UFRR - Universidade Federal de Roraima
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UFSP - Universidade Federal de São Paulo
UFT – Universidade Federal de Tocantins
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFTPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UNAM - Centro Universitário Augusto Mota
UnB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIFAP – Universidade Federal do Amapá
UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas
UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNILA - Universidade Federal de Integração Latino-Americana
UNILAB - Universidade Federal de Integração Internacional Afro-Brasileira
UNIP - Universidade Paulista
UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISO – Universidade de Sorocaba
UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco
UniverCidade - Centro Universitário da Cidade
USAID - United States Agency for International Development
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	AS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DO GOVERNO MILITAR AO GOVERNO LULA	
2.1	Na Reforma de 68 – o caso dos excedentes.....	26
2.2	Dos Anos 80 aos 90 – passando pela Constituição Federal de 1988 ao governo de Fernando Henrique Cardoso.....	33
2.2.1	A Constituição Federal de 1.988.....	35
2.3	O Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002).....	37
2.3.1	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –1996.....	40
2.3.2	Plano Nacional da Educação.....	43
2.3.3	Finalizando o Governo FHC.....	46
2.4	O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.....	49
2.4.1	Plano de Desenvolvimento da Educação.....	54
3	A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	
3.1	Seu Significado.....	57
3.2	Expansão da Educação Superior no Brasil.....	58
3.2.1	Expansão das Instituições de Educação Superior (IES).....	59
3.2.2	Expansão dos cursos.....	65
3.2.3	Expansão das matrículas.....	67
3.2.4	Descentralização por região: IES, cursos e matrículas	72
3.3	A expansão da Educação Superior na Região Sudeste.....	76
3.4	A expansão no Estado de São Paulo.....	80
3.4.1	Alguns aspectos históricos sobre a expansão paulista na Educação Superior.....	80
3.4.2	A expansão em IES, cursos e matrículas no Estado de São Paulo.....	86
3.5	A expansão da Educação Superior em Sorocaba.....	89
3.5.1	A Região Administrativa de Sorocaba e o município de Sorocaba.....	90

3.5.2	As Instituições de Educação Superior em Sorocaba.....	92
4	OS CAMINHOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	
4.1	Programas de acesso à Educação Superior.....	98
4.1.1	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).....	100
4.1.2	Programa Universidade para Todos (PROUNI).....	101
4.1.3	Cotas e Ações Afirmativas.....	108
4.1.4	Universidade Aberta do Brasil (UAB).....	111
4.1.5	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).....	113
5	A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – CAMPUS SOROCABA: EM DOIS MOMENTOS – A EXPANSÃO E O REUNI	
5.1	A Universidade Federal de São Carlos - UFSCar – a universidade federal do interior de São Paulo.....	121
5.1.1	Os <i>campi</i> da UFSCar.....	125
5.1.2	A UFSCar e sua participação nos programas de acesso à educação superior.....	127
5.1.3	Dos dois cursos em 1970 ao programa REUNI.....	131
5.2	O primeiro momento - na via da expansão nasce o <i>Campus Sorocaba</i>.....	136
5.2.1	Contextualizando a luta política – um trabalho necessário.....	136
5.2.2	Os primeiros passos da implantação.....	139
5.3	Segundo momento – REUNI no <i>Campus Sorocaba</i>.....	142
5.3.1	Uma análise do perfil do candidato ao vestibular em 2009 dos cursos do campus Sorocaba.....	147
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
	REFERÊNCIAS	165

APÊNDICE A -	Região Administrativa de Sorocaba – 79 municípios.....	176
APÊNDICE B -	Instituições de Educação Superior (IES) da cidade de Sorocaba.....	178
APÊNDICE C -	Cursos superiores presenciais em Sorocaba.....	180
APÊNDICE D -	Relação das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) e seus campi.....	186
APÊNDICE E -	Reitores da UFSCar e fatos.....	196
ANEXO A -	Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.....	198
ANEXO B -	Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.....	204
ANEXO C -	Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.....	216
ANEXO D -	Cronologia da implantação do <i>campus</i> Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos.....	219

1 INTRODUÇÃO

Para que seja possível refletir sobre a educação hoje, é necessário, primeiramente, problematizar o neoliberalismo e suas características multifacetárias, sua retórica ideológica, suas estratégias flexíveis, inovadoras e em constantes oscilações, que pregam transformações econômicas, políticas, culturais e sociais, em nível mundial, mas com profundo impacto local. (SILVA; BALZAN, 2007, p. 234)

Neste contexto neoliberal é que o cidadão vai se deparando com questões sociais que acabam por lhe exigir uma formação que lhe permita sobreviver perante tantas mudanças, como a tecnológica, por exemplo, e também ao capitalismo sobressalente dos últimos anos

Frente ao mercado de trabalho, num contexto de globalização, faz-se necessária uma formação mais aprofundada, e o que antes se chamava qualificação passa a ser denominado de competência, conforme Ramos (2002, p. 402) “[...] a qualificação tem sido tensionada pela noção de competência, em razão do enfraquecimento de suas dimensões conceitual e social, em benefício da dimensão experimental.”.

Dentro deste contexto somente o ensino médio não é suficiente para enfrentar a competição no campo de trabalho, levando muitos a buscar uma formação superior, para então ter um diferencial, frente a um mercado competitivo e exigente.

Esta nova configuração do mundo, que se apresenta como se fosse uma ordem nova, vai impondo a lógica do mercado a todas as dimensões da vida humana. A educação, em geral, e a educação universitária, em particular, não passam incólumes sob os efeitos de sua intervenção. (SEVERINO, 2009, p. 259)

Mudam-se os contextos históricos, mudam-se as exigências do mercado e mudam-se os problemas sociais. A humanidade avançou em diversos aspectos, por exemplo, na ciência e na tecnologia. As informações chegam numa velocidade incomparável. Hoje, é necessário criar condições para que se saiba separar o que é informação fútil de informação pertinente e necessária. É neste contexto histórico que a educação superior se encontra e passa a ser vista como uma importante colaboradora no sentido de difundir o conhecimento pertinente. Goergen (2008) aponta a responsabilidade social da universidade:

[...] A responsabilidade social da universidade não se restringe, portanto, à sua adaptação às demandas e urgências do mundo econômico como, por vezes, se supõe, mas implica em assumir a responsabilidade de repensar os sentidos de ciência e tecnologia e, portanto, os sentidos de investigação e da formação profissional. (GOERGEN, 2008, p. 815)

Também a educação deve ser compreendida e difundida como forma de transformação social. No caso da Educação Superior como fator de mobilidade social. Dias Sobrinho argumenta:

[...] Conhecer o cenário das transformações que vêm ocorrendo na educação superior brasileira ajuda a entender por que se tornou necessário promover políticas públicas de ampliação de vagas, inserção social e diminuição das desigualdades. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1.235)

Neste processo de compreender a educação como transformadora de realidades, apontaremos no primeiro capítulo deste trabalho o caso dos excedentes, quando muitos procuravam oportunidades de inserção na educação superior, aprovados nos vestibulares, porém as vagas eram poucas e não contemplavam a todos. A partir da situação retrataremos a Reforma Universitária de 1968, quando se dá o início ao favorecimento à criação de instituições privadas. Estas instituições de ensino superior (IES) privadas ganharão força para a sua expansão, principalmente, após a criação de bases legais, como a Constituição Federal (CF) de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996. Também será no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que as IES privadas se multiplicam e as IES públicas entram em processo de estagnação. Este processo de estagnação entrará em diluição com as novas políticas adotadas pelo governo posterior, governo de Luís Inácio Lula da Silva, porém a privatização do ensino superior já se encontra num patamar elevado. O governo Lula traz a preocupação de democratizar o acesso à Educação Superior, seja pela via privada ou pública. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) é aperfeiçoado e outros programas são lançados, entre eles: Programa Universidade para Todos (PROUNI), ações afirmativas, cotas, Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Para a construção deste capítulo a leitura de estudiosos que retratam a história da educação superior e suas mudanças será necessária. Este capítulo é importante para se compreender o processo em

que hoje se encontra a educação superior e a necessidade de democratização do acesso.

No segundo capítulo demonstraremos com dados do censo, outros estudos e informações, os números da educação superior, desde a década de 70 (pós-reforma universitária) até o ano de 2009. Aqui ficará demonstrada a proporção entre ensino superior privado e público em cursos, matrículas e regiões. Verificaremos que a Região Sudeste, a mais industrializada é também a que concentra a maior parte dos cursos e matrículas, em especial destaca-se o Estado de São Paulo. Neste contexto paulista, faremos um retrato do município de Sorocaba, demonstrando o grande número de IES privadas e a carência de IES públicas.

No terceiro capítulo descreveremos os programas de acesso à educação superior como forma de democratização. Aproveitamos para abrir espaço para uma breve compreensão do que é “democratização”, o porquê dela e qual proposta existe para tal conceito. Podemos iniciar refletindo com as palavras de Dias Sobrinho,

[...] Refiro-me ao princípio da educação como bem público, direito social e dever do Estado. De pronto, esse princípio rechaça a ideia de educação como mercadoria e todos os processos mercantilistas que vêm ganhando força e amplitude nas últimas décadas. Uma educação-mercadoria não poderia ser democrática, pois só seria acessível àqueles que a podem comprar. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1.224)

Partindo da perspectiva de que educação não é mercadoria e que ela deve estar ao alcance de todos, deve então o Estado buscar formas de promover educação a todos como forma de garantir a democracia. Mas, sabemos que este processo de oferecimento é gradual e depende de muitas discussões e cobranças por parte de toda sociedade.

A questão da democratização, apesar de ter adquirido força nestes últimos anos, é um ponto de pauta, já discutido por vários pesquisadores e há muito tempo. Podemos citar alguns:

Em 1967, Trigueiro Mendes apontava:

Devo dizer, antes de mais nada, que falo em nome de uma filosofia de expansão universitária consubstanciada nos seguintes postulados:

- a) a expansão constitui um processo ambíguo, que tanto poderá dilatar nossas mediocridades quanto provocar a ruptura do *statu quo*, com a introdução de novos marcos qualitativos;
- b) só na segunda hipótese a expansão representa um meio de desenvolvimento, pela substituição de um equilíbrio social pelo outro;

- c) a expansão constitui um fator de democratização, segundo a clientela a que vai beneficiar, a mudança de papéis que ensejará a seus destinatários – papéis na acepção esposada por sociólogos e antropólogos como Nadel, enfim, segundo a elevação de padrões de vida da comunidade, através dos serviços a serem desempenhados pelos novos quadros profissionais; [...] (FÁVERO; BRITTO, 2006, p. 73-74)

A pesquisadora Aparecida Joly Gouveia (1968, 1972, 1973), também deixou sua contribuição através de estudos sobre a educação superior e sua demanda, conforme descreve Lüdke (2010):

[...] Três artigos analisam as constatações desse estudo. O primeiro deles, “Democratização do ensino superior”, de 1968, compara os diferentes ramos e horários de funcionamento dos cursos, em função do gênero e origem socioeconômica de seus estudantes, concluindo que o processo de democratização não terá sido efetivo, enquanto os cursos de medicina, arquitetura e engenharia continuarem frequentados de modo concentrado pelos filhos de industriais, e os filhos de operários se concentrarem nos cursos de economia e direito de segunda categoria, em geral, noturnos. [...]. “Na verdade qualquer tentativa de democratização do ensino superior será inócua, enquanto persistirem as desigualdades existentes nos níveis anteriores primário e médio”, conclui ela (p. 244). Um segundo artigo compara grupos de diferentes origens étnicas e suas preferências pelos vários ramos do ensino superior, considerando também o nível socioeconômico de suas famílias: “Origem étnica e situação socioeconômica dos universitários paulistas”, de 1972. [...] Ainda um terceiro estudo fecha este conjunto, focalizando “O emprego público e o diploma de curso superior”, de 1973. [...] (LÜDKE, 2010, p. 87-88)

Também registramos o pensamento de Florestan Fernandes nas palavras de Oliveira (2010):

O que a práxis político-pedagógica de Florestan nos aponta é que o horizonte das lutas no campo educacional deve ser a universalidade do bem-estar social em todos os seus níveis. No caso do ensino superior, isso se expressa na possibilidade de acesso de um público cada vez mais amplo a uma educação de qualidade socialmente referenciada que justifique sua gratuidade. [...] Por fim, vale ressaltar, que em todos os níveis deve prevalecer o império do espírito público, condição fundamental para a existência do pluralismo de ideias como possibilidade de consolidação dos ideais democráticos. (OLIVEIRA, 2010, p. 111)

A democracia se dará pela garantia de direitos igualitários a todos e ter uma educação de qualidade é um dos bens sociais e ela deve ser promovida pelo Estado, promovendo também a equidade entre as classes.

Neste processo de democratização, descreveremos no terceiro capítulo os programas existentes que visam proporcionar o acesso à Educação Superior. Os programas são descritos, mas é o Programa REUNI que será enfatizado, tendo em vista que o estudo desta dissertação busca retratar as oportunidades em IES públicas.

No quarto capítulo mencionaremos a história da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), chegando à abertura do *Campus* Sorocaba, em meio à expansão desta instituição pública federal. Neste momento veremos a inserção de um *campus* público numa região onde IES privadas predominam. Neste contexto de carência de IES públicas é que investigaremos o porquê dessa demora para se ter uma universidade pública. Ainda: em que contexto político se deu esta expansão? Após sua implantação, pela via da expansão, como está a implantação também do programa REUNI? E, principalmente: quais as expectativas que criaram ou vem sendo criadas à Sorocaba e região pelo *campus*? Em que proporção a região está sendo atendida? Estas são questões que surgiram após o levantamento da seguinte hipótese, a qual norteou este trabalho: “Os dois fatos - a abertura do *Campus* da UFSCar e o programa REUNI, trouxeram novas perspectivas formativas em Educação Superior para Sorocaba e região.” Buscaremos respostas ou pelo menos instigar esta busca, considerando que um grande passo já foi dado: a inserção de uma universidade pública numa região, que se divide entre a riqueza e pobreza, onde as diferenças sociais são grandes, onde a industrialização cresce num ritmo elevado, mas onde também as atividades agrícolas são motores de crescimento de muitos municípios.

As considerações finais proporão uma continuidade do estudo, tendo em vista que o Programa REUNI está em andamento, assim como é recente a abertura do *Campus* Sorocaba. Serão interessantes novos estudos, para que sejam avaliados quais foram os pontos positivos e negativos e desta forma colaborar para o aprimoramento da política pública de acesso à Educação Superior, pois:

O princípio da equidade implica um imperativo ético de diminuição ao máximo possível das desigualdades sociais. As políticas públicas de expansão de matrículas e inclusão social constituem um passo importante na luta pela superação das desigualdades, porém, isoladamente, são ainda insuficientes para romper as hierarquizações e diferenciações de uma sociedade dividida em excluídos e incluídos. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1.238)

2 AS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DO GOVERNO MILITAR AO GOVERNO LULA

2.1 Reforma de 68 – o caso dos excedentes

Tomamos como ponto de partida os anos 60 para a discussão da questão do acesso à Educação Superior. Nesse período surgem movimentos que buscam mudanças na educação superior. Segundo Martins (2009), os primeiros anos da década de 60 foram marcados por um intenso movimento visando à reforma do sistema universitário, do qual participaram docentes, pesquisadores e o movimento estudantil. Martins (2009) aponta diferentes interesses de cada um destes participantes: os docentes e pesquisadores pleiteavam transformar a universidade em um espaço de produção de conhecimento científico, já os estudantes buscavam mudanças em diversos pontos que refletiam a visão destes sobre a educação superior. Desta forma, por meio de seminários, o movimento estudantil levou à discussão estes pontos. Foram:

[...] discutidas questões relevantes como: a) autonomia universitária; b) participação dos corpos docente e discente na administração universitária, através de critério de proporcionalidade representativa; c) adoção do regime de trabalho em tempo integral para docentes; d) ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas; e) flexibilidade na organização de currículos. (FÁVERO, 1994, p. 150-151). (apud FÁVERO, 2006, p. 29).

Em 1964, com o início do regime militar há a interrupção deste processo de discussão. Trindade (2004, p. 828) afirma que “Esse processo foi brutalmente interrompido pelo golpe militar de 1964, com a sede da UNE incendiada, professores cassados e estudantes presos, [...]”

Apesar disso o descontentamento permanecia e as discussões ainda ocorriam:

[...] de abril de 1964 a 1967, as discussões no movimento estudantil passam a centrar-se sobretudo em dois pontos: a) revogação dos Acordos MEC/USAID, e b) revogação da Lei Suplicy (Lei nº 4. 464, de 9.11.1964), pela qual a UNE foi substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes. (FÁVERO, 2006, p. 30):

Neste período também se dá a discussão sobre a demanda por vagas na educação superior, a qual o poder público não estava conseguindo atender. Conforme Martins (2009, p. 19), “Em 1960, 29 mil estudantes não conseguiram vagas nas instituições para as quais tinham sido aprovados, números que aumentou para 162 mil em 1969. A questão dos “excedentes” constituiu-se num constante foco de tensão social.”.

Também no período que antecedeu a Lei da Reforma de 68, é importante mencionar alguns eventos: o Conselho Federal de Educação foi criado pela lei n.º 4.024/1961, conhecida como a LDB/1961, sendo instalado no ano de 1962; a criação do Decreto-Lei n.º 53 de 1966, que visava à reformulação e controle das universidades federais e que também já trazia presentes alguns traços estruturantes da lei Universitária de 68, segundo Trindade (2004); a criação do Decreto-Lei n.º 252/1967, quando então foram implantados os departamentos e abolida a cátedra.

Além dessas medidas legais, que trouxeram reflexos para a reforma de 68, também é importante ressaltar outras, de forte influência para a promulgação da lei de 1968. Conforme Fávero (2006, p. 30) “Três delas merecem destaque: o plano de assistência técnica estrangeira, consubstanciado pelos acordos MEC/USAID; o Plano Atcon (1966) e o Relatório Meira Mattos (1968)”. Sobre o primeiro e o segundo ponto, Fávero (2006, p. 30-31) explica:

Concebida como estratégia de hegemonia, a intervenção da USAID na América Latina se processa de modo integrado, nos anos 60, em várias áreas e sob três linhas de atuação: assistência técnica; assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos nos EUA, além da assistência militar, concretizada pela vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, assim como do fornecimento de equipamentos militares (FÁVERO, 1994, p. 152-153). [...] Quanto ao *Plano Atcon*, como ficou conhecido, trata-se de documento que resulta de estudo realizado pelo consultor americano Rudolph Atcon, entre junho e setembro de 1965, a convite da Diretoria do Ensino Superior do MEC, preconizando a implantação de nova estrutura administrativa universitária baseada num modelo cujos princípios básicos deveriam ser o rendimento e a eficiência (ATCON, 1966).

Em relação ao Relatório Meira Mattos, ele surge frente, principalmente, à questão dos excedentes, pois haviam se expandido as matrículas do curso secundário, porém não do nível superior. Sobre o trabalho a ser realizado pela comissão, Fávero (2006) define como “mais preocupados com a “subversão

estudantil”, e, Martins (2009) como uma questão de “segurança nacional”. O relatório final traz alguns pressupostos que seriam mais tarde incorporados ao Projeto da Reforma Universitária. Entre eles, Fávero (2006, p. 32) aponta: “[...] fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior; ampliação de vagas; implantação do vestibular unificado; criação de cursos de curta duração e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos.” Vale lembrar que a comissão responsável pelos trabalhos foi instalada em final de 1967, tendo o relatório sido apreciado em 1968.

Também é importante ressaltar quanto ao papel da educação superior, que passa a ser vista como meio de ascensão social, desta forma, também valorizada como capital humano, como destaca Trindade (2004, p. 829): “Com a tomada do poder, o interesse do governo militar pela modernização das universidades já se encontra no Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966) e a educação passa a ser considerada capital humano.”. Na mesma linha de pensamento, aponta Martins:

“Ao mesmo tempo, o processo de concentração da propriedade e de renda, em curso na sociedade brasileira desde a década de 1950, acentuado pela política econômica adotada a partir de 1964, conduziu as classes médias a encarar a educação superior como uma estratégia para a concretização de seu projeto de ascensão social (Cunha, 1975; Trigueiro, 1967). (apud MARTINS, 2009, p. 19)

Em 1968, devido ao novo impulso do movimento estudantil, levado a cobrar medidas, principalmente pela questão dos excedentes, o Governo criou o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, com a sigla GTRU, formada por 11 membros, do qual originou um “Anteprojeto de Lei sobre organização e funcionamento do ensino superior”.

No Relatório Final desse grupo aparece registrado que essa crise sensibilizou diferentes setores da sociedade, não podendo deixar de “exigir do Governo uma ação eficaz que enfrentasse de imediato o problema da reforma universitária, convertida numa das urgências nacionais” (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1968, p. 17). E acrescenta: “o movimento estudantil, quaisquer que sejam os elementos ideológicos e políticos nele implicados, teve o mérito de propiciar uma tomada de consciência nacional do problema e o despertar enérgico do senso de responsabilidade coletiva” (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1968). (apud FÁVERO, 2006, p. 32)

Sobre a Lei nº 5.540, de acordo com Saviani (1988 apud ROTHEN, 2008, p. 470) o projeto de lei foi enviado integrando um pacote de sete mensagens “para serem discutidas e votadas em regime de urgência, portanto, pelo prazo de quarenta dias, findo o qual seriam aprovados por decurso de prazo”.

Entre as questões que despontavam na Reforma de 68, estavam:

Entre as medidas propostas pela Reforma, com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação. [...]

Quando ao vestibular unificado e classificatório, verifica-se que, no momento de sua implantação, exerceu dupla finalidade: racionalização no aproveitamento do número de vagas e admissão do ingresso não para determinado curso, mas para determinada área de conhecimento. A introdução do vestibular unificado como recurso para tornar mais racional a distribuição de vagas vai se revelar problemática poucos anos depois. (FÁVERO, 2006, p. 34)

Porém, mesmo com a aprovação da referida lei, o problema da falta de vagas não estava resolvido, pois os vários documentos das Comissões anteriores à reforma já davam indícios de que o poder público não tinha condições de atender toda a demanda apresentada e já sinalizava uma possível expansão via instituições particulares.

Os diagnósticos e as recomendações veiculados por esses documentos apresentam um alto grau de convergência. A educação superior deveria ter objetivos práticos e adaptar seus conteúdos às metas do desenvolvimento nacional. O sistema de ensino superior não poderia continuar atendendo a um público restrito, tal como vinha acontecendo. Propunha-se assim sua expansão, assinalando, no entanto, a falta de recursos financeiros, o que levou à introdução do princípio da expansão com contenção, que seria reiterado pela política educacional. O objetivo a ser alcançado era obter o máximo de atendimento da demanda com o menor custo financeiro. (MARTINS, 2009, p. 20),

Assim, observamos nos finais dos anos 60 e início dos anos 70 o início da expansão de instituições particulares.

As universidades públicas, na década de 60, tiveram investimentos na área da pós-graduação, tornando-se referência em pesquisa a partir de então. Entretanto, as oportunidades e formas de acesso à graduação de tais universidades não foram ampliadas, o que gerou maior complexidade a esta questão. Também quanto aos documentos, o Relatório Meira Matos e o Relatório do GTRU, que antecederam à

Lei 5.540/ 68, observam-se as possibilidades de tipos diferenciados de instituições, conforme Rothen (2008, p. 466): “[...] Assim, pode-se afirmar que nos dois Relatórios é proposta a criação de um sistema universitário duplo: instituições de excelência e instituições de formação profissional.” Desta forma as instituições públicas passaram a ser centro de referências em pesquisa. Martins (2009) enfatiza que o governo militar, mesmo defendendo o argumento da escassez de recursos, criou um eficiente sistema de fomento para a sua política de desenvolvimento científico-tecnológico. Criou-se um sistema forte nas pesquisas, visando, principalmente a formação de recursos humanos altamente qualificados. E, sendo assim:

Estruturava-se, nesse momento, um modelo duplamente seletivo de universidade federal: no plano social, suas vagas passariam a ser ocupadas por um grupo restrito de estudantes dotados de razoável volume de capital econômico e/ou cultural; no plano acadêmico, procurava-se concretizar um elevado padrão de qualidade acadêmica, fundado na associação entre ensino e pesquisa, no interior do qual a pós-graduação exerceria um papel central. (MARTINS, 2009, p. 21).

Para Trindade (2004), se houve a modernização e a profissionalização das universidades proposta pela reforma, também houve a burocratização das mesmas. Pensava-se que a partir da Reforma de 1968 as universidades públicas seriam atendidas em todos os seus aspectos, porém houve efeito contraditório.

Parte-se do pressuposto de que a Reforma de 1968 visou fundamentalmente a modernização e expansão das instituições públicas, destacadamente das universidades federais. O surgimento do “novo” ensino superior privado constitui um desdobramento da Reforma de 1968, uma vez que as modificações introduzidas nas universidades federais não conseguiram ampliar satisfatoriamente suas matrículas para atender à crescente demanda de acesso (Bourdieu, 1997, 1994, 1992, 1980, 1976; Charle, 1983; Martins, 2002). (apud MARTINS, 2009, p.16).

Retomando a questão da demanda da educação superior que não consegue ser atendida pelo poder público, entram em cena as instituições privadas. Estas partem para esse nível de ensino, tendo em vista que elas perdiam espaço nos demais níveis para o poder público, ou seja, nos níveis do ensino primário e secundário. Os investidores, graças ao seu sistema empresarial e sistemático simpatizavam com o poder militar em sua ditadura e controle.

A adesão dos proprietários desses novos estabelecimentos aos valores do regime autoritário, assim como as alianças políticas subterrâneas que estabeleceram com os detentores do poder, criou condições vantajosas para a ampliação de seus negócios. Além de introduzir uma mentalidade empresarial no ensino superior, importaram também o controle de comportamento, com o qual estavam habituados a tratar os professores de seus colégios, e estabeleceram estreita vigilância ideológica no interior de suas instituições, impedindo a emergência da produção de um conhecimento crítico em seus estabelecimentos. (Tragtemberg; Martins (1982; 1988). (apud MARTINS, 2009, p. 22-23)

Segundo Horta (1975 apud MARTINS, 2009, p. 22) “[...] os proprietários de escolas e colégios passaram a deslocar parte de seus investimentos para a abertura de novas instituições, sob o olhar conivente do CFE.”

Desta forma, a Reforma de 68...

[...] teve um efeito perverso: provocou uma crescente privatização da educação superior. Hoje, o sistema de educação superior está fragmentado, banalizou-se o conceito de universidade e houve um crescimento descontrolado das instituições privadas. Esse contexto perverso de alta privatização sem planejamento e um sistema público com universidades de pequeno porte em termos latino-americanos é uma das questões centrais que deverá enfrentar a nova reforma universitária. (TRINDADE, 2004, p. 833)

Continuando, Trindade enfatiza que:

Neste sentido, a velha bandeira da reforma universitária da democratização pela ampliação do acesso ao ensino superior precisa continuar viva, expandindo o sistema de todas as formas sob o impulso e a supervisão do poder público. (TRINDADE, 2004, p. 834-835)

As instituições privadas a princípio se apresentavam em forma de estabelecimentos isolados e pequenos, já em meados dos anos 70, afirma Martins (2009):

A partir da segunda metade da década de 1970, o processo de organização institucional do setor privado sofreu uma transformação gradual. Num primeiro momento, alguns estabelecimentos isolados transformaram-se em federações de escolas, através de um processo de fusão. Num momento posterior, a partir do final da década de 1980, o movimento de transformação de estabelecimentos isolados em universidades se acelerou: entre 1985 e 1996, o número de universidades particulares mais do que triplicou, passando de 20 a 64 estabelecimentos. Tudo leva a crer que a expansão das universidades privadas foi orientada pela percepção de seus proprietários de que a existência de estabelecimentos maiores, oferecendo cursos mais diversificados, teria vantagens competitivas no interior do mercado do ensino superior. (MARTINS, 2009, p. 23)

A partir deste aspecto também podemos incorporar a discussão sobre universidade enquanto organização ou instituição social, conforme nos alerta Chauí (2003). Para a autora é importante a distinção dos referidos termos, para a busca do papel verdadeiro da universidade.

Segundo Chauí (2003, p. 67) “[...] a universidade é uma instituição social e como tal exprime, de maneira determinada, a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo.” Devido à forma atual do capitalismo, a universidade passou de instituição social à organização que presta serviços, segundo a autora. A universidade nasceu com finalidades de instituição social no Brasil, porém a partir do regime de 1964, ela mudou.

Para Chauí (2003, p.70) “[...] a passagem da universidade de instituição a organização correspondeu às várias reformas do ensino superior destinadas a adequar a universidade ao mercado.” Estas reformas, denominadas de etapas, no entendimento da autora são cada qual correspondente a um momento sócio-econômico-político, sendo:

Numa primeira etapa, tornou-se *universidade funcional* (correspondente ao “milagre econômico”, produzido pela ditadura dos anos 70); na segunda, *universidade de resultados* (correspondente ao processo conservador de abertura política dos anos 80); e na terceira, a atual, *universidade operacional* (correspondente ao neoliberalismo dos anos 90 e início do século XXI). (CHAUÍ, 2003, p. 70)

Desta forma entendemos que nos anos 70 a universidade busca meios de profissionalização atendendo ao mercado de trabalho. Chauí descreve o período dos anos 70 e o papel da universidade, como se segue:

A universidade funcional, dos anos 70, foi o prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à sua base de sustentação político-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder. A ela, foram prometidos prestígio e ascensão social por meio do diploma universitário. Donde a massificação operada, a abertura indiscriminada de cursos superiores, o vínculo entre universidades federais e oligarquias regionais e a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento. Essa universidade foi aquela voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho. (CHAUÍ, 2003, p. 70-71)

2.2 Dos Anos 80 aos 90 – passando pela Constituição Federal de 1988 ao governo de Fernando Henrique Cardoso

Chegamos aos anos 80, época que trazia consigo o vislumbamento da democracia, bem como questões que refletiriam em todos os campos: político, econômico e social e também na educação superior. Neste período a universidade pública passa a ter dificuldades principalmente com a pós-graduação, em questões de financiamento. O ensino particular começa a ser questionado em seus padrões de qualidade. Em virtude desta questão o governo suspende temporariamente a criação de novos cursos. Assim sendo as IES privadas veem a redução de seu quadro de atendimento: “[...] Com efeito, entre 1980 e 1985, ocorreu uma pequena diminuição das matrículas do setor privado, de 885 mil para 811 no total. Inversamente, no mesmo período, as matrículas do ensino público cresceram de 492 mil a 556 mil estudantes”. (Sousa, 2006; Sobral, 2001 apud MARTINS, 2009, p. 24):

Enquanto as IES privadas vivenciavam a questão acima mencionada, as universidades públicas viviam, segundo Cunha (1989), a crise de identidade da universidade, agravando-se na segunda metade dos anos 80. A universidade pública vivenciava problemas de toda espécie, sendo os docentes afetados mais uma vez por uma legislação, que colocava em xeque a qualidade do ensino frente a uma questão administrativa, como foi o caso do Decreto 85.487/80.

[...] a carreira docente nas universidades federais sofreu um rude golpe com as modificações trazidas pelo Decreto 85.487/80, que permitia substituir a conquista de um diploma de mestre ou de doutor pela mera avaliação departamental, para efeito de promoção a assistente ou a adjunto. Os departamentos, por sua vez, nem sempre conseguiram escapar dos esquemas de poder do regime de cátedras, havendo universidade/unidades onde cada cátedra deu origem a um departamento. (CUNHA, 1989, p. 4)

Em meados dos anos 80, as universidades públicas enfrentavam dificuldades relacionadas a recursos financeiros. A pós-graduação, que nas décadas anteriores havia sido beneficiada e valorizada, passou a enfrentar questões como:

A crise econômica freiou o crescimento do número de bolsas de mestrado e de doutorado, [...]. Lamentavelmente, a CAPES passou a transferir para as universidades quotas de bolsas, deixando para que a administração superior de cada uma faça a distribuição pelos programas de pós-graduação, aumentando de muito o peso específico da estrutura interna de poder, pois, de mera repassadora, assumirá um papel de árbitro na disputa entre os diversos programas. [...]. Os recursos governamentais para a pesquisa diminuíram muito, comparativamente à demanda. Apenas para se ter uma idéia dessa insuficiência, o CNPq atende apenas a 10% do montante de auxílios solicitados. E isso ocorre, justamente, quando a parcela de recursos para custeio do orçamento vem diminuindo rapidamente. Citando novamente o caso das universidades federais, os recursos de **outros custeios de capital** que, na década de 70, chegaram a 15% do orçamento, caíram, na de 80, para 5%. (CUNHA, 1989, p. 5-6)

Segundo Paula (2009, p.80), “As universidades públicas, no contexto do neoliberalismo, são acusadas pelos governos de “improdutivas”, sendo permanentemente impelidas a prestarem conta de sua “produtividade”, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.” Nesta linha de discussão Cunha aponta os possíveis enfrentamentos da época:

Nos anos 80, especialmente na segunda metade, tanto as definições intra-institucionais da "transição para a democracia", como a redução de recursos para os programas de pós-graduação e de pesquisa, levaram a que as resistências da burocracia universitária, entrincheirada nos departamentos, se desdobrassem em tentativas de submeter aqueles programas ao seu controle. Com isso, é possível supor que esses programas desenvolvam barreiras defensivas, com o estancamento dos efeitos modernizadores que se faziam por irradiação. No limite, se submetidos ao controle nivelador e mediocrizante dos departamentos, a pós-graduação e a pesquisa poderão até mesmo deixar as universidades, refugiando-se em instituições especializadas, como se fez nas décadas de 40 e 50, quando a universidade era sinônimo de instituição de ensino — repetitivo, rotinizado e livresco. Só que, agora, sem a figura do catedrático, substituída, para todos os efeitos, pela complexa rede de órgãos colegiados, comissões, assessorias, coordenação, assentada nas plenárias departamentais, onde as responsabilidades se diluem e a imagem da "participação democrática" a todos conforta. (CUNHA, 1989 p. 8)

Para demonstrar a perda que as universidades sofreram naquele período e comparando os governos, Paula, (2009, p. 80) aponta:

Uma das diferenças fundamentais entre as medidas adotadas pelos governos autoritários militares e pelos recentes governos neoliberais reside num maior investimento na educação superior por parte dos primeiros, o que possibilitou a expansão do sistema como um todo, nas décadas de 60 e 70. Foi neste contexto que o nosso sistema de pós-graduação desenvolveu-se, tornando-se o mais abrangente da América Latina e qualificando os nossos mestres e doutores com padrões de excelência. (PAULA, 2009, p. 80)

Após as colocações sobre o momento vivenciado tanto pelas IES privadas como as IES públicas, voltamos ao papel da universidade.

A universidade de resultados, dos anos 80, foi aquela gestada pela etapa anterior, mas trazendo duas novidades. Em primeiro lugar, a expansão para o ensino superior da presença crescente das escolas privadas, encarregadas de continuar alimentando o sonho social da classe média; em segundo lugar, a introdução da idéia de parceria entre a universidade pública e as empresas privadas. Este segundo aspecto foi decisivo, na medida em que as empresas não só deveriam assegurar o emprego futuro aos profissionais universitários e estágios remunerados aos estudantes, como, ainda, financiar pesquisas diretamente ligadas a seus interesses. Eram os empregos e a utilidade imediata das pesquisas que garantiam à universidade sua apresentação pública como portadora de resultados. (CHAUI, 2003, p. 71)

Em 1985, temos como marco político a primeira eleição para a presidência depois do regime militar, fato que trouxe além da abertura do processo democrático, um novo marco legal, a começar pela Constituição Federal de 1988. Com a Constituição Federal, outro desdobramento terá a questão da universidade.

2.2.1 A Constituição Federal de 1988

Segundo Oliven,

Nos debates que antecederam a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 várias associações da sociedade civil estiveram presentes. De um lado, estavam aquelas que se identificavam com os interesses da educação pública, que se opunham aos grupos privatistas. Sua luta procurava assegurar verbas públicas, exclusivamente, para as instituições públicas governamentais. Esse grupo posicionava-se a favor do ensino público laico e gratuito em todos os níveis. De outro lado, os grupos ligados ao setor privado, interessados em obter acesso às verbas públicas e diminuir a interferência do Estado nos negócios educacionais. (OLIVEN, 2002, p. 36)

Como fato marcante, após as eleições presidenciais de 1985, cabe mencionar a Constituição Federal de 1988.

Na Constituição Federal, é a partir do artigo 205 até o artigo 214 que a educação tem seu foco. No artigo 205, temos: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da

sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, p. 85). O artigo 207 menciona a autonomia das instituições de ensino superior. No artigo 209: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.” (BRASIL, 1988, p. 86) e no artigo 213: “Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, [...]” (BRASIL, 1988, p. 87), neste ponto encontraremos brechas para a expansão das instituições privadas.

Por outro lado, o movimento de criação de novas universidades particulares foi impulsionado pela nova legislação do ensino superior. Ao dispor sobre o princípio da autonomia para as universidades, a Constituição de 1988 possibilitou ao setor privado criar e extinguir cursos na própria sede das instituições e remanejar o número de vagas dos cursos oferecidos, sem se submeter ao controle burocrático de órgãos oficiais. A criação dessas novas universidades particulares visava também obter um maior rendimento simbólico no interior do campo do ensino superior, pois formalmente elas passavam a se distinguir academicamente das faculdades isoladas e outros tipos de instituições. [...] (MARTINS, 2009, p. 24).

O artigo 207 menciona a autonomia universitária e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para Trindade (2000, p. 129) a questão referente à autonomia universitária tornou-se um grande paradoxo brasileiro, pois “[...] tornou-se letra morta para as instituições públicas federais submetidas a controles absurdos, enquanto que as instituições privadas, uma vez reconhecidas pelo governo, passam a gozá-la plenamente imunes a qualquer controle governamental.”

Apesar da abertura que a nova constituição veio a oferecer às instituições privadas, segundo Michelotto, Coelho e Zainko (2006), a expansão da educação superior entre os anos 80 e 95 apresentou um crescimento vegetativo. Vale ressaltar que a primeira fase de grande expansão aconteceu dos anos 60 aos 80.

A segunda fase de expansão iniciou a partir de 1995. Na última década, houve uma verdadeira explosão de crescimento do ensino superior no Brasil. Essa grande expansão do sistema nacional ocorreu em razão do crescimento da rede privada e, nos anos recentes, em virtude do processo de diversificação das instituições. (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO 2006, p. 192)

Assim sendo, entramos no contexto do período do Governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002.

2.3 O Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)

Nas palavras de Dourado (2002, p. 235) “[...] o processo resultante de uma nova fase de reestruturação capitalista é marcado por políticas de centralização, de diferenciação e de diversificação institucional e, especialmente, de privatização da esfera pública.”

O novo governo chega confrontado com muitos problemas, principalmente no que diz respeito à economia. No governo anterior, de Itamar Franco, os primeiros passos nesta questão começaram a ser dados. Criou-se o Plano Real, cujo Ministro da Fazenda era Fernando Henrique Cardoso. O Plano Real pelo êxito que vinha conseguindo no combate à inflação colaborou para que FHC fosse eleito nas eleições de 1994 e assumisse a Presidência da República em 1995.

Eleito o novo presidente teve pela frente os desafios: a educação, a saúde, o trabalho etc., questões a serem enfrentadas. Políticas neoliberais são reforçadas buscando soluções aos desafios apresentados. Segundo Silva e Balzan (2007, p. 234) as políticas neoliberais “[...] que desencadeiam um processo de acultramento e consumismo desenfreado, refletido, infelizmente, na educação, tornada produto, para que possa garantir melhores resultados às empresas. [...]”.

Na educação superior não foi diferente o impacto criado por estas políticas. Entre os reflexos destas políticas na educação superior teremos a expansão de instituições particulares. Estas IES privadas surgem por mecanismos legais que as favorecem além do momento de globalização de mercados, o que reforça no cidadão a busca de um título acadêmico como forma de se sobressair no mercado de trabalho dentro de um sistema capitalista. “Enfim, esse profissional tem que ser um ‘multi-profissional polivalente’ para atender às necessidades do mercado, enquanto suas necessidades pessoais não são satisfeitas.” (SILVA; BALZAN, 2007, p. 237). Mas,

[...] esse sistema consome-se em suas próprias contradições, pois, se o discurso neoliberal insiste no papel estratégico da educação para a preparação da mão-de-obra para o mercado, ele também se torna hegemônico num momento em que a revolução tecnológica impõe o desemprego estrutural, sem oferecer ao cidadão alternativas de sobrevivência fora do processo. (SILVA; BALZAN, 2007, p. 237)

Entre os fatores que facilitaram a expansão privada e dificultaram a expansão da rede pública superior:

Distintos fenómenos y dispositivos legales combinados crearon el escenario favorable a la libre expansión del sector privado, en los años del Gobierno del presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de entre ellos: a) flexibilización de los medios con control de resultados a través de una prueba y un análisis de las condiciones infraestructurales básicas; b) concesión de autonomía universitaria también a las instituciones privadas que demostraban buenos desempeños en los instrumentos de evaluación y control; c) cuadro de escasez de presupuestos públicos; d) devaluación de las IES públicas; e) alza de la demanda de educación superior en razón de la intensificación de los procesos de urbanización, del crecimiento de la escolarización en niveles precedentes y del valor económico de los títulos superiores. (DIAS SOBRINHO; BRITO, 2008, p. 491)

O governo FHC ficou marcado pela abertura às privatizações, como foi o caso das empresas estatais: Embraer, Telebrás, Vale do Rio Doce e outras.

No caso da educação superior veremos mais adiante que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, e a não aplicação de recursos nas IES federais favoreceram a privatização no ensino superior. Cunha (2003) descreve qual era a proposta deste governo em relação à educação:

A característica mais marcante da educação como meta prioritária da *proposta* é o destaque para o papel econômico da educação, como “base do novo estilo de desenvolvimento”, cujo dinamismo e sustentação provêm de fora dela mesma – do progresso científico e tecnológico. Essa indução atuaria no sistema educacional pelo topo, isto é, pela universidade, entendendo-se que a competência científica e tecnológica é fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico, assim como aumentar a qualificação geral da população. Para se conseguir isso, a *proposta* afirmava a necessidade de se estabelecer uma “verdadeira parceria” entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico. (CUNHA, 2003, p. 38-39)

As universidades públicas passaram a não ter recursos financeiros suficientes. Também houve problemas na questão dos recursos humanos, pois as vagas geradas pelas aposentadorias, tanto dos docentes como técnicos, não eram

preenchidas, levando o quadro funcional a se reduzir dificultando o trabalho das universidades.

Ocorre registrar que, no período 1994-2002, o ensino superior público federal teve uma expansão de 37% nas matrículas e uma redução de 5% no seu corpo docente e de 21% no seu quadro de funcionários, além do quase congelamento salarial de docentes e funcionários técnico-administrativos. Esse congelamento foi parcialmente compensado apenas por uma gratificação proporcional aos índices individuais de “produtividade”, intitulada, no caso dos docentes, de *gratificação de estímulo à docência* (GED). (SGUISSARDI, 2006, p. 1.030)

Conforme aponta Cunha (2003), o governo dizia “[...] ser inaceitável que a rede federal consumisse de 70% a 80% do orçamento do Ministério da Educação (uma estimativa, aliás, bastante exagerada) para atender apenas a 22% dos estudantes de graduação.” Ainda sobre esta questão:

Durante los años de 1990, diversos actores internos, especialmente instancias y autoridades ligadas al Gobierno, con amplias repercusiones en sectores de la sociedad brasileña, divulgaban la idea de que las universidades públicas eran ineficientes y malgastadoras. A su vez, otros importantes actores externos, especialmente los organismos multilaterales, notablemente el Banco Mundial, proponían que los países en desarrollo deberían reducir el financiamiento público de la educación superior. Esta combinación ha tenido un fuerte impacto en la configuración del sistema, en general, y ha producido cambios importantes en el modo de ser de las universidades. (DIAS SOBRINHO; BRITO, 2008, p. 499-500)

Houve desinvestimentos nas universidades federais:

A política neoliberal do Estado para as universidades públicas brasileiras, iniciada na segunda metade da década de 1980 e aprofundada pelos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, apresentou como características um desinvestimento do Estado no campo da pesquisa científica e tecnológica e um abandono em relação ao ensino universitário público, sobretudo de graduação, base da formação superior. (PAULA, 2009, p. 79)

Fatores como o desinvestimento e as privatizações, acabaram por reforçar os problemas sociais. Dourado (2002) comenta:

[...] as arenas tradicionais do poder político sofrem alguns ajustes na direção da mercantilização das condições sociais, agravando ainda mais o horizonte das conquistas sociais, ao transformar direitos em bens, subjugando o seu usufruto ao poder de compra do usuário, mercantilizando as lutas em prol da cidadania pelo culto às leis do mercado. Esse mote político e econômico, no caso brasileiro, implicou na última década uma maior concentração de riquezas, incremento da corrupção, privatização da

esfera pública e, conseqüentemente, o alargamento das injustiças sociais e a diversificação e intensificação dos processos de exclusão social. (DOURADO, 2002, p. 236)

Quanto aos aspectos legais, no Governo de FHC acontecerá a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em dezembro de 1996, a qual trouxe novas perspectivas, porém também aspectos favoráveis à questão da expansão privada.

2.3.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996

Após a promulgação da Constituição Federal em 1988, viu-se a necessidade de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Após anos de discussão, em 20 de dezembro de 1996, a nova LDB é sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato de Souza. A Lei nº 9394/ 96 torna-se a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Entre as mudanças na LDB (BRASIL, 1996) destacam-se: o princípio do direito universal à educação para todos; a inclusão da educação infantil como primeira etapa da educação básica; gestão democrática do ensino público e progressiva autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares (art. 3 e 15); ensino fundamental obrigatório e gratuito (art. 4); carga horária mínima de oitocentas horas distribuídas em duzentos dias na educação básica (art. 24); previsão de um núcleo comum para o currículo do ensino fundamental e médio e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais (art. 26); formação de docentes para atuar na educação básica em curso de nível superior, sendo aceito para a educação infantil e as quatro primeiras séries do fundamental a formação em curso Normal do ensino médio (art. 62); formação dos especialistas da educação em curso superior de pedagogia ou pós-graduação (art. 64); a União deve gastar no mínimo 18% e os estados e municípios no mínimo 25% de seus respectivos orçamentos na manutenção e desenvolvimento do ensino público (art. 69); dinheiro público pode financiar escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas (art. 77); previsão para a criação do Plano Nacional de Educação (art. 87).

Segundo Dourado,

Cury (2001) chama a atenção para as várias vozes diferentes, presentes na legislação, cujos sons não são uníssonos e, ao mesmo tempo, o autor indica os eixos balizadores da LDB, tais como: flexibilidade e descentralização de competências que têm como contraponto a regulamentação dos órgãos normativos articulados à implementação de um sistema nacional de avaliação em contraposição ao Sistema Nacional de Educação. (DOURADO, 2002, p. 242)

A LDBEN em seu artigo 21 determina a composição da educação escolar: educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e a educação superior.

A Educação Superior é tratada no Capítulo IV, do artigo 43 ao artigo 57. Quando sancionada em 1996 esta lei favoreceu a privatização através de aspectos como: (a) no artigo 44 foi introduzido um novo tipo de curso, os cursos sequenciais, os quais não estavam bem descritos e só em 2007 este tipo de curso foi mais bem regulamentado. Aproveitando-se disto as IES privadas criaram muitos cursos. (b) a LDB não fez menção ao vestibular, o que deixou em aberto a forma de seleção dos candidatos e levou as IES a optarem por diferentes tipos de seleção, muitas vezes de modo simplificado sem grandes dificuldades para a admissão; (c) o tipo de organização acadêmica também contribuiu para que fossem abertas novas instituições e novos cursos. Além das universidades e faculdades, apareceram os centros universitários, sobre os quais Cunha (2004, p. 807) escreve: “[...] Os centros universitários receberam o privilégio da autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, além de outras atribuições definidas em seu credenciamento pelo Conselho Nacional de Educação.”

Desde 1996 até os dias atuais, houve muitos decretos e leis em sua complementação, com objetivos de esclarecer, modificar ou acrescentar mais algum aspecto. Apontamos algumas alterações:

- Os **artigos 45 e 46** foram regulamentados pelo Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997, sendo os mesmos revogados pelo Decreto nº 3.860 de 09 de julho de 2001 e depois pelo Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006. Estas mudanças aconteceram de modo a definir os tipos de instituições e também procedimentos quanto à autorização, reconhecimento e credenciamento dos cursos.

- No **artigo 44** - a lei nº 11.331, de 25 de julho de 2006 – incluiu o parágrafo único ao artigo, mencionando de como deve proceder as IES em relação aos

processos seletivos de acesso aos cursos superiores de graduação. Também através da Lei nº 11.632, de 27 de dezembro de 2007 foi dada uma nova redação ao inciso I do caput, sobre os cursos sequenciais.

A questão da avaliação aparecerá dez anos após a aprovação da LDBEN, com o Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, como ponto de equilíbrio, na busca de conter o excesso de instituições de baixa qualidade. Muitos autores/pesquisadores já demonstravam anos antes que este era um caminho propício:

A avaliação, entendida como um dos eixos estruturantes das políticas educativas contemporâneas (Afonso, 2000; Dias Sobrinho e Ristoff, 2000; Catani, Dourado e Oliveira, 2002), articulada com base em vários processos avaliativos, vincula-se às mudanças econômicas e políticas mais amplas, indicando horizontes e perspectivas sociais, ideológicas e gestionárias desses processos. Na contramão de um processo avaliativo emancipatório, indutor do desenvolvimento institucional, as políticas de avaliação da educação superior no Brasil buscam a padronização e a mensuração da produção acadêmica voltada, prioritariamente, para as atividades de ensino. Desse modo, a considerar o conjunto de ações desencadeadas pelo MEC para a educação superior, deslinda-se uma orientação prática da União, qual seja, a de centralização diretiva dessas políticas, caracterizadas também pela ausência de interlocução do MEC com os segmentos organizados da comunidade acadêmica e sindical e pela adoção de avaliações criteriosas e normativas. (Dias Sobrinho, 2002). (apud DOURADO, 2002, p. 243).

A respeito da Educação Superior, a LDBEN em sua grande parte teve decretos que foram aplicados no sentido de regulamentação, como foi o caso do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Anteriormente a este último decreto mencionado, entre os decretos 2.306/ 97 e decreto 3.860/ 01, segundo alguns autores, o processo de expansão pelo sistema particular foi facilitado.

Merecem destaque, especialmente, os decretos nº 2.306/97 e nº 3.860/2001, que flexibilizam a estruturação da educação superior no país, rompendo com a garantia do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como parâmetro básico à educação superior no país. Na prática, as políticas governamentais para o setor, ao segmentarem a educação superior por meio do estímulo à expansão das matrículas e à diversificação institucional, naturalizam esse campo como serviço e, na maioria dos casos, restringem a educação superior à função ensino. (DOURADO, 2002, p. 244)

Sguissardi comenta, na mesma linha de Dourado, que:

Pelo Decreto n. 2.306/97, foram reconhecidas as IES privadas com fins lucrativos (empresas comerciais). Esse Decreto foi substituído, em 2001, pelo Decreto n. 3.860/01 [...]

Pelo artigo 6º, as entidades mantenedoras com finalidade lucrativa deverão apenas elaborar, a cada exercício fiscal, demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes (contadores). Não têm mais obrigação, como previsto no Decreto n. 2.306/97, de publicar demonstrações financeiras “certificadas por auditores independentes, com o parecer do conselho fiscal ou órgão equivalente”, nem de se submeterem, “a qualquer tempo, a auditoria pelo Poder Público” (idem, *ibid.*, p. 47; grifo do autor).

Seja pela drástica redução do financiamento às IFES, seja pelas facilidades de criação de IES privadas, especialmente com finalidade de lucro, explica-se, em grande medida, a pequena expansão do setor público e a grande expansão do setor privado no período. (SGUISSARDI, 2006, p. 1.033)

Enfim, a LDBEN vem passando por diversas modificações, onde algumas favoreceram a expansão das instituições privadas e dificultaram o crescimento das instituições públicas de educação superior.

Previsto na LDBEN, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi elaborado ainda no governo de FHC. Importante documento a ser comentado neste trabalho, pois é uma demonstração inicial de preocupação com o baixo índice de ingressantes na Educação Superior e com a educação num todo. Veremos no PNE diversas preocupações em relação à educação, para as quais foram propostas diversas metas. A seguir, falaremos do PNE em relação à Educação Superior.

2.3.2 Plano Nacional de Educação

O PNE começou a ser discutido ainda em 1998, dois anos após a aprovação da LDBEN. Porém, somente em 09 de janeiro de 2001 foi aprovado através da Lei nº 10.172.

Para cada nível da educação o plano apresenta um diagnóstico, seguido de diretrizes e logo na sequência os objetivos e metas. Em relação à Educação Superior, em seu diagnóstico afirma que “A educação superior enfrenta, no Brasil, sérios problemas, que se agravarão se o Plano Nacional de Educação não

estabelecer uma política que promova sua renovação e desenvolvimento.” (BRASIL, 2001, p. 76)

Justificando a preocupação com o nível superior,

No conjunto da América Latina, o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado. Assim, a porcentagem de matriculados na educação superior brasileira em relação à população de 18 a 24 anos é de menos de 12%, comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do continente. A Argentina, embora conte com 40% da faixa etária, configura um caso à parte, uma vez que adotou o ingresso irrestrito, o que se reflete em altos índices de repetência e evasão nos primeiros anos. Mas o Brasil continua em situação desfavorável frente ao Chile (20,6%), à Venezuela (26%) e à Bolívia (20,6%). (BRASIL, 2001, p. 79-80)

Apesar de toda demonstração feita no documento sobre o crescimento de matrículas no ensino superior privado e a redução destas no sistema público, o Plano reforça que “Há que se pensar, evidentemente, em racionalização de gastos e diversificação do sistema, mantendo o papel do setor público.” (BRASIL, 2001, p. 82)

O documento, em suas diretrizes, afirma que: “A diretriz básica para o bom desempenho desse segmento é a autonomia universitária, exercida nas dimensões previstas na Carta Magna: didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.” (BRASIL, 2001, p. 86). Mais adiante menciona que deve ser planejada a expansão de modo a evitar a massificação, contando também com a participação das IES privadas, desde que estas sigam parâmetros de qualidade. Quanto ao sistema público este deve participar com no mínimo 40% das vagas. A expansão no período noturno também é mencionada, principalmente nas públicas:

Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para este fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que tem direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. Esta providência implicará a melhoria do indicador referente ao número de docentes por alunos. (BRASIL, 2001, p. 88)

Finalizando, nas diretrizes em relação à educação superior o PNE (2001) ressalta:

[...] à educação superior está reservado, também, o papel de fundamentar e divulgar os conhecimentos ministrados nos outros níveis de ensino, assim como preparar seus professores. Assim, não só por parte da universidade, mas também das outras instituições de educação superior deve haver não só uma estreita articulação entre este nível de ensino e os demais como também um compromisso com o conjunto do sistema educacional brasileiro. (BRASIL, 2001, p. 88)

Os objetivos e metas referentes à Educação Superior encontram-se reproduzidos no Anexo A deste trabalho.

Sobre os vetos presidenciais em relação às metas da educação superior:

Os vetos presidenciais relativos às metas para a educação superior no Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001) são outros indicadores das políticas oficiais em relação ao sistema e o tornam, no dizer de Valente e Romano (2002, p. 97 et passim), uma simples carta de intenções. [...] (SGUISSARDI, 2006, p.1.033)

Na aprovação do plano houve nove (9) vetos, dos quais quatro (4) foram sobre as metas da educação superior, sendo três (3) em relação ao financiamento e gestão da educação superior. Sguissardi (2006) menciona que fora a opinião do Ministério da Fazenda que determinara os vetos. E mais ainda:

A principal justificativa para os vetos foi o respeito à Lei da Responsabilidade Fiscal, mas, com isso, e porque sem aumento de despesas não há Plano Nacional de Educação, inviabilizou-se um plano que, embora tendo como eixo central algumas diretrizes caras ao FMI e ao BM, dada sua bastante ampla discussão no Congresso, continha princípios e metas que poderiam significar importantes avanços para a educação em geral e para a educação superior em particular. (SGUISSARDI, 2006, p. 1.034)

Para alguns autores como Segenreich e Castanheira, o Plano Nacional da Educação é considerado como um marco divisório em políticas educacionais,

As metas estabelecidas pelo PNE (BRASIL, 2001) têm sido constantemente mencionadas para justificar as políticas públicas para educação superior adotadas no período 2001–2006 e continuam a servir de parâmetro para as tendências de evolução do sistema, que serão aqui apontadas. (SEGENREICH; CASTANHEIRA, 2009, p. 58)

Em 2010, graças à Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada nos âmbitos: municipal, intermunicipal, estadual e nacional, deu-se todo um

processo de construção do novo Plano Nacional de Educação (2011 – 2020). O novo plano encontra-se no Congresso Nacional, aguardando a apreciação para sua aprovação.

2.3.3 Finalizando o Governo FHC

Observamos, portanto, nesse governo a criação de duas importantes leis: a LDBEN (1996) e o PNE (2001), que viriam a dar novos caminhos à educação em geral. Um governo marcado pela questão econômica e seus desdobramentos em outras esferas, em especial na educação. O Ministério da Educação teve como ministro o economista Paulo Renato de Souza, durante os oito anos de governo de FHC. Segundo Sguissardi (2006, p. 1025-1026) “Os anos de 1995 a 2002, por corresponderem ao octênio presidencial de FHC, foram marcados pela continuidade administrativa tanto na esfera da economia como na da educação (os dois ministros dessas áreas permaneceram no cargo por oito anos).”

Segundo Sguissardi (2006) os dados e aspectos sobre a educação superior neste período são:

1. A cobertura do sistema. [...]
 2. A diversidade institucional. [...]
 3. A privatização do sistema. [...]
 4. A distribuição regional. [...]
 5. Concentração por área de conhecimento. [...]
 6. A concentração no ensino noturno (no setor privado). [...]
 7. Concentração regional da pós-graduação. [...]
 8. Financiamento das IFES. [...]
 9. Autonomia de gestão financeira x autonomia financeira. [...]
 10. Exame Nacional de Cursos (“Provão”). [...]
 11. Modelo de universidade. [...]
 12. Legislação educacional. [...]
 13. PNE e vetos presidenciais. [...]
- (SGUISSARDI, 2006, p. 1027-1034)

Sobre a cobertura do sistema Sguissardi (2006, p. 1.027) aponta: “Em relação à população da faixa etária de 18 a 24 anos, a taxa de cobertura líquida no período foi de aproximadamente 7%.”

Este período também fica marcado pela diversidade dos tipos de IES: universidades, faculdades, institutos e centros universitários. Em 1994 eram 851 IES, chegando em 2004 a 2.013 IES.

Quanto à privatização do sistema, Sguissardi (2006) aponta:

A distribuição entre o setor público e o setor privado tem evoluído no sentido de aprofundar a predominância deste em relação àquele, situando o Brasil, hoje, como o país de maior índice de privatização na América Latina e entre os cinco de maior índice de privatização no mundo, se considerados o número de IES e o percentual de matrículas. (SGUISSARDI, 2006, p. 1.028)

Registrava-se em 1994 a concentração de 58% das matrículas em IES privadas, sendo que em 2002 este número passara para 70%.

Sobre a questão de distribuição regional em IES e vagas sobressai a Região Sudeste, que ainda se manifesta, conforme veremos no segundo capítulo deste estudo.

Em relação às áreas de conhecimento:

[...] No ano 2000 a área de ciências sociais aplicadas (administração, direito, contabilidade, negócios) concentrava 41,6% do total de matrículas. As IES privadas concentravam, nos cursos dessa área, 50,1% de suas matrículas, contra 24% nas federais e 20% nas estaduais. A área de educação concentrava outros 21,7% do total de vagas, restando apenas cerca de 37% das vagas para todas as demais áreas do conhecimento. Essa concentração verifica-se em especial no setor privado, em razão, por hipótese, dos baixos investimentos exigidos e dos altos retornos financeiros. As áreas que requerem maiores investimentos, como as de engenharia, saúde, entre outras, tendem a ser majoritariamente atendidas pelo setor público. (SGUISSARDI, 2006, p. 1.029)

Outra característica apontada é em relação aos cursos noturnos que se sobressaíam nas IES privadas, permanecendo atualmente, conforme dados registrados no segundo capítulo.

Os cursos de pós-graduação estavam e continuam concentrados na Região Sudeste.

Em relação ao financiamento nas IES federais houve uma queda:

Os recursos destinados às IFES no ano 1989 corresponderam a 0,97% do PIB. Em 1994, eles correspondiam a 0,91%. Oito anos passados, eles correspondiam a 0,64% e, no ano anterior, tinham correspondido a 0,61%, numa redução de cerca de 33% em relação ao início do *octênio* governamental. (SGUISSARDI, 2006, p. 1.030)

No que diz respeito à autonomia das universidades federais Sguissardi (2006, p. 1.031) afirma: "... visando compensar a desobrigação do Estado com a plena manutenção das IFES, incentivou-se a criação das polêmicas Fundações de Apoio Institucional (FAI), entidades privadas no interior dos *campi* universitários."

No governo FHC foi criado o Exame Nacional de Cursos (ENC), também conhecido como o "Provão". Este sistema de avaliação apresentou problemas, pois

[...] a forma como a imprensa explorava os resultados desse *ranking* de cursos e instituições colocou o "Provão" sob forte suspeita de mais servir ao interesse oficial de demonstrar controle sobre o sistema do que de efetivamente avaliá-lo e regulá-lo. (SGUISSARDI, 2006, p. 1.032)

Também é neste governo que houve mudanças no acesso aos cursos de graduação, pela criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como também pelo fato da LDBEN não mencionar os vestibulares.

A LDB-96 silenciou-se sobre os exames vestibulares. Obrigatórios para todos os cursos superiores, desde 1911, ela foi a primeira lei que nada disse a respeito. Um silêncio eloqüente, em tudo coincidente com o projeto ministerial de tornar o ENEM o principal mecanismo de seleção. [...] (CUNHA, 2003, p. 45)

O ENEM foi implantado em 1998, com a proposta de "[...] que os empregadores pudessem valorizar esse resultado como indicador do nível intelectual do jovem e, principalmente, que as instituições de ensino superior o aproveitassem para a seleção dos candidatos." (CUNHA, 2003, p. 44-45)

As IES privadas começaram a fazer uso do ENEM de modo parcial (em algumas integralmente) como forma de acesso aos cursos que ofereciam. Isto favoreceu o aumento de alunos nas IES privadas, além dos estudantes também procurarem mais o ENEM, porque viam possibilidades de se incluírem futuramente em algum curso superior. Já as IES públicas tiveram maiores dificuldades em aceitar o ENEM como forma de acesso, o que foi se alterando com o tempo, mas algumas resistiram. Conforme Cunha (2003, p. 45): "[...] houve universidades, mormente no setor público, que mantiveram os exames vestibulares como mecanismo exclusivo de seleção de candidatos, não utilizando os resultados do ENEM até o fim do octênio FHC."

Em 2002 ocorrem novas eleições presidenciais, encerrou-se o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) e iniciou-se o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

2.4 O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva

O governo que se iniciou em 2003 teve pela frente questões surgidas no octênio que o antecedeu, como a expansão da Educação Superior. Neste período temas como globalização, privatização, uso das tecnologias etc., estão presentes com mais força e refletem na sociedade.

[...] Dos desafíos principales ofrecen las motivaciones para esas mutaciones: aumentar la competitividad de la economía en el mundo globalizado a través de un incremento en la formación de profesionales y, por otro lado, fortalecimiento de los valores democráticos, en especial de la equidad, a través de la ampliación de oportunidades de acceso y permanencia y el fortalecimiento de valores adecuados a la formación ciudadana. [...]. (DIAS SOBRINHO; BRITO, 2008, p. 488)

E mais,

La educación superior brasileña enfrenta hoy el gran desafío y las enormes dificultades de afirmarse como un bien público que efectivamente contribuya a desarrollar el conocimiento y la formación humana como bienes sociales y derecho de todos; global e internacional, pero, también, radicalmente local y nacional; que sirva al desarrollo económico, pero esto como una herramienta de la humanización y no de la globalización excluyente; con justicia social, para que el necesario aumento de la productividad y del fortalecimiento de La dimensión material de las sociedades no se separe de la producción de mayor equidad, inclusión y participación social (DIAS SOBRINHO, 2005: p.122). (apud DIAS SOBRINHO; BRITO, 2008, p. 505-506)

Em 2002, o Partido dos Trabalhadores, com seu candidato Lula, apresentava no documento *Uma Escola do Tamanho do Brasil*, argumentos sobre aspectos que deveriam ser revisados no novo governo em relação à educação. Neste documento apresentaram diversas propostas a todos os níveis da educação. Sobre a educação superior, surgiram propostas sobre as questões como acesso, fortalecimento das

instituições federais, financiamento, expansão, autonomia, revisão das formas de avaliação dos cursos, estudantes e instituições, etc.

A partir de 2003, na Educação Superior, teremos um novo tempo de mudanças em muitos aspectos. Expansão e democratização chegam como pontos emergentes, também trazem outros pontos nevrálgicos como: financiamento, permanência, diversidade, e outros. A expansão e democratização da Educação Superior também é consequência de outros fatores, como a obrigatoriedade da Educação Básica, tornando maior o contingente de alunos do Ensino Médio, além das exigências do mercado de trabalho. No início do século XXI, a questão já aflorava:

O ensino superior do Brasil, após período de estagnação e crise, nos anos 80, viveu, na década de 90, o que Schwartzman, classificou como uma “revolução silenciosa”. Esta, todavia, deverá enfrentar, nos próximos anos, quatro grandes desafios: a expansão, a diferenciação, a qualificação e o financiamento do sistema.

A nova expansão do ensino superior deverá articular iniciativas dos setores público e privado, buscando desenvolver políticas diferenciadas de estímulo ao acesso, por parte de diferentes grupos sociais, ao ensino superior e uma mais adequada distribuição regional da oferta e das oportunidades educacionais. Tal expansão dependerá, sem dúvida, de uma ampla reestruturação das relações entre o Estado e o sistema de educação superior, não podendo, em função disso, ser presidida, exclusivamente, pela lógica de mercado. Caberá, ao Estado, garantir (direta ou indiretamente) a democratização do acesso à educação superior, mediante o crescimento do setor público, a revitalização do crédito educativo e um eficiente sistema de bolsas. (SOARES, 2002, p. 330)

A necessidade de se rever a universidade passou a ser discutida já no início do governo de Lula, sob o comando e orientação do Ministro Cristovam Buarque, no Ministério da Educação.

Em Brasília, nos dias 06 e 07 de agosto de 2003, aconteceu o *Seminário Universidade: por que e como reformar?* Este seminário mais tarde, em novembro de 2003, através da UNESCO deu origem à publicação *A UNIVERSIDADE NA ENCRUZILHADA - Seminário Universidade: por que e como reformar?* (2003). Neste seminário muitos aspectos foram apontados por estudiosos envolvidos com a educação superior. A relevância, o envolvimento com a sociedade, mudanças, impasses, desafios, compromisso social, avaliação, inclusão social, reforma e outros assuntos foram debatidos, com ênfase na necessidade de rever o papel da universidade. Mais adiante se levou a pensar numa Reforma Universitária.

Se houver uma revalorização do papel do sistema de educação superior no cumprimento de sua missão própria acadêmica e social, contribuindo com a formação de profissionais competentes, cientistas, humanistas e artistas – todos cidadãos – para o desenvolvimento econômico, social e cultural, a reforma terá também impacto sobre o aprofundamento da democracia. Neste sentido, a velha bandeira da reforma universitária da democratização pela ampliação do acesso ao ensino superior precisa continuar viva, expandindo o sistema de todas as formas sob o impulso e a supervisão do poder público. (TRINDADE, 2004, p. 834-835)

A privatização da educação superior, o papel da universidade, principalmente a pública e o crescimento da educação superior estavam constantemente presentes nas discussões,

E é em função desse crescimento às avessas, porque excludente, que o documento Uma Escola do Tamanho do Brasil, que traz os compromissos do Governo Lula, enfatiza a necessidade de ampliação do acesso à educação superior para todos os que a ela demandarem e preconiza uma universidade comprometida com a inclusão social.

Era preciso reverter o processo de deterioração acentuada que atingia o ensino superior desde os anos 90. A diminuição dos investimentos públicos em educação em todos os níveis e os sucessivos cortes orçamentários atingiram em cheio o sistema universitário federal, impedindo sua expansão e provocando o sucateamento das universidades existentes. (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006, p. 193)

No governo Lula alguns pontos do PNE (BRASIL, 2001) foram retomados como comprometimento em sua gestão. Segundo Sguissardi, resumidamente foram:

1. ampliar as vagas de forma compatível com a meta de 30% da faixa etária até o ano 2011 e atingir, no médio prazo, uma proporção de 40% das matrículas no setor público;
2. promover a autonomia nos termos constitucionais, incluindo a escolha dos dirigentes;
3. resolver a questão da desigualdade da oferta regional de vagas na graduação e pós-graduação e buscar melhor oferta de cursos e vagas em áreas de conhecimento que melhor respondam às necessidades do projeto nacional de desenvolvimento;
4. modificar o sistema de seleção, com atenção para as minorias raciais e socioeconômicas (cotas);
5. substituir o sistema de avaliação vigente (“Provão”);
6. revisar carreiras e matrizes salariais de docentes e funcionários técnico-administrativos das IFES;
7. ampliar a supervisão, pelo poder público, da oferta e expansão dos serviços públicos de educação superior prestados por IES públicas e privadas, aperfeiçoar e aplicar a atual legislação sobre reconhecimento ou renovação da condição de universidade atribuída às IES públicas ou privadas, com base em procedimentos definidos pelo sistema nacional de avaliação institucional, e redefinir os critérios para autorização de funcionamento de novos cursos, para reconhecimento dos cursos autorizados e em funcionamento e para credenciamento e credenciamento das IES;

8. estabelecer novo marco legal para as FAls criadas nas IES públicas, regulamentando suas atribuições na prestação de serviços, de modo a garantir seu estrito controle e o retorno dos recursos financeiros e patrimoniais auferidos em suas atividades à respectiva IES, e impedir sua utilização por interesses de indivíduos ou grupos. (SGUISSARDI, 2006, p. 1.041)

Neste governo, a partir dos pontos retomados, deu-se início à aprovação de determinados dispositivos legais.

Foi aprovada a Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, criando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que eliminava o Exame Nacional de Cursos (ENC), mais conhecido como “Provão”, o qual avaliava o aluno ao fim do curso, sendo implantado o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Neste, o aluno é avaliado no início e no fim de curso. Sobre esta questão:

É um grande equívoco, considerar o ENADE o substituto do Provão, como muitas vezes se divulga. Apesar de guardarem semelhanças operacionais, os dois exames pertencem a paradigmas diferentes. Portanto, se fundam em conceitos distintos, têm objetivos diferentes, requerem atos distintos de avaliação e produzem diferentes efeitos.

A diferença fundamental consiste nas distintas concepções de avaliação estática, do Provão, e dinâmica, do ENADE. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 213)

Outra lei aprovada foi a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, a Lei de Inovação Tecnológica, vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Trata dos incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

Essa lei cria facilidades para a utilização dos recursos – físicos, materiais e humanos – das universidades pelas empresas, assim como a transferência de tecnologia daquelas para estas. Viabiliza a alocação de recursos públicos para empresas nos projetos ditos de inovação. Prevê a gratificação dos pesquisadores cujos conhecimentos venham a ser utilizados por empresas. (SGUISSARDI, 2006, p. 1.042)

Porém há a preocupação de

[...] distorção da verdadeira função pública da universidade no campo científico e da inovação e, dada a penúria financeira das universidades públicas e seus docentes/pesquisadores, criaria também facilidades para a subordinação da agenda universitária ao campo empresarial, limitando a liberdade acadêmica e aprofundando o fenômeno da heteronomia universitária, um dos traços da universidade hoje em muitos países. . (SGUISSARDI, 2006, p. 1.043)

Em 2010, a Lei de Inovação Tecnológica passou por algumas alterações através da Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010.

Já a Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da administração pública, prevendo a parceria do Estado com empresas privadas, nas mais diferentes áreas da produção, comércio de bens e serviços de natureza pública e coletiva, isto é, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, patrimônio histórico e cultural, etc. Esta lei também passou por alterações através das leis Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009 e Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011.

A Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Segundo Sguissardi (2006, p. 1.043), “O programa, pretextando a “publicização” do privado, na forma como foi aprovado e está sendo implementado, fortalece as instituições privadas comerciais de ensino.”

Para alguns autores o governo de Lula, em seu início, continuou os passos de FHC em alguns aspectos. Em 2006, Sguissardi apontava:

Passados três anos e meio, constata-se que não prevaleceram políticas heterodoxas na economia ou antineoliberais em qualquer campo da administração pública, mas, sim, uma clara continuidade das políticas do octênio anterior, tanto no campo da macroeconomia, dos compromissos com o mundo financeiro, quanto nas alianças políticas com partidos de centro e de centro-direita. Isto justificado pela busca da *governabilidade*. (SGUISSARDI, 2006, p. 1.039)

Já no campo educacional,

A mudança de governo, em 2003, acarretou a reorientação da política educacional, no sentido de fortalecer o ensino público, sobretudo nas universidades federais. Embora a gestão do primeiro ministro do novo governo não sinalizasse claramente a recuperação das instituições federais, a partir de 2004 foram colocadas em prática determinadas ações visando reverter a situação adversa em que estas se encontravam nos anos anteriores. Seu orçamento foi recuperado, houve implantação de novas unidades, contratação de novos docentes e funcionários mediante concurso público, cujos salários foram atualizados. Visando à democratização do acesso e à permanência dos alunos no ensino superior, o governo instituiu, em 2004, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que tem sido objeto de avaliações controversas no meio acadêmico (CARVALHO, 2006). [...]

Em abril de 2007, o governo federal instituiu o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que visa dotá-las dos recursos financeiros necessários à ampliação do acesso, aumentar a qualidade dos seus cursos, melhorar o aproveitamento das estruturas físicas e rever sua arquitetura acadêmica. [...] (MARTINS, 2009, p. 26-27)

2.4.1 Plano de Desenvolvimento da Educação

Em 2007, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, aprovaram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de melhorar a educação no país. O PDE prevê várias ações, visando solucionar os problemas que afetam a educação brasileira.

Entre as razões e princípios do plano destacamos: “[...] Reduzir desigualdades sociais e regionais se traduz na equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade.” (BRASIL, 2008, p. 5)

Entre as trinta (30) ações previstas no plano destacaremos aqui as relacionadas diretamente à educação superior:

- a) Aumento das vagas nas universidades federais, ampliação e abertura de cursos noturnos e combate a evasão;
- b) Acesso facilitado: através do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (PROUNI);
- c) Pós-doutorado: recém doutores terão apoio do governo para continuar no Brasil;
- d) Acessibilidade: ampliação do acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, materiais e processos, com o objetivo de efetivar a política de acessibilidade universal;

A ação relacionada a estágio atingiu a educação superior, além dos outros níveis, como o ensino profissionalizante e o ensino médio. A Lei 11.788, de 25 de Setembro de 2008 dispõe sobre o estágio dos estudantes.

Em relação à primeira ação, o que se propôs foi colocado em prática através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), aprovado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e que será apresentado no terceiro capítulo deste estudo.

Saviani (2007), analisando o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE), afirma:

Confrontando-se a estrutura do Plano Nacional de Educação (PNE) com a do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), constata-se que o segundo não constitui um plano, em sentido próprio. Ele se define, antes, como um conjunto de ações que, teoricamente, se constituiriam em

estratégias para a realização dos objetivos e metas previstos no PNE. Com efeito, o PDE dá como pressupostos o diagnóstico e o enunciado das diretrizes, concentrando-se na proposta de mecanismos que visam à realização progressiva de metas educacionais. Tive, porém, que introduzir o advérbio “teoricamente” porque, de fato, o PDE não se define como uma estratégia para o cumprimento das metas do PNE. Ele não parte do diagnóstico, das diretrizes e dos objetivos e metas constitutivos do PNE, mas se compõe de ações que não se articulam organicamente com este. (SAVIANI, 2007, p. 1.239)

Quanto à educação superior sobre o atendimento à demanda, o autor apresenta o seguinte:

[...] ao fixar para as universidades federais a meta da duplicação de vagas até 2017, o PDE fica aquém do PNE, que, na meta 1, se propôs a atingir, até 2010, um número total de vagas capaz de absorver 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, o que significa a triplicação da totalidade das vagas atuais. [...] (SAVIANI, 2007, p. 1.240)

O que observamos é que a proposta no atendimento à demanda do PDE está mais próxima de se concretizar, sendo mais factual do que o que foi proposto no PNE, apesar de desejável.

Em 2008, Ristoff apontava:

O incremento na taxa de escolarização superior, embora muito distante do preconizado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e sabidamente minado pelo elitismo histórico instalado, vem ocorrendo. A incorporação de significativos contingentes de pessoas acima de 24 anos, que estiveram excluídos da educação superior, além de revelar a grave e crônica defasagem idade-série em algumas regiões do País, tem pouco efeito sobre a população que entra no cômputo do PNE, pois 40% de nossos estudantes estão fora da idade apropriada (18 a 24 anos). Em 2004, apenas 10,4% da população de 18 a 24 anos estavam matriculados na educação superior. Esses percentuais não só estão entre os mais baixos do mundo, mas colocam o País na vexatória situação de desperdiçar o potencial de milhões de pessoas que poderiam contribuir com o desenvolvimento nacional e com a melhoria da qualidade da vida. (RISTOFF, 2008, p. 43-44)

A Educação Superior deverá levar em conta todos os aspectos da sociedade, da economia, da diversidade cultural e étnica, derrubando os muros do elitismo, sem deixar de considerar a qualidade acadêmica. O papel do Estado como condutor nas políticas educacionais é de extrema importância, pois como Martins(2009) ressalta:

[...] Uma educação superior comprometida com o interesse público implica que o Estado, de forma democrática, torne ator central na regulação e supervisão do sistema. A democratização do acesso ao ensino superior passa necessariamente pela recuperação da centralidade das universidades públicas, onde as instituições federais devem ser revigoradas, dotadas de efetiva autonomia administrativo-financeira e decididamente apoiadas pelo poder central, de modo a resgatar sua capacidade de funcionamento e expansão. Torna-se também de fundamental importância reverter a lógica de funcionamento do ensino privado – movido pelo anseio frenético de acumulação de ganhos materiais –, de forma que assuma uma efetiva dimensão de bem público. Em função das sólidas alianças sociais e políticas que as empresas educacionais construíram no país e de sua ávida lógica mercantil, a questão que se coloca é: Será isso ainda possível? (MARTINS, 2009, p. 29-30)

Após este breve panorama dos governos de FHC e Lula, nos quais se dá a expansão da educação superior, seja a partir de bases legais ou pelas políticas que a favoreceram, seguiremos adiante com o trabalho demonstrando esta expansão em números (segundo capítulo) e os programas que proporcionaram esta expansão (terceiro capítulo).

No próximo capítulo analisaremos a expansão da Educação Superior em âmbito nacional, no Estado de São Paulo e na região administrativa de Sorocaba, tendo em vista o tema do trabalho em questão.

3 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

3.1 Seu Significado

Partindo de dados pós-Reforma de 1968, mostraremos aqui as taxas de expansão, comparando os números em instituições públicas e privadas.

Dos anos 70 aos 80, como vimos no capítulo anterior, após a aprovação da Lei nº 5.540/ 68, criaram-se os primeiros espaços para a abertura de instituições particulares.

Já dos anos 80 aos 90, a expansão ficou um pouco menor, sem grandes mudanças em seus números. Esta pequena contenção ficou até 1996, quando após aprovação da LDBEN, abriram-se novos caminhos para a expansão, principalmente pela via privada.

Outro marco divisório que pode ser considerado nos níveis de expansão é o PNE, que traz em suas diretrizes, principalmente a meta em atingir uma proporção maior de jovens de 18 a 24 anos, procurando chegar a níveis parecidos aos de outros países da América do Sul.

Após estes dispositivos legais, a privatização da educação superior chegou a dados elevados e passou a ser fator de preocupação:

A privatização do sistema brasileiro, apesar de sua anomalia no contexto mundial, é uma realidade que precisa ser considerada. Como ela evidentemente foi construída por uma política de governos e de homens, ela pode evidentemente ser desconstruída e revista por outra política de governos e homens. A privatização herdada dos últimos anos resultou de uma política que teve sublinhado em seu dicionário os termos desregulamentação e downsizing, dois dos baluartes da política neoliberal e que, como sabemos, se traduziram fundamentalmente na abertura livre para o mercado e no encolhimento da presença do Estado. (PACHECO; RISTOFF, 2004, p. 14-15)

A expansão da educação superior busca atender à demanda, pois além do aumento do número de jovens concluintes do ensino médio, também o mercado de trabalho acabara por fazer maiores exigências em relação aos estudos e qualificações. Franco (2006, p. 5) diz: “A expansão é um tendência que se recoloca

ao longo dos anos, na ES brasileira, justificada por diferentes lógicas em dependência de interesses políticos e econômicos. [...].”

É importante ressaltar que, conforme já mencionava Ristoff (2008, p. 42): “A expansão, que não pode ser confundida com democratização, define-se pelo crescimento expressivo do sistema [...].”.

Este crescimento expressivo ocorre da seguinte forma:

[...] a expansão ocupa espaços e se dá por inúmeros meios: diversificação de instituições, cursos, modalidades de oferecimento, ampliação de vagas e modalidades de acesso, e até mesmo de finalidades e objetivos. Permanece, no entanto, o desafio para a gestão em preservar a qualidade na expansão pela inclusão afim de não remetê-la para o mundo profissional. Os desafios para a gestão da universidade passam pela questão do público e do privado e convergem para três ordens: da qualidade padronizadora versus autonomia, dos limites da expansão e da sobrevivência institucional. As políticas de expansão dos últimos anos não esgotam o paradoxo do controle do Estado conviver com a luta pela autonomia institucional e com a busca de soluções para os graves problemas que limitam a expansão e ameaçam a sobrevivência das instituições, da qualidade, dos serviços básicos ou da própria continuidade. (FRANCO, 2007, p. 9)

3.2 Expansão da Educação Superior no Brasil

El crecimiento del sistema había sido más intenso en los años sesenta y setenta, más lento en los ochenta, la llamada “década perdida”, y alcanzó un gran auge a partir de 1996. En efecto, con las políticas oficiales francamente favorables a la expansión privada y el apoyo legal de la Ley de Directrices y bases de la Educación Nacional, la matrícula viene aumentando consistentemente sobre todo a partir del año de 1.996, cuando se contaban 1.868.529 estudiantes. En 2003, el total de alumnos ha llegado a 3.887.022; en 2005 se elevó a 4.453.156; en este mismo año egresaron 717.858 estudiantes. Hoy, 2007, aproximadamente 5.000.000 de alumnos están matriculados en la educación superior brasileña. Es interesante observar que las IES públicas ofrecen un 63% de los cupos en el periodo diurno y un 37% en el periodo nocturno; en las IES privadas pasa casi el inverso. (DIAS SOBRINHO; BRITO, 2008, p. 492-493)

A seguir, apresentaremos gráficos e tabelas entre o período de 1970 a 2009, apontando os números da Educação Superior sobre Instituições de Educação Superior (IES), cursos, matrículas e descentralização regional.

3.2.1 Expansão das Instituições de Educação Superior (IES)

Antes de apontarmos os números referentes às IES, descrevemos brevemente os tipos em que as mesmas se apresentam.

Instituições de Educação Superior (IES) é o nome dado àquelas instituições que ministram educação superior, tais como universidades, faculdades, escolas, institutos, etc. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), as instituições classificam-se em categorias administrativas: pública e privada.

[...] são instituições públicas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público e privadas, as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. (BARREYRO, 2008, p. 28)

Dentre as categorias administrativas, as instituições públicas podem ser: federal, estadual ou municipal. As instituições privadas podem ser: particular, comunitária/ confessional ou filantrópica.

A partir destas denominações passamos aos números de IES.

Pelo Censo da Educação Superior de 2009, temos um total de 2.314 IES, sendo 245 públicas e 2.069 privadas. As 245 públicas se dividem em 94 federais, 84 estaduais e 67municipais. Enquanto as 2.069 IES privadas ficam divididas em 1.779 particulares e 290 comunitárias ou confessionais.

Analisando os dados da tabela 1 abaixo verificamos:

- De 1996 a 1997 o número de IES públicas não alterou.
- Entre 1999 a 2002, a expansão aconteceu de forma inexpressiva entre as públicas, considerando os outros anos que se sucederam.
- De 1996 a 2002 foram criadas 715 IES. Também se nota a redução de instituições públicas neste período, ou seja, de 1996 a 2002, dezesseis (16) a menos. Praticamente a expansão fica por conta do setor privado, sendo 731 instituições a mais neste período, chegando em 2002 com um total de 1.442 IES.
- Já de 2002 a 2009 – ocorre a abertura de 677 IES, sendo 50 públicas e 627 privadas. O setor público começou a dar pequenos passos em expansão.

Tabela 1 - Evolução do número de IES por categoria administrativa Brasil 1996/2009

Ano	Total	Pública	Privada
1996	922	211	711
1997	900	211	689
1998	973	209	764
1999	1.097	192	905
2000	1.180	176	1.004
2001	1.391	183	1.208
2002	1.637	195	1.442
2003	1.859	207	1.652
2004	2.013	224	1.789
2005	2.165	231	1.934
2006	2.270	248	2.022
2007	2.281	249	2.032
2008	2.252	236	2.016
2009	2.314	245	2.069

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil) - 2009/2010.

Nota: Elaboração própria.

Algo que chama a atenção no censo de 2008 é a redução do número de instituições, ou seja, 29 IES a menos que em 2007. Para tal fato a explicação que se coloca é:

No ano de 2008, pela primeira vez desde 1997, o número de IES diminuiu, sobretudo as faculdades federais. Tal diminuição pode ser explicada pela integração de instituições, por fusão ou compra, observada nos últimos anos. De fato, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em muitos casos, se deu a partir da fusão de Centros Federais de Educação Tecnológica. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2009, p. 8)

Para o crescimento acelerado das IES, sobretudo pós-LDBEN, como fator principal coloca-se a privatização do ensino, nos diversos níveis, principalmente na Educação Superior. Desta forma, em 2008:

A privatização pode ser constatada pelo crescimento, principalmente, das instituições privadas, com essas instituições atingindo em 2004 uma representatividade de 90% do total das instituições; 65% do total dos cursos e 70% do total das matrículas da educação superior. . (RISTOFF, 2008, p. 42)

De 2004 até 2008 não se veem grandes alterações, pois no censo de 2008, aponta-se que praticamente 90% de IES são privadas e 10% públicas.

Na discussão sobre privatização podemos ainda acrescentar um ponto a ser considerado:

[...] En las universidades públicas brasileñas, muchas prácticas pueden ser consideradas como de privatización interna o seudoprivatización, como, por ejemplo, los ajustes de oferta de cursos, programas y cupos a las demandas de sectores específicos del mercado, ventas de servicio para empresas comerciales, cobro de aranceles estudiantiles en actividades extra-curriculares, alquiler de espacios públicos, incorporación de la cultura organizativa empresarial, investigación orientada a los intereses de grupos privados etc. (DIAS SOBRINHO; BRITO, 2008, p. 496)

Considerando que o primeiro capítulo desse estudo apresentou o contexto histórico a partir do Governo Militar, da década de 60 até o Governo Lula, estaremos trabalhando com dados a partir de 1970 até 2009. Temos o ano de 1970, como referencial, pois após a Reforma Universitária, que se deu pela Lei nº 5.540/ 68, iniciam-se as fases de expansão de IES no Brasil. Lembrando, conforme vimos no capítulo 1, que esta expansão ocorre de maneiras diferentes em cada contexto político.

Continuando, veremos a evolução das IES de 1970 a 2009, por categoria administrativa, conforme tabela e gráfico.

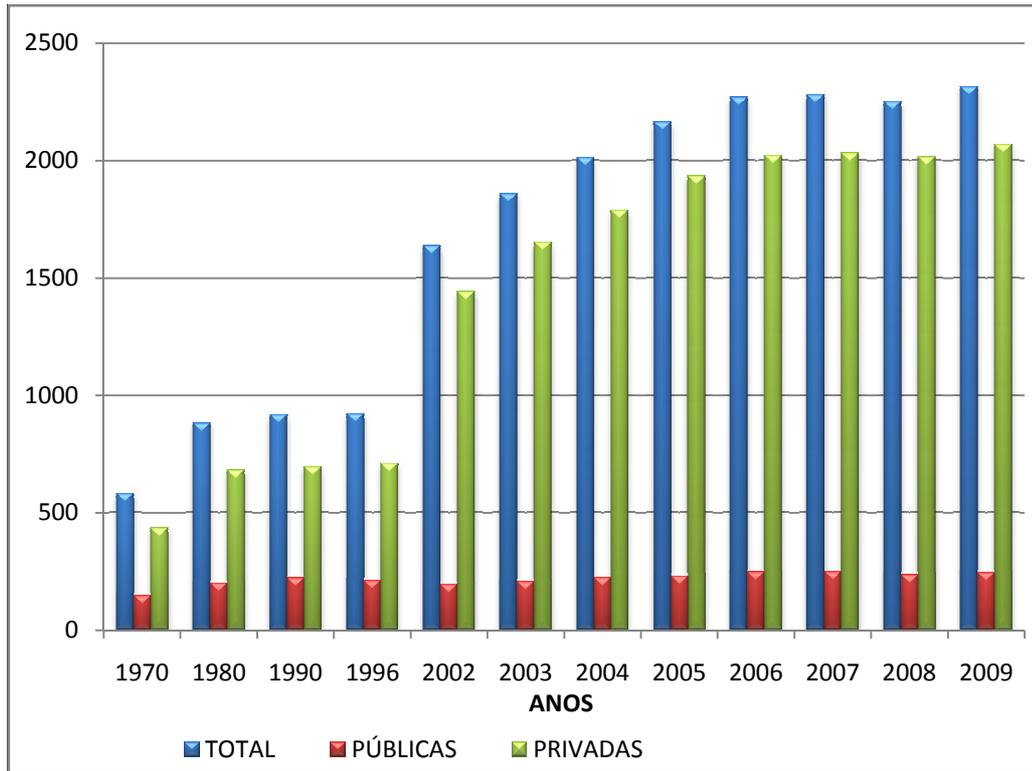
Tabela 2 - Evolução do número de IES por categoria administrativa Brasil 1970/2009

Ano	Total	Pública	Privada
1970	582	147	435
1980	882	200	682
1990	918	222	696
1996	922	211	711
2002	1.637	195	1.442
2003	1.859	207	1.652
2004	2.013	224	1.789
2005	2.165	231	1.934
2006	2.270	248	2.022
2007	2.281	249	2.032
2008	2.252	236	2.016
2009	2.314	245	2.069

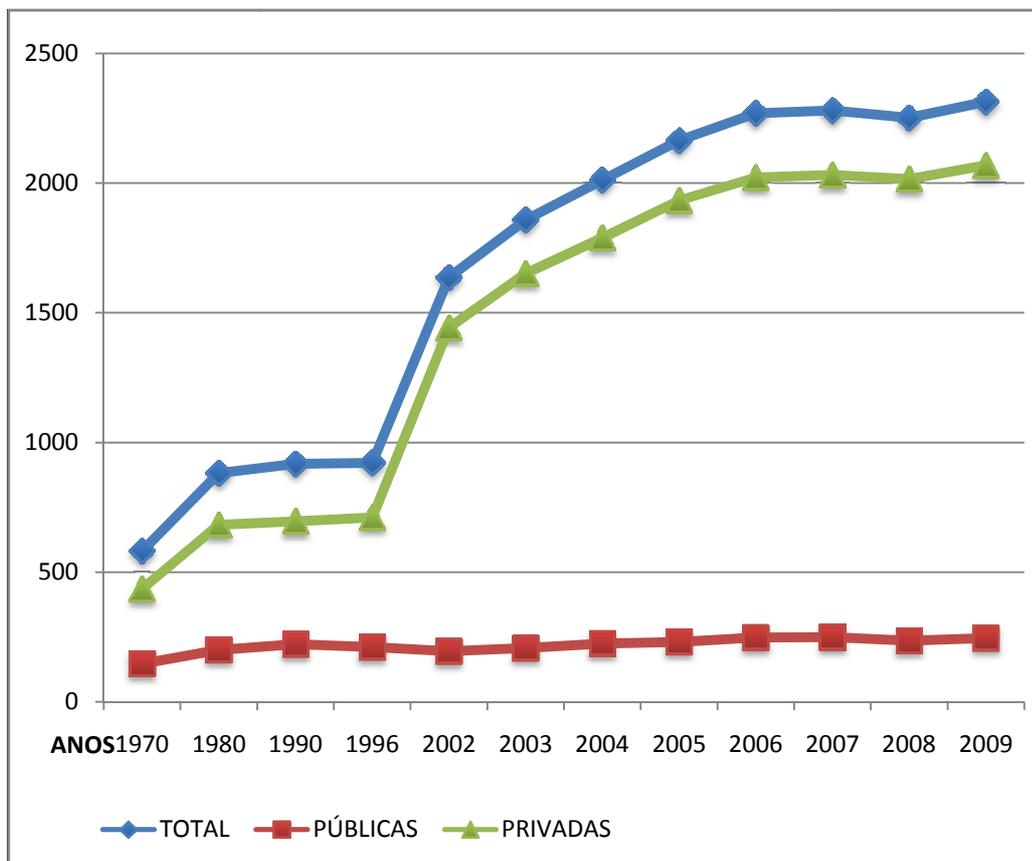
Fontes: GIOLO, 2006. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 2010.

Nota: Elaboração própria.

Gráfico 1: Evolução das Instituições de Ensino Superior de 1970 a 2009



Elaboração própria.



Sobre a categoria administrativa das IES, observaremos que as IES privadas aparecem em maior número que as IES públicas.

Outro aspecto importante da expansão da educação superior no país refere-se aos tipos de organização acadêmica.

Os tipos de organização acadêmica são: universidades, centros universitários e faculdades. Este tipo de diversidade organizacional acadêmica foi permitido a partir da atual LDBEN.

As universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, conforme artigo 209 da Constituição Federal, além das características apontadas no artigo 52 da LDBEN:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. (BRASIL, 1996)

Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Os centros universitários credenciados têm autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior. No entanto, essas instituições devem informar à Secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento, conforme disposto no art. 28 do Decreto nº 5.773/2006.

Pelo Decreto nº 5.773/2006 incorpora-se ao número de Faculdades: faculdades, escolas, institutos, faculdades integradas, centros federais de educação tecnológica e faculdades de tecnologia.

Adiante apontamos os números sobre a organização acadêmica existente no Brasil entre o período de 2002 e 2009.

Tabela 3 – Organização Acadêmica das IES - 1996/ 2009

Ano	Total	Universidades	Centros universitários	Faculdades
1996	922	136	-	786
1997	900	150	13	737
1998	973	153	18	802
1999	1.097	155	39	903
2000	1.180	156	50	974
2001	1.391	156	66	1.169
2002	1.637	162	77	1.398
2003	1.859	163	81	1.615
2004	2.013	169	107	1.737
2005	2.165	176	114	1.875
2006	2.270	178	119	1.973
2007	2.281	183	120	1.978
2008	2.252	183	124	1.945
2009	2.314	186	127	2.001

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 1997- 2010.

Nota: Elaboração própria.

Como observamos as faculdades aparecem em maior número, verificando-se somente em 2008 uma queda de 34. Mas, em 2009 chegam a 2.001, ou seja, 56 a mais que 2008. Entre 1996 e 2002 (governo FHC), foram abertas 612 faculdades, um crescimento de 44%. Entre 2003 e 2009 (governo Lula), o número de faculdades cresceu de 1.615 para 2.001, ou seja, 386 faculdades abertas, o que equivale a um crescimento de quase 20%.

No governo FHC, precisamente no ano de 1997, teremos a abertura dos centros universitários, que começam com 13 IES e chegam ao final deste governo com 77 IES, ou seja, cresceram 83% neste período. No governo Lula (2003-2009), os centros universitários aumentaram de 81 para 127, ou seja, um crescimento de 36%, menor que o governo anterior.

As universidades cresceram de modo bastante limitado entre 1996 a 2009: de 136 para 186, representando uma taxa de 27% de crescimento no período considerado.

Quanto às universidades, de 1996 a 2002 houve um crescimento de universidades privadas, as quais ultrapassaram as universidades públicas. A partir de 2005 este quadro começa a inverter-se, passando a ter mais universidades públicas que privadas, chegando em 2009 a 100 universidades públicas e 86 privadas, segundo dados do censo de 2009.

Tabela 4 – Categoria Administrativa das Universidades 1996/ 2009

Ano	Total	Universidades	Públicas	Privadas
1996	922	136	72	64
1997	900	150	77	73
1998	973	153	77	76
1999	1.097	155	72	83
2000	1.180	156	71	85
2001	1.391	156	71	85
2002	1.637	162	78	84
2003	1.859	163	79	84
2004	2.013	169	83	86
2005	2.165	176	90	86
2006	2.270	178	92	86
2007	2.281	183	96	87
2008	2.252	183	97	86
2009	2.314	186	100	86

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 1997/ 2010.

Nota: Elaboração própria.

O crescimento das instituições aponta uma expansão expressiva. Adiante, no terceiro capítulo, veremos se as possibilidades de acesso à educação superior acompanham esta expansão.

3.2.2 Expansão dos cursos

Os dados aqui se restringirão aos cursos de graduação presencial. Não entraremos na discussão dos cursos à distância, mesmo tendo em vista que se trata de um facilitador ao acesso de muitos cidadãos à educação superior.

Segundo o censo de 2009, os números de cursos presenciais continuam crescendo, chegando a 27.827 cursos. Observamos que os cursos encontram-se, em maior número, quase dois terços deles, em IES privadas.

Num período de quase duas décadas o número de cursos mais que quintuplicou: de 4.712 cursos em 1990 para 27.827 em 2009! Este crescimento se deu também em favor de educação superior privada. Em 1990, as públicas respondiam por 42.5% dos cursos, em 2009, as públicas respondem por 30% dos cursos e as particulares 70% da oferta dos cursos. Enquanto a oferta de cursos nas públicas aumentou de 2.001 cursos em 1990 para 8.228 em 2009, nas IES privadas o oferta dos cursos que era de 2.711 em 1990, alcançou 19.599 cursos em 2009.

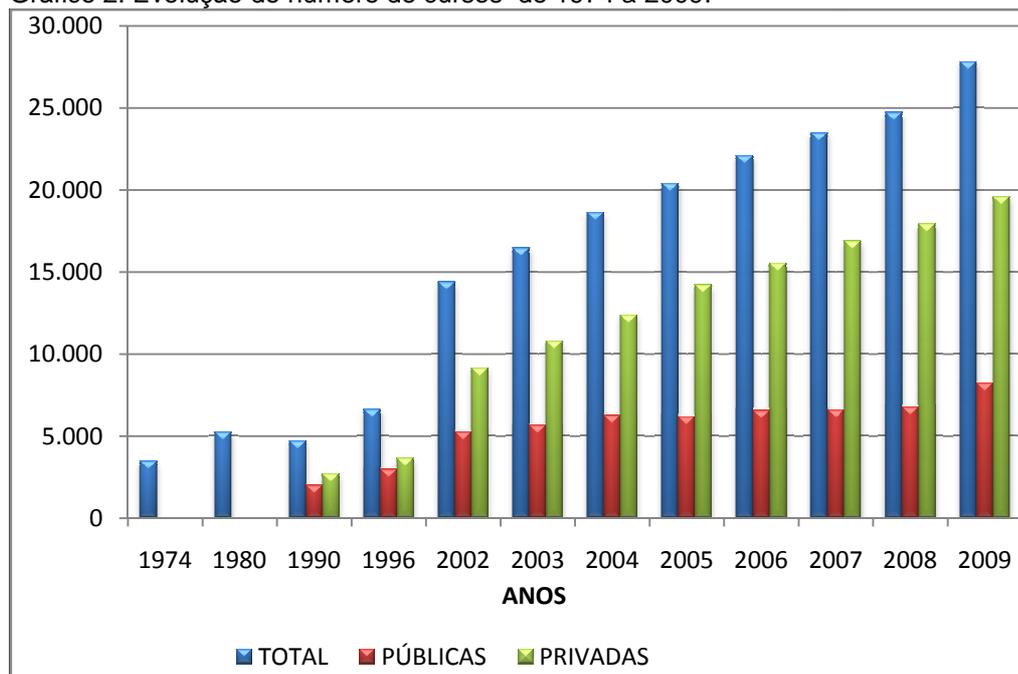
Tabela 5 – Evolução dos cursos presenciais entre 1974 a 2009

ANO	TOTAL	PÚBLICAS	PRIVADAS
1974	3.481	-	-
1980	5.248	-	-
1990	4.712	2.001	2.711
1996	6.644	2.978	3.666
2002	14.399	5.252	9.147
2003	16.453	5.662	10.791
2004	18.644	6.262	12.382
2005	20.407	6.191	14.216
2006	22.101	6.549	15.552
2007	23.488	6.596	16.892
2008	24.719	6.772	17.947
2009	27.827	8.228	19.599

Fontes: GIOLO, 2006. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 2010.

Nota: Elaboração própria.

Gráfico 2: Evolução do número de cursos de 1974 a 2009.



Elaboração própria.

Ainda podemos constatar quanto aos cursos, à tendência de aumento dos cursos noturnos. No tópico sobre a expansão das matrículas mais adiante poderemos constatar este crescimento.

Também existem cursos que não têm ou tem em número pequeno seu oferecimento no turno da noite.

[...] entre as opções oferecidas no período noturno, não se observam os cursos mais concorridos, como Medicina, Odontologia e Engenharia. Ao contrário, as características dos cursos oferecidos no período mencionado convergem no sentido de não necessitarem de laboratórios, não serem oferecidos em mais de um período (noturno e vespertino), representando uma alternativa de baixo custo tanto para as IES quanto para os alunos. (BITTAR; ALMEIDA; VELOSO, 2008, p. 92)

Entende-se a preocupação com a qualidade dos cursos noturnos, apesar de serem facilitadores ao acesso à Educação Superior.

A preocupação com a qualidade do ensino noturno é pertinente, uma vez que a história da educação superior é permeada, desde a Reforma Universitária de 1968, pela bandeira da expansão desse nível de ensino. (BITTAR; ALMEIDA; VELOSO, 2008, p. 100)

3.2.3 Expansão das matrículas

Observamos um grande salto de matrículas dos anos de 1970 a 2009. Oportunidades existem, o acesso a elas é a questão da discussão, apesar de hoje contarmos com alguns mecanismos, como o PROUNI, FIES, Cotas e REUNI.

A seguir a evolução das matrículas na graduação presencial, conforme tabela, que identifica o crescimento na busca de um curso superior.

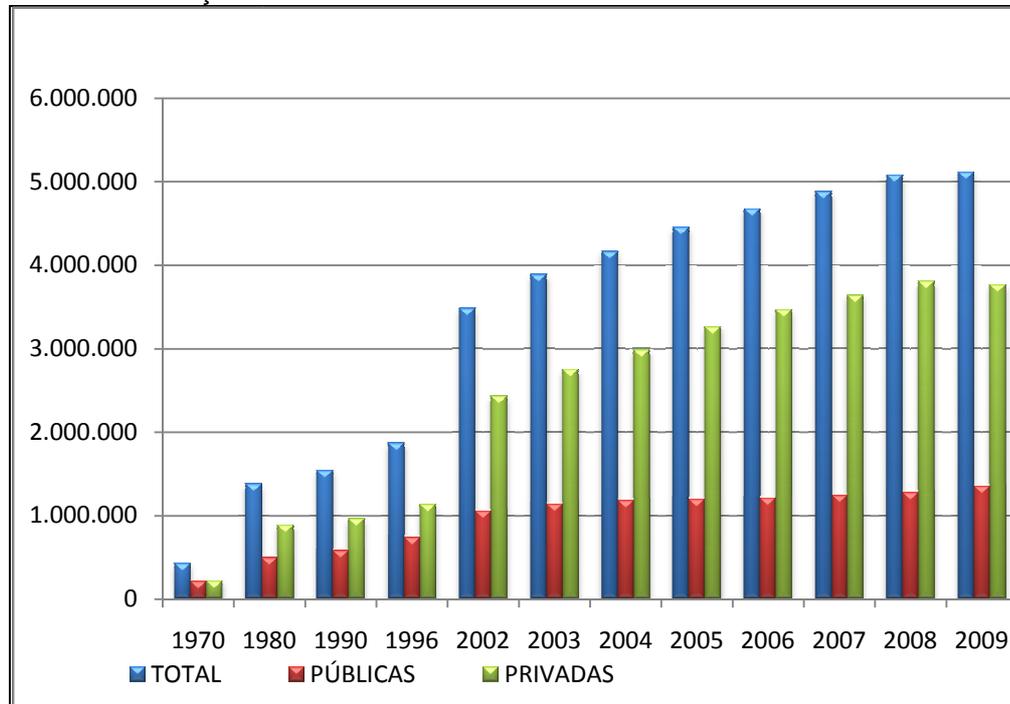
Tabela 6 – Evolução das matrículas na graduação, modalidade presencial, entre 1970 a 2009

ANO	TOTAL	PÚBLICAS	PRIVADAS
1970	425.470	210.613	214.865
1980	1.377.286	492.232	885.054
1990	1.540.080	578.625	961.455
1996	1.868.529	735.427	1.133.102
2002	3.479.913	1.051.655	2.428.258
2003	3.887.022	1.136.370	2.750.652
2004	4.163.733	1.178.328	2.985.405
2005	4.453.156	1.192.189	3.260.967
2006	4.676.646	1.209.304	3.467.342
2007	4.880.381	1.240.968	3.639.413
2008	5.080.056	1.273.965	3.806.091
2009	5.115.896	1.351.168	3.764.728

Fontes: GIOLO, 2006. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 2010. Nota: Elaboração própria.

Representamos a tabela 6 através do gráfico 3.

Gráfico 3: Evolução das matrículas de 1970 a 2009



Elaboração própria.

Sobre as matrículas vale enfatizar o aspecto quanto ao turno, diurno ou noturno.

Conforme o censo de 2008 as matrículas por turno estão contempladas nos períodos de 2002 a 2008 estão descritas na tabela 7. Ressaltamos que no censo de 2009 não encontramos dados sobre esta questão.

Poderemos observar a ampliação do oferecimento de vagas noturnas, mas diferenciações de números entre as IES que as oferecem. Pois,

[...] Uma das formas de ampliar esse acesso, preconizadas por essas políticas, refere-se ao oferecimento de cursos de graduação noturnos. Segundo Carlos Benedito Martins (2006, p. 1.002), “uma das tendências do ensino superior contemporâneo, em escala internacional, diz respeito à ampliação do seu acesso, fenômeno que se iniciou a partir da segunda metade do século XX”. Essa “tendência” se justifica também devido a uma demanda de estudantes que, ao mesmo tempo é trabalhadora, isto é, já está engajada no mercado de trabalho, necessita cursar a educação superior como meio de ascensão socioeconômica. (BITTAR; ALMEIDA; VELOSO, 2008, p. 91)

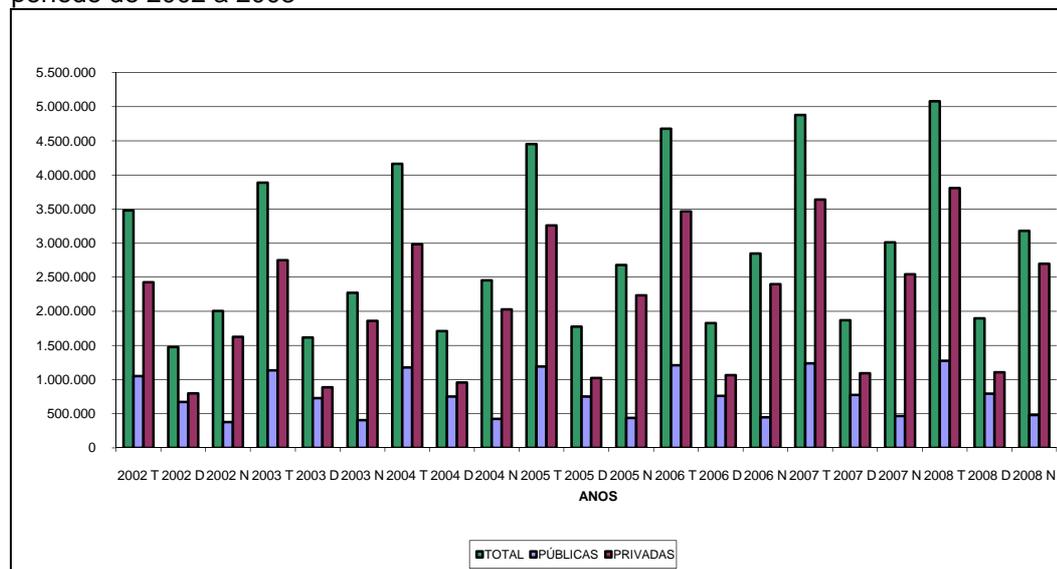
Tabela 7 – Matrículas distribuídas por categoria administrativa, segundo o turno, no período de 2002 a 2008

ANO		TOTAL	PÚBLICAS	PRIVADAS
2002	Total	3.479.913	1.051.655	2.428.258
	Diurno	1.476.158	674.910	801.242
	Noturno	2.003.755	376.745	1.627.016
2003	Total	3.887.022	1.136.370	2.750.652
	Diurno	1.616.556	729.113	887.443
	Noturno	2.270.466	407.257	1.863.209
2004	Total	4.163.733	1.178.328	2.985.405
	Diurno	1.709.385	753.034	956.351
	Noturno	2.454.348	425.294	2.029.054
2005	Total	4.453.156	1.192.189	3.260.967
	Diurno	1.775.401	751.124	1.024.277
	Noturno	2.677.755	441.065	2.236.690
2006	Total	4.676.646	1.209.304	3.467.342
	Diurno	1.828.976	761.758	1.067.218
	Noturno	2.847.670	447.546	2.400.124
2007	Total	4.880.381	1.240.968	3.639.413
	Diurno	1.870.848	776.399	1.094.449
	Noturno	3.009.533	464.569	2.544.964
2008	Total	5.080.056	1.273.965	3.806.091
	Diurno	1.900.443	793.181	1.107.262
	Noturno	3.179.613	480.784	2.698.829

Fontes: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 2010.

Nota: Elaboração própria.

Gráfico 4: Matrículas distribuídas por categoria administrativa, segundo o turno, no período de 2002 a 2008



O gráfico confirma o predomínio do período noturno nas instituições privadas, enquanto nas públicas este tipo de turno vai crescendo moderadamente. Nas instituições públicas o predomínio são matrículas no período diurno. Mais uma vez fica comprovado que o aluno trabalhador acaba por buscar uma instituição privada, pois os cursos são oferecidos em sua maioria no período noturno. As IES públicas apresentaram constantemente, de 2002 a 2008, maior número de matrículas no período diurno, considerando o seu princípio de ensino, pesquisa e extensão. Para estas vagas o aluno trabalhador dificilmente se encaixa, pois não consegue conciliar trabalho e estudo, em virtude de horários.

Concluimos que faltam vagas no ensino superior noturno público e sobram vagas nas IES privadas, o que representa ausência de políticas públicas, no sentido de ampliar a oferta de vagas nos cursos noturnos em IES públicas, principalmente ao considerarmos as características do estudante-trabalhador, sujeito que labora no período diurno e que compreende o diploma de um curso superior como meio para melhorar suas condições de vida. . (BITTAR; ALMEIDA; VELOSO, 2008 p.108)

Ainda em relação às matrículas, baseada no Resumo Técnico do Censo de 2008 (p.32), dentre as trinta primeiras IES, temos 19 privadas e 11 universidades públicas. Descrevemos na tabela 8, em ordem decrescente por número de matrículas, as 11 IES públicas, sendo 6 públicas federais e 5 públicas estaduais. Veremos que ocupava a 6ª posição a Universidade de São Paulo (USP), seguida da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), ambas estaduais paulistas. As outras estaduais que aparecem são do Estado do Amazonas (17ª), de Goiás (19ª) e da Bahia (26ª). As universidades federais aparecem nas seguintes posições: Universidade Federal do Pará (UFPA) em 11ª posição, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 14ª, a Universidade Federal do Ceará (UFC) em 20ª, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 22ª, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 25ª e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 30ª posição. A seguir a tabela 8 demonstra estas posições das IFES públicas entre as 30 primeiras IES em matrículas.

Tabela 8 – Classificação das primeiras IES públicas em número de matrículas – 2008

Ordem de classificação	Instituição	Sigla	UF	Categoria Administrativa	Matrículas
6º	Universidade de São Paulo	USP	SP	Universidade	50.508
10º	Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	Universidade	31.974
11º	Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	Universidade	31.069
14º	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	Universidade	29.132
17º	Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	Universidade	25.720
19º	Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	Universidade	24.325
20º	Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	Universidade	24.158
22º	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	Universidade	23.513
25º	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	Universidade	22.640
26º	Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	Universidade	22.486
30º	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	Universidade	21.662

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 2009

Nota: Elaboração própria.

Dentre as IES privadas, ou seja, das 19, aparece a Universidade Paulista (UNIP), do Estado de São Paulo, em primeiro lugar, com 166.601 matrículas, seguida da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, com 115.916 matrículas e em terceiro, novamente mais uma universidade do estado de São Paulo, a Universidade Nove de Julho, com 93.520 matrículas.

Entre as trinta (30) instituições, aparecem dois centros universitários, ambos localizados no estado do Rio de Janeiro, sendo IES privadas. Em vigésimo sétimo (27º) o Centro Universitário Augusto Mota (UNAM), com 22.417 matrículas e em vigésimo oitavo (28º) o Centro Universitário da Cidade (UniverCidade), apresentando 22.310 matrículas.

3.2.4 Descentralização por região: IES, cursos e matrículas

No que diz respeito à Educação Superior em números, veremos que tanto em questão de IES, cursos e matrículas, há uma concentração de números na Região Sudeste, denominado por Ristoff de Sudestificação:

O desequilíbrio regional caracteriza-se principalmente pela Sudestificação da educação superior. Os quatro Estados da Região Sudeste representam cerca da metade das instituições, cursos e matrículas do Brasil. O predomínio da Região Sudeste, embora venha diminuindo desde 1996, ainda continua sendo um fenômeno expressivo. (RISTOFF, 2008, p. 43)

A seguir números que levam à afirmação acima.

Tabela 9 - IES distribuídas por região de 1996 a 2009

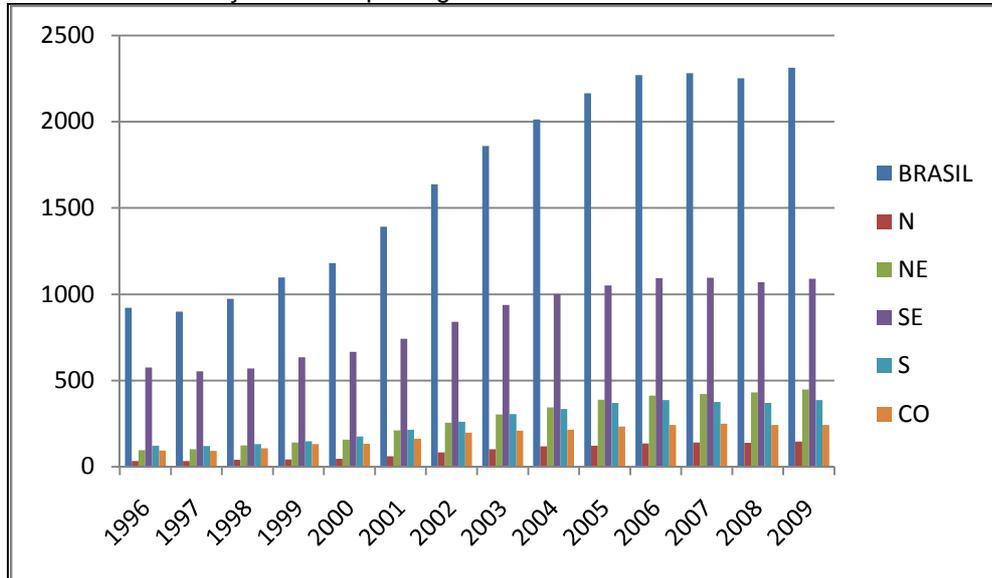
ANO	BRASIL	N	NE	SE	S	CO
1996	922	34	97	575	122	94
1997	900	34	101	553	120	92
1998	973	40	124	570	131	108
1999	1.097	42	141	634	148	132
2000	1.180	46	157	667	176	134
2001	1.391	61	211	742	215	162
2002	1.637	83	256	840	260	198
2003	1.859	101	304	938	306	210
2004	2.013	118	344	1.001	335	215
2005	2.165	122	388	1.051	370	234
2006	2.270	135	412	1.093	387	243
2007	2.281	140	422	1.095	375	249
2008	2.252	139	432	1.069	370	242
2009	2.314	147	448	1.090	386	243

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 2009/ 2010.

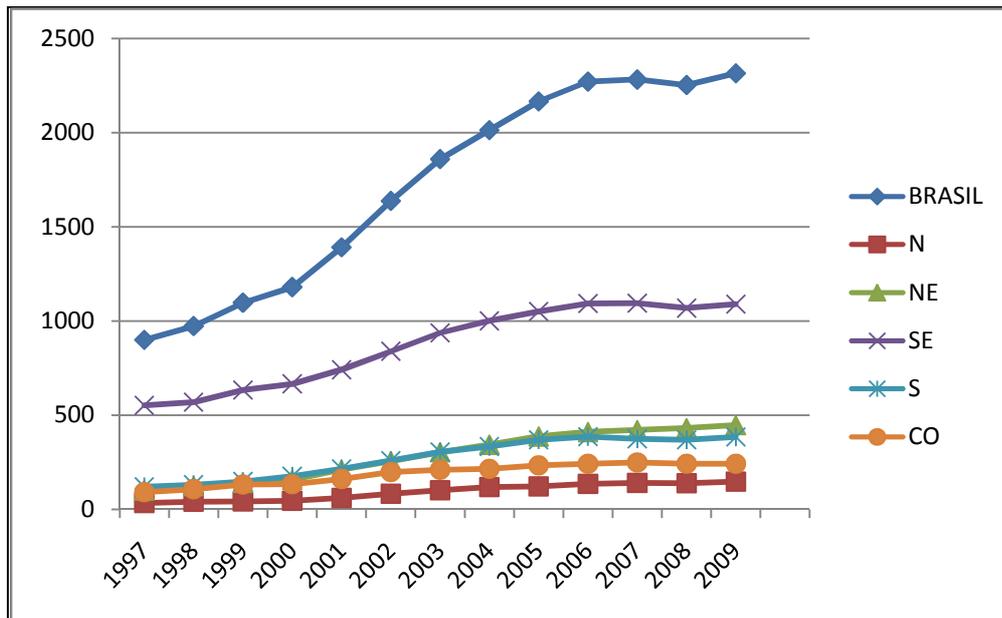
Nota: Elaboração própria.

Na representação gráfica temos conforme Gráfico 5.

Gráfico 5: Distribuição de IES por região de 1996 a 2009



Elaboração própria.



No que diz respeito aos cursos por região representamos esta distribuição na tabela 10 a seguir.

Tabela 10 – Número de cursos distribuídos por região de 1996 a 2009

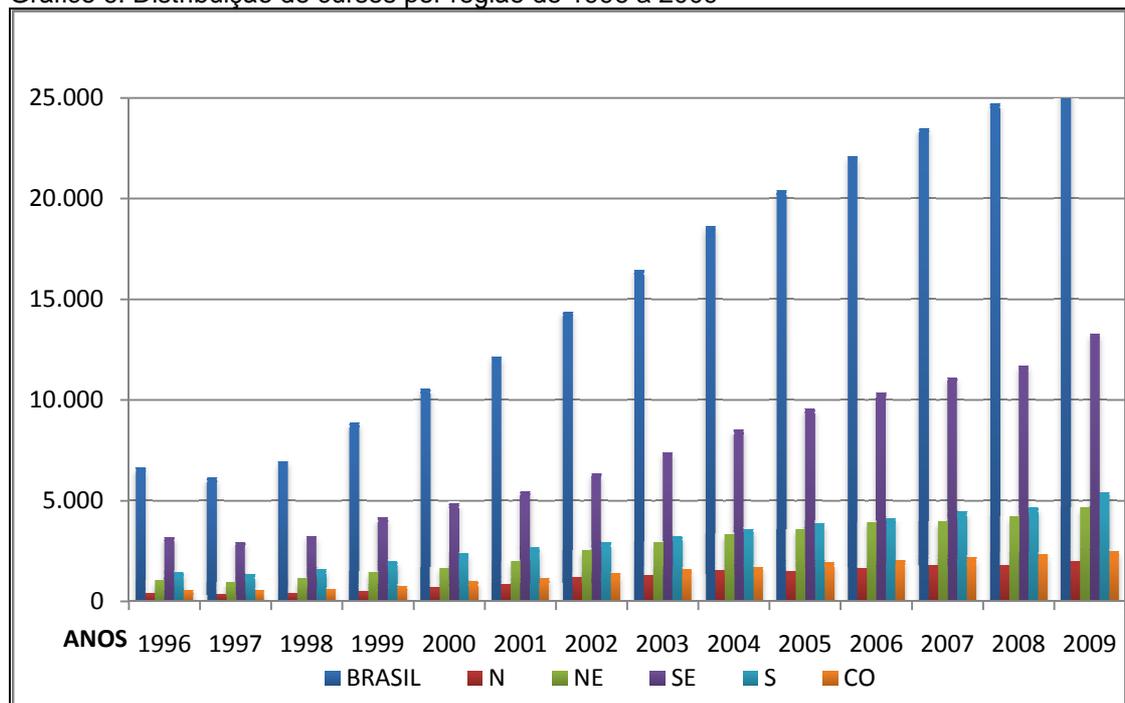
ANO	BRASIL	N	NE	SE	S	CO
1996	6.644	412	1.031	3.178	1.463	560
1997	6.132	381	934	2.947	1.342	528
1998	6.950	387	1.134	3.247	1.575	607
1999	8.878	485	1.467	4.151	2.015	760
2000	10.575	708	1.662	4.844	2.382	989
2001	12.155	843	1.978	5.489	2.682	1.163
2002	14.399	1.200	2.514	6.341	2.949	1.395
2003	16.453	1.306	2.927	7.394	3.252	1.574
2004	18.644	1.527	3.318	8.545	3.561	1.693
2005	20.407	1.482	3.560	9.549	3.893	1.923
2006	22.101	1.649	3.944	10.341	4.141	2.026
2007	23.488	1.792	3.963	11.090	4.472	2.171
2008	24.719	1.802	4.215	11.709	4.658	2.335
2009	27.827	2.004	4.655	13.278	5.386	2.504

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 2009/ 2010.

Nota: Elaboração própria.

Pelo gráfico 6, temos:

Gráfico 6: Distribuição de cursos por região de 1996 a 2009



Elaboração própria.

Em número de matrículas, estas ficaram distribuídas por regiões conforme tabela 11.

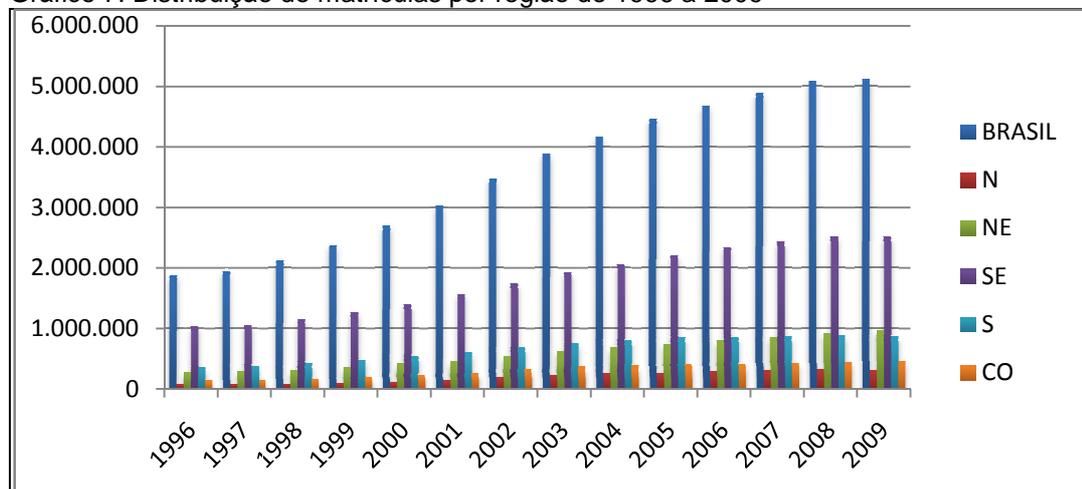
Tabela 11 – Distribuição de matrículas por região de 1996 a 2009

ANO	BRASIL	N	NE	SE	S	CO
1996	1.868.529	77.169	279.428	1.028.297	349.193	134.442
1997	1.945.615	77.735	289.625	1.053.281	378.566	146.408
1998	2.125.958	85.077	310.159	1.148.004	419.133	163.585
1999	2.369.945	94.411	357.835	1.257.562	473.136	187.001
2000	2.694.245	115.058	413.709	1.398.039	542.435	225.004
2001	3.030.754	141.892	460.315	1.566.610	601.588	260.349
2002	3.479.913	190.111	542.409	1.746.277	677.655	323.461
2003	3.887.022	230.227	624.692	1.918.033	745.164	368.906
2004	4.163.733	250.676	680.029	2.055.200	793.298	384.530
2005	4.453.156	261.147	738.262	2.209.633	845.341	398.773
2006	4.676.646	280.554	796.140	2.333.514	854.831	411.607
2007	4.880.381	303.984	853.319	2.431.715	864.264	427.099
2008	5.080.056	323.190	912.693	2.512.560	887.182	444.431
2009	5.115.896	313.959	965.502	2.516.712	865.936	453.787

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 2009/ 2010.

Nota: Elaboração própria.

Gráfico 7: Distribuição de matrículas por região de 1996 a 2009



Após estes números apresentados identifica-se, segundo Ristoff:

A ampliação do acesso nos remete ao fato de que a expansão da educação superior não teve apenas um sentido de ampliação geográfica, mas também um sentido de ampliação de oportunidades de acesso para setores da classe média até então excluídos desse nível de ensino. Esta ampliação do acesso confunde-se em grande parte com o próprio processo de privatização, pois ocorreu principalmente como resultado da forte exclusão historicamente reinante nas universidades públicas. (RISTOFF, 2008, p. 43)

Observamos o aumento expressivo de IES, cursos e matrículas. São números que expressa o quanto se evoluiu desde a Lei de 1968 até o presente momento. Se na década de 60 vivenciava-se a falta de vagas aos aprovados nos vestibulares, os que então eram chamados de excedentes, já após o ano 2000 o fato é outro:

A ociosidade crescente de vagas talvez tenha sido uma das mais chocantes realidades desde 2003, pois ocorre ao mesmo tempo em que milhares de jovens buscam a educação pós-média. Em 2004, do total de vagas disponíveis na educação superior (2.320.421), apenas 1.303.110 (56,2%) foram preenchidas, permanecendo ociosas 1.017.311 vagas (43,8%). Em 2003, pela primeira vez na história da República, o número de vagas na educação superior superou o número de concluintes do ensino médio. (RISTOFF, 2008, p. 43)

A seguir dando continuidade sobre os números em educação superior passamos a focar a Região Sudeste e o Estado de São Paulo, cujos espaços são destaques nesta expansão pelo número relevante de IES, cursos e matrículas que concentram.

3.3 A expansão da Educação Superior na Região Sudeste

A Região Sudeste é formada pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, concentrando o maior número de IES, matrículas, cursos, levando este fato a ser denominado de “sudestificação”, conforme Ristoff (2008).

A seguir, alguns dados sobre a Educação Superior na Região Sudeste:

Em relação às instituições temos os seguintes dados entre os anos de 1996 a 2009:

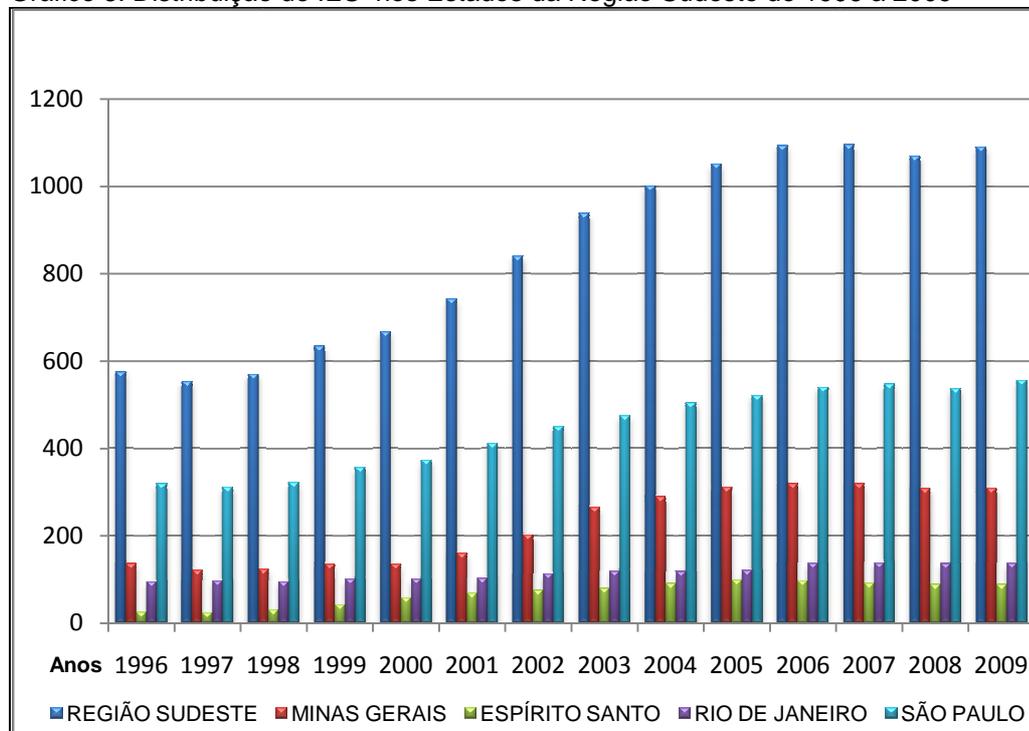
Tabela 12 – Distribuição de IES nos Estados da Região Sudeste de 1996 a 2009.

ANO	REGIÃO SUDESTE	MINAS GERAIS	ESPÍRITO SANTO	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO
1996	575	136	25	95	319
1997	553	121	24	97	311
1998	570	123	30	95	322
1999	634	135	42	101	356
2000	667	135	58	101	373
2001	742	160	68	103	411
2002	840	202	75	113	450
2003	938	265	79	119	475
2004	1.001	289	90	118	504
2005	1.051	311	98	121	521
2006	1.093	319	97	137	540
2007	1.095	319	91	138	547
2008	1.069	308	88	136	537
2009	1.090	309	88	137	556

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 2009/ 2010.

Nota: Elaboração própria.

Gráfico 8: Distribuição de IES nos Estados da Região Sudeste de 1996 a 2009



Podemos observar pelos dados apresentados que, em 2009, praticamente 51% das IES se encontram no Estado de São Paulo. Após, vem Minas Gerais com 28%, em seguida o Rio de Janeiro com 13% e o Espírito Santo com 8% das IES.

Sobre os cursos temos registrados os seguintes dados, conforme se vê na tabela 13.

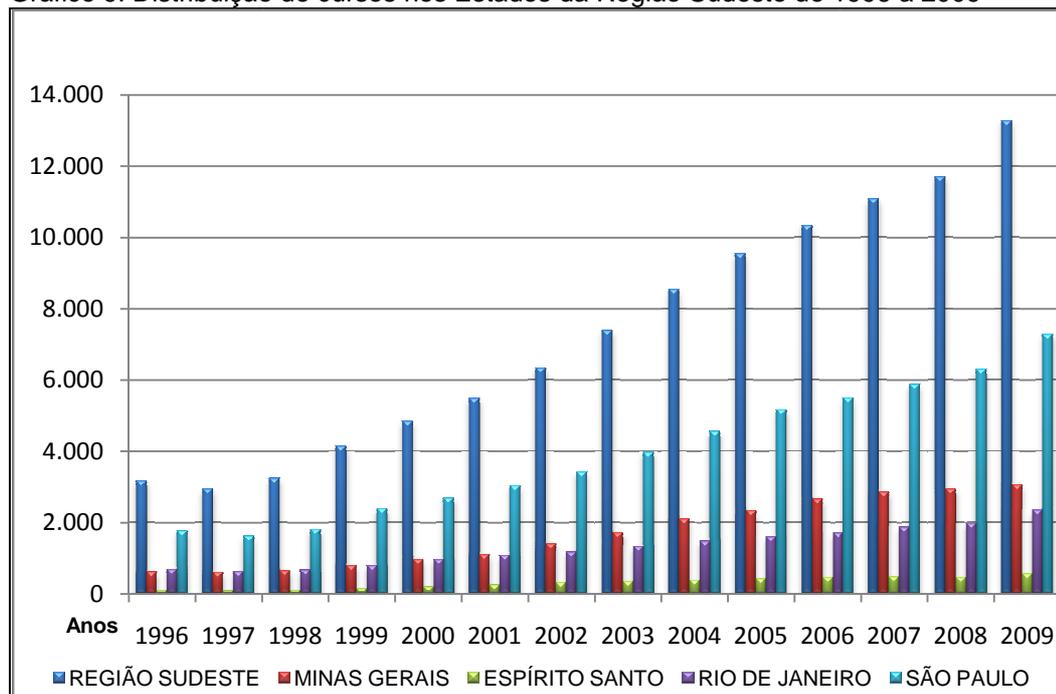
Tabela 13 – Cursos distribuídos nos Estados da Região Sudeste de 1996 a 2009

ANO	REGIÃO SUDESTE	MINAS GERAIS	ESPÍRITO SANTO	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO
1996	3.178	620	94	693	1.771
1997	2.947	610	86	627	1.624
1998	3.247	661	99	674	1.813
1999	4.151	804	144	804	2.399
2000	4.844	974	205	973	2.692
2001	5.489	1.107	257	1.089	3.036
2002	6.341	1.412	325	1.179	3.425
2003	7.394	1.726	357	1.339	3.972
2004	8.545	2.105	393	1.485	4.562
2005	9.549	2.342	437	1.603	5.167
2006	10.341	2.661	466	1.713	5.501
2007	11.090	2.856	484	1.876	5.874
2008	11.709	2.954	465	1.983	6.307
2009	13.278	3.066	568	2.359	7.285

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 2009/ 2010.

Nota: Elaboração própria.

Gráfico 9: Distribuição de cursos nos Estados da Região Sudeste de 1996 a 2009



Elaboração própria.

O Estado de São Paulo devido ao seu forte processo de crescimento e industrialização acaba por concentrar um número bastante expressivo de IES, cursos e matrículas.

Em relação às matrículas na Região Sudeste elas estão distribuídas da seguinte forma:

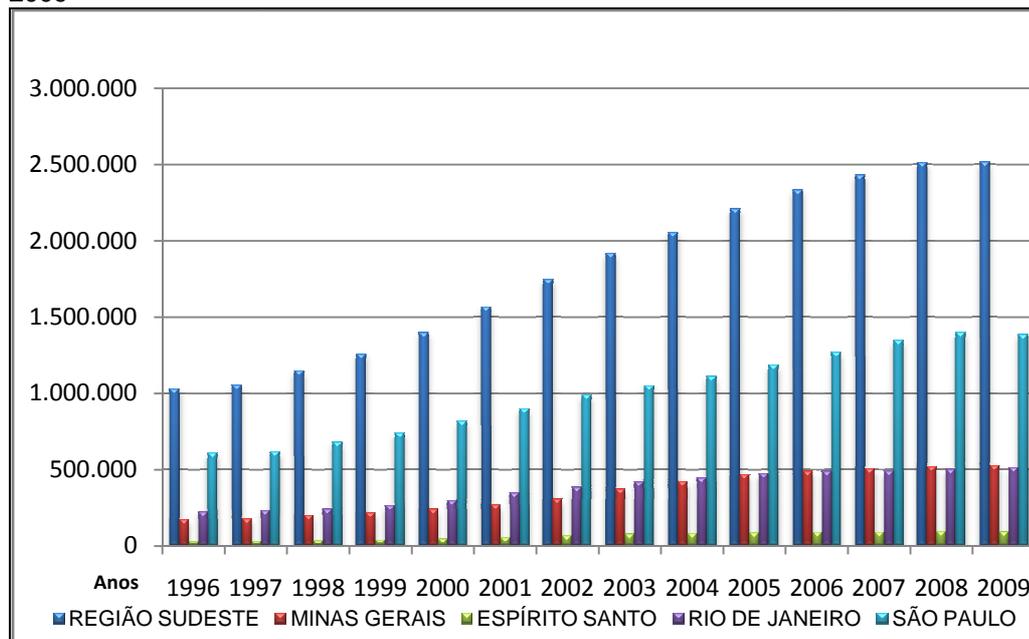
Tabela 14 – Matrículas distribuídas nos Estados da região Sudeste de 1996 a 2009

ANO	REGIÃO SUDESTE	MINAS GERAIS	ESPÍRITO SANTO	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO
1996	1.028.297	172.797	25.280	222.135	608.085
1997	1.053.281	177.804	27.832	231.114	616.531
1998	1.148.004	199.115	31.470	238.713	678.706
1999	1.257.562	216.215	36.155	265.079	740.113
2000	1.398.039	239.456	44.286	295.993	818.304
2001	1.566.610	269.019	52.372	346.576	898.643
2002	1.746.277	306.895	66.489	384.197	988.696
2003	1.918.033	371.752	75.738	420.489	1.050.054
2004	2.055.200	420.955	80.231	444.321	1.109.693
2005	2.209.633	466.910	84.110	473.585	1.185.028
2006	2.333.514	487.789	88.514	488.235	1.268.976
2007	2.431.715	505.090	89.610	490.394	1.346.621
2008	2.512.560	521.045	92.199	500.266	1.399.050
2009	2.516.712	527.243	91.389	512.973	1.385.107

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 2009/ 2010.

Nota: Elaboração própria.

Gráfico 10: Distribuição de matrículas nos Estados da Região Sudeste de 1996 a 2009



Elaboração própria.

Das 2.516.712 matrículas na Região Sudeste, temos 1.385.107 no Estado de São Paulo, o que equivale a 55% do total de matriculados na região em destaque.

Como podemos observar pelas tabelas apresentadas, o Estado de São Paulo sempre ocupou papel de destaque entre os quatro estados da Região Sudeste, tanto em números de IES, cursos ou matrículas. Como já dito pelo seu grande campo de desenvolvimento econômico atrai também a necessidade do desenvolvimento social e cultural.

El carácter dual de la sociedad brasileña provoca enormes disparidades en las oportunidades de estudio y trabajo, que se reflejan tanto a niveles individuales como en términos geográficos. Por ejemplo, el estado de Sao Paulo (sureste) cuenta con casi la cuarta parte de los estudiantes de las instituciones de educación superior brasileña y la mitad de las investigaciones; a su vez, las regiones más pobres del nordeste y del norte presentan importantes vulnerabilidades cuantitativas y cualitativas de suministro educativo y producción científica. [...] (DIAS SOBRINHO; BRITO, 2008, p. 489-490)

A seguir, alguns aspectos sobre o desenvolvimento da Educação Superior no Estado de São Paulo.

3.4 A expansão no Estado de São Paulo

Antes de entrarmos nos números referentes à expansão da educação superior no Estado de São Paulo traçaremos um breve histórico das instituições criadas no estado paulista e também a importância destas para o processo de expansão.

3.4.1 Alguns aspectos históricos sobre a expansão paulista na Educação Superior

Para apresentarmos alguns aspectos históricos sobre a educação superior paulista, utilizamos como referencial a pesquisa de diversos estudiosos da

Educação Superior, cujo trabalho sob o título *Educação Superior Brasileira: 1991-2004* foi realizado por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Este trabalho teve como organizadores Dilvo Ristoff e Jaime Giolo, sendo publicado em 2006, tendo como proposta apresentar um panorama da educação superior de todos os estados. Sobre a educação paulista, o capítulo foi elaborado pelos autores: Valdemar Sguissardi, João dos Reis Silva Júnior e Carlos Roberto Massao Hayashi, cujo título *Educação Superior em São Paulo: 1991 – 2004*.

A seguir, alguns trechos no sentido de compreender um pouco a expansão e os números que tornam o Estado de São Paulo interessante no estudo da Educação Superior, tendo em vista possuir muitas IES, entre elas universidades públicas reconhecidas internacionalmente e de referência, no caso, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Campinas (UNICAMP).

Quando surgem as primeiras universidades paulistas, ou melhor, a educação superior em São Paulo?

A educação superior no Estado de São Paulo surge oficialmente cinco anos após a Proclamação da Independência, quando da criação, por lei do Império, de 11 de agosto de 1827, da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, na capital. Essa lei, que também cria a Faculdade de Direito de Olinda, será a certidão de nascimento do ensino humanístico-jurídico no País e da educação superior em São Paulo; o ato original da educação superior no Brasil deve ser atribuído à criação das Faculdades de Medicina de Salvador e Rio de Janeiro, logo após a chegada de D. João VI e da corte portuguesa, em 1808, em fuga das tropas napoleônicas invasoras da metrópole colonial. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006. p. 22)

Ou seja, primeiramente surge o curso de Direito.

Alguns elementos que favoreceram o desenvolvimento educacional em São Paulo foram: a questão da imigração estrangeira, a urbanização e a industrialização. “Decorrentes desses processos e reagindo sobre ele, os movimentos sociais e sindicais urbanos abriram uma nova fase na história do País”. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006. p. 25)

O início deste crescimento na capital São Paulo se deu:

Na década de 1890, quando a população da capital passava de cerca de 65 mil para cerca de 240 mil habitantes, começam a multiplicar-se as instituições de ensino superior e institutos científicos que farão história até os dias de hoje: Escola Politécnica, hoje Escola Politécnica da Universidade

de São Paulo (USP) (1893); Faculdade de Medicina, hoje Faculdade de Medicina da USP (1891-1913); Instituto Adolfo Lutz (1893); Escola de Engenharia Mackenzie (1896); Escola de Farmácia de S. Paulo, hoje Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP (1898); Instituto Serumtherápico, o Butantan (1899-1901). (Dados colhidos nos diferentes sites oficiais das instituições nominadas na Internet.) Diferentemente da Escola de Medicina, a Escola Politécnica teve rápida e vigorosa expansão. Quando aquela entra em efetivo funcionamento, esta já era uma escola consolidada. Ambas serão incorporadas à USP em 1934. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p. 26)

O surgimento de algumas importantes universidades da capital, segundo o estudo (2006):

- Universidade Mackenzie foi instituída em 1952, mas teve sua origem em 1870, com a fundação, em São Paulo, da escola Americana, e mais tarde pela criação da Escola de Engenharia Mackenzie em 1896.
- Faculdade de Medicina foi criada por lei em 1891.
- Em 1908, abre-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento. Esta faculdade constituir-se-á no núcleo inicial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instituída em 1946.
- No ano de 1902, Escola Prática de Comércio, mais tarde, em 1923, transformada na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, que, em 1931, criou a primeira Faculdade de Ciências Econômicas do País (FECAP, 2006).
- A Escola Prática Luiz de Queiroz (1901), em Piracicaba, que mais tarde se transformaria na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (1931) e, em 1934, numa das primeiras unidades constituintes da USP (ESALQ 100 ANOS, 2001, p. 27 et passim). (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p. 27)

Reafirma-se que somente depois da *Revolução de 30* é que começa a ter impulso a Educação Superior em São Paulo: “Foi apenas após a Revolução de 30 que essa retomou o elã demonstrado no final do século XIX.” (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p. 28)

O que impulsionou a abertura da USP, segundo o estudo (2006):

A criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), em 1920, nascida por aglutinação de escolas pré-existentes – de Medicina, Politécnica, e de Direito - e a constituição da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1927, também pela reunião de cinco faculdades – Engenharia, Medicina, Direito, Farmácia e Odontologia, de certo contribuíram para fazer germinar

no campo da educação superior, em São Paulo, sementes de algumas futuras importantes instituições. O Inquérito sobre a Educação Pública em São Paulo, para o jornal O Estado de S. Paulo, em 1926, conduzido por Fernando de Azevedo, futuro redator do Projeto da Universidade de São Paulo, em 1934, com suas preocupações quanto à necessidade de uma universidade para este estado, são disso um convincente indicador. Acrescente-se a isso a promulgação da Lei Rocha Vaz (Reforma João Luiz Alves), de 1925, que autorizava a criação de universidades, além da do Rio de Janeiro. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p. 28)

O que mais favoreceu:

Mas serão a Revolução de Trinta, a aprovação do Estatuto das Universidades Brasileiras, por Decreto Federal nº 19.851, de 11 de abril de 1931, determinando a forma de criação e modos de organização das instituições de ensino superior, universidades ou não, e, principalmente, no caso de São Paulo, a derrota da Revolução de 32 que irão desencadear as energias represadas e conduzir, não somente à criação da USP, em 1934, mas também à de outras importantes instituições como a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 27 de maio de 1933, e a Escola Paulista de Medicina (EPM), em 1º de julho de 1933. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p. 28)

Até a abertura da USP, muitos dos cursos seguiam o modelo napoleônico, a partir da abertura desta universidade implanta-se a questão do ensino-pesquisa, ou seja, no modelo humboldtiano. Ressaltando a questão,

No prefácio ao livro Maria de F. de Paula, A modernização da Universidade e a transformação da *intelligentzia* universitária (PAULA, 2002), que examina os casos da USP e da UFRJ, Dias Sobrinho escreve: *“A USP surge como um projeto de formação de elites intelectuais e dirigentes modernos para assegurar a hegemonia paulista no plano nacional. (...) A concepção humboldtiana estava presente na forma e nas idéias. Tratava-se de instituição que objetivava “promover, pela pesquisa, o progresso da ciência”, como condição fundamental da construção de uma nação moderna. A pesquisa tem valor central, como professado no Decreto n.6.283, de 25 de janeiro de 1934, que funda a USP: “somente por seus institutos de investigação científica de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos”.* (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 13). (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p.30)

É importante mencionar o surgimento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo em vista que da capital ela se estenderá ao interior de São Paulo.

[...] A PUC-SP nasce em 22 de agosto de 1946 da junção entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, fundada em 1908, e da Faculdade Paulista de Direito, fundada nesse mesmo ano (1946). O título de Pontifícia veio em 1947, concedido pelo Papa Pio XII. Em 1948, as Irmãs Carmelitas doaram à PUC-SP o seu convento, a capela e um terreno de 18 mil metros quadrados, na rua Monte Alegre, onde hoje funciona o prédio sede. Em 1967, a PUC-SP passou a se orientar, no plano acadêmico, pelo documento de Buga (Colômbia) para as Universidades Católicas, que enfatiza a formação humanista. (PUC-SP, 2006). (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p. 31)

Voltando a falar da PUC:

Uma das primeiras instituições de ensino superior do interior paulista é a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Campinas (1941), idealizada ainda nos anos 1930 pelo bispo titular da Diocese, que também pensava na criação de uma universidade. [...] A Universidade Católica de Campinas foi reconhecida oficialmente em 1955 e a partir de 1972 recebeu o título de Pontifícia. (PUC-Campinas, 2006). (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p. 32)

Além da PUC, outras IES surgiram no interior de São Paulo:

- Em 1947 – o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA);
- “[...] nos anos 1950, da Escola de Engenharia de São Carlos, que se filiará à USP [...]”. (INEP, 2006, p.32)
- Em 1966 - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- Em 1968 - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
- Sobre a Universidade Estadual Paulista (UNESP), em 1976, deu origem a ela as “[...] Seis Irmãs, as FFCL do interior paulista (Araraquara, Assis, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto), [...]”. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p. 32)

Os autores apontam alguns fatores levados em conta para a abertura das instituições. Em algumas situações,

[...] as instituições eram criadas pelas mãos das elites econômico-políticas locais. O caso da UFSCar e o envolvimento do empresário e político Ernesto Pereira Lopes na sua instalação, quando presidia a UDN nacional e/ou era líder do governo no Congresso Nacional, é apenas um exemplo marcante. Raramente, na localização geográfica, prevaleciam os critérios de existência de mercado de trabalho, clientela potencial e disponibilidade de recursos institucionais e humanos qualificados. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p. 33)

Em outras situações, seguindo modelos já implantados, como foi o caso do surgimento da UNICAMP, nos moldes da UnB:

Fugindo a essa tendência, por iniciativa do Estado e de personagens como o Professor Zeferino Vaz, que já havia estado à frente da criação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (1952-1956) e da reitoria da UnB (nos conturbados anos de 1964-1965), surge a Unicamp em 1966. A Unicamp, inspira-se na estrutura organizacional da UnB e, como diz Meneghel, adianta, de certa forma, a “estrutura organizacional consagrada na Reforma Universitária de 1968, vinda da UnB”. Entretanto, teria sobre esta uma grande vantagem: “o forte vínculo com a demanda das indústrias da região. (...) A preocupação com a área tecnológica, com a produção de conhecimento para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico esteve presente desde o início, em interação com o projeto ‘Brasil potência’”(2006, p. 330). Enfim, dando continuidade à concepção operacional de ciência posta em prática na criação do ITA, a Unicamp instituiu-se, desde sua origem, como “universidade tecnológica”, de pesquisa e de pós-graduação. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p. 34)

A mudança no processo de seleção para entrada no curso superior, ou seja, a criação do vestibular classificatório, após a reforma universitária de 1968 também favoreceu a abertura de instituições, pois estas abriram os “famosos” cursinhos. Estes cursinhos tinham como proposta preparar o aluno para a entrada em universidades reconhecidas e quase sempre públicas. Muitos estudantes foram à procura destes “cursinhos” ou matrículas em escolas secundárias, que pudessem garantir uma boa preparação para o vestibular e conseqüentemente garantir a entrada na universidade, em especial nas públicas.

As mudanças ocorridas no processo de seleção para a educação superior logo nos primeiros anos da ditadura militar, em decorrência da crise dos excedentes, que conduziu à adoção dos exames vestibulares com o número de aprovados limitado ao número de vagas oferecidas, e a grande demanda, em especial para as universidades públicas, gratuitas e de melhor qualidade, provocaram o fenômeno dos cursinhos, que depois se transformam em faculdades e mais tarde em universidades privadas com fins lucrativos ou em verdadeiras empresas comerciais de ensino. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p. 35)

Destas instituições privadas algumas se tornaram Instituições de Ensino Superior, por exemplo: “A Universidade Paulista que, em 2006, ultrapassa os 100 mil alunos de graduação, herdeira dos Cursinhos Objetivo, foi reconhecida apenas em 1988, mas sua primeira unidade constitutiva, o Instituto Unificado Paulista (IUP) foi

autorizado em 1972.” (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p. 35)

A expansão da Educação Superior no Estado de São Paulo enveredou pelo mesmo percurso de privatização seguido por todo o Brasil.

A região Sudeste agregou o maior número de IES, cursos, matrículas, tendo nela Estados de grande desenvolvimento e de marco histórico, como é o caso do Estado de São Paulo.

3.4.2 A expansão em IES, cursos e matrículas no Estado de São Paulo

Apresentamos a seguir os números que demonstram a expansão no Estado de São Paulo. Nas tabelas que se seguem temos os números em instituições, cursos e matrículas, no período de 1996 a 2009.

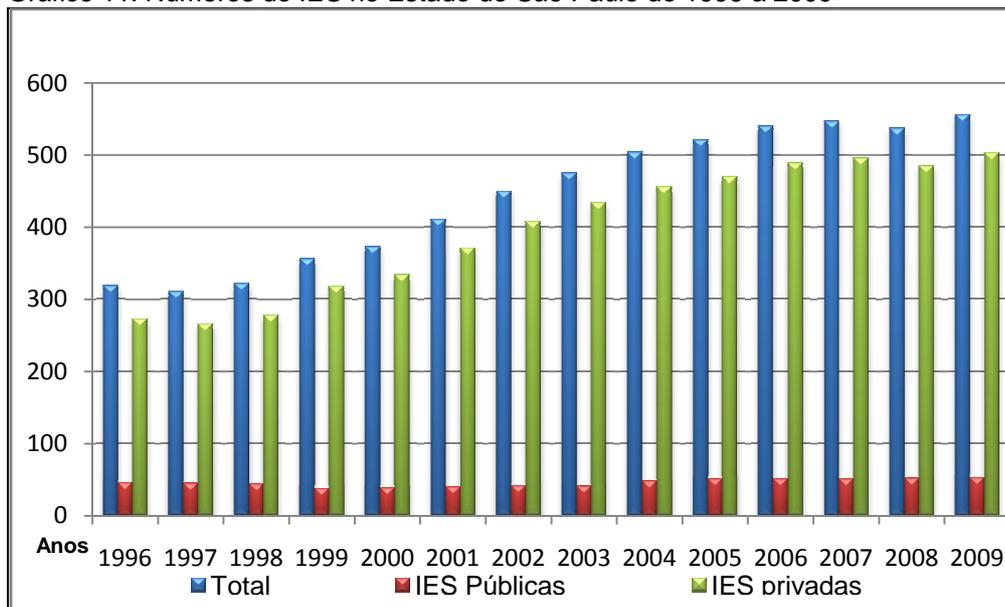
Tabela 15 – Número de IES no Estado de São Paulo – 1996 – 2009

ANO	Total	IES Públicas	IES privadas
1996	319	46	273
1997	311	45	266
1998	322	44	278
1999	356	38	318
2000	373	39	334
2001	411	40	371
2002	450	42	408
2003	475	41	434
2004	504	48	456
2005	521	51	470
2006	540	51	489
2007	547	51	496
2008	537	52	485
2009	556	53	503

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 2005/ 2006/ 2007/ 2008/ 2009/ 2010.

Nota: Elaboração própria.

Gráfico 11: Números de IES no Estado de São Paulo de 1996 a 2009



Elaboração própria.

Pelos dados observados identificamos no período entre 1996 a 2003 uma diminuição constante de IES públicas. A partir de 2004 é que estas novamente começam a se expandir, porém de modo bastante contido. Em 2009, as IES públicas correspondiam a 9,5% do total de IES, enquanto as IES privadas a 90,5% deste total.

Sobre os cursos, os dados apresentados são os seguintes:

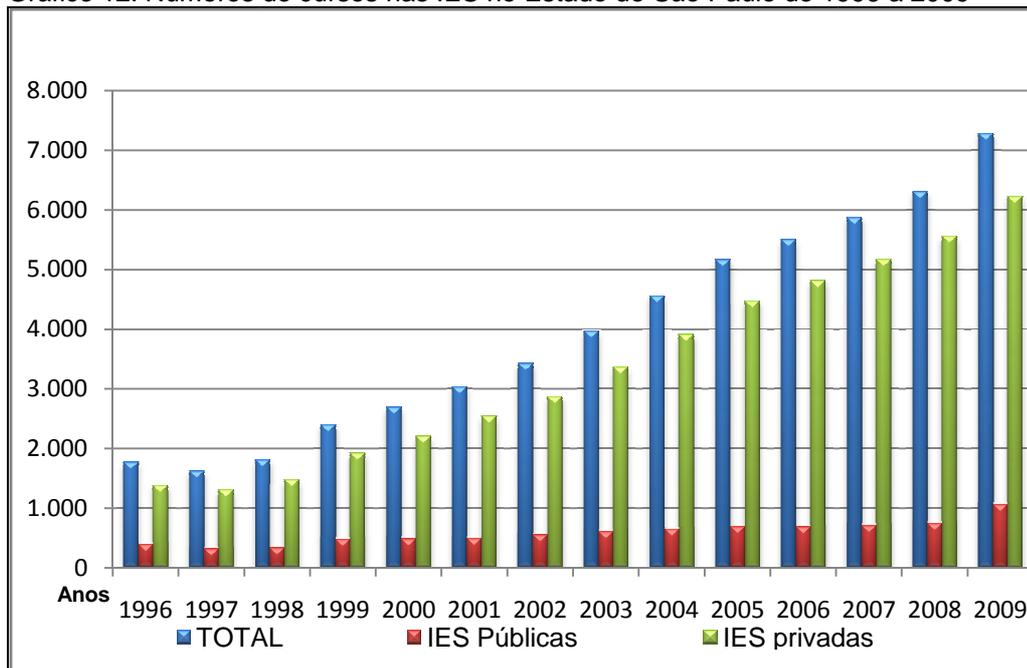
Tabela 16 – Número de cursos nas IES no Estado de São Paulo – 1996 – 2009

ANO	TOTAL	IES Públicas	IES privadas
1996	1.771	391	1.380
1997	1.624	317	1.307
1998	1.813	336	1.477
1999	2.399	476	1.923
2000	2.692	486	2.206
2001	3.036	495	2.541
2002	3.425	553	2.872
2003	3.972	606	3.366
2004	4.562	649	3.913
2005	5.167	691	4.476
2006	5.501	688	4.813
2007	5.874	706	5.168
2008	6.307	748	5.559
2009	7.285	1.063	6.222

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 2005/ 2006/ 2007/ 2008/ 2009/ 2010.

Nota: Elaboração própria.

Gráfico 12: Números de cursos nas IES no Estado de São Paulo de 1996 a 2009



Elaboração própria.

Em relação aos cursos as IES públicas correspondem a 14,6% do total, já as IES privadas são responsáveis por 85,4% do total de cursos oferecidos.

Na tabela a seguir passamos aos dados sobre matrículas no Estado de São Paulo.

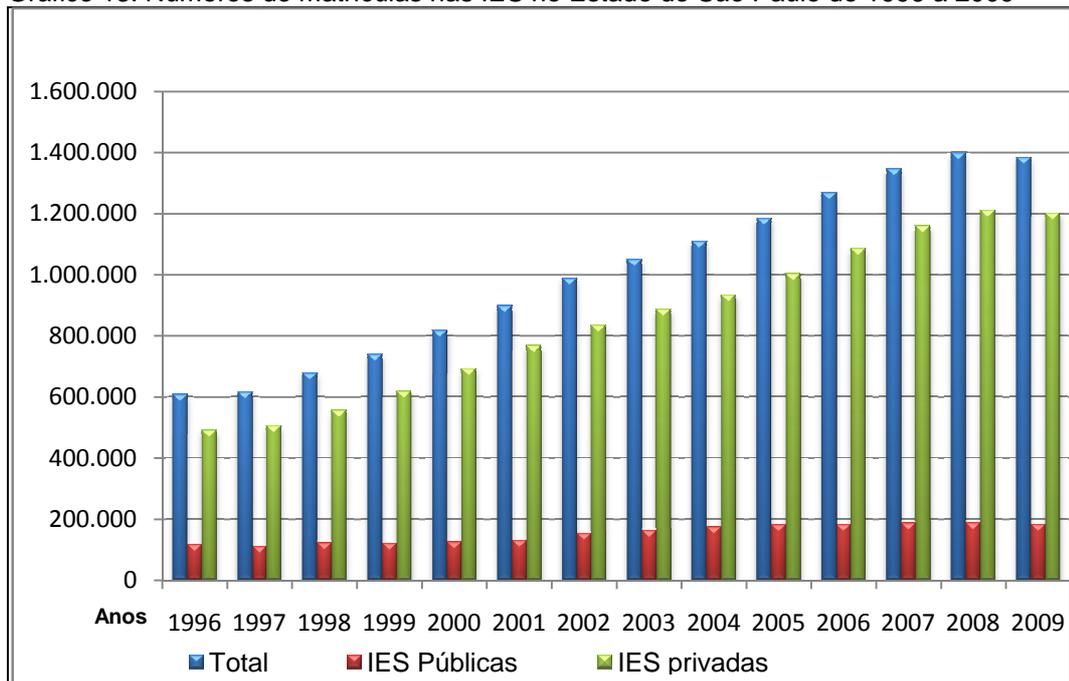
Tabela 17 – Número de matrículas nas IES no Estado de São Paulo – 1996 – 2009.

ANO	Total	IES Públicas	IES privadas
1996	608.085	116.725	491.360
1997	616.531	110.883	505.648
1998	678.706	122.757	555.949
1999	740.113	121.415	618.698
2000	818.304	125.553	692.751
2001	898.643	130.914	767.729
2002	988.696	153.432	835.264
2003	1.050.054	163.030	887.024
2004	1.109.693	175.073	934.620
2005	1.185.028	182.102	1.002.926
2006	1.268.976	182.815	1.086.161
2007	1.346.621	187.050	1.159.571
2008	1.399.050	188.336	1.210.714
2009	1.385.107	183.085	1.202.022

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil), 2005/ 2006/ 2007/ 2008/ 2009/ 2010.

Nota: Elaboração própria.

Gráfico 13: Números de matrículas nas IES no Estado de São Paulo de 1996 a 2009



Elaboração própria.

As matrículas seguem com percentuais semelhantes aos dos cursos. As matrículas nas públicas em 2009 correspondiam a 13,2% do total e as instituições concentravam 86,8% das matrículas.

Após esta demonstração de números referentes à educação superior no Estado de São Paulo, além do contexto histórico sobre a expansão neste Estado, passaremos a ver a expansão na cidade de Sorocaba, locus deste tema de trabalho.

3.5 A expansão da Educação Superior em Sorocaba

Antes de descrevermos propriamente a expansão da educação superior em Sorocaba, faremos um recorte sobre a Região Administrativa (RA) de Sorocaba, na qual está inserido o município de Sorocaba, além de outros 78 municípios. É importante termos uma visão do tamanho desta RA e também de seus aspectos econômicos e sociais, para que possamos compreender o quanto é pertinente uma democratização da educação superior efetiva e ampla neste espaço regional.

[...] possui estrutura econômica bem diversificada, tanto no âmbito da agropecuária quanto no setor industrial. Esse dinamismo está vinculado à história do município-sede e beneficia-se da localização privilegiada da região em decorrência da proximidade da Região Metropolitana de São Paulo e seus importantes eixos viários. No entanto, a atividade econômica encontra-se geograficamente concentrada na RA, principalmente em torno do município-sede. Com a inauguração da Rodovia Raposo Tavares, em 1954, a indústria diversificou-se, passando a produzir bens intermediários, de capital e de consumo duráveis. Nos anos 1970, a agricultura regional dinamizou-se, ganhando importância no abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP.

Uma das características da RA de Sorocaba é a diversificação do seu setor agropecuário, ao contrário do que ocorre na maioria das regiões do interior paulista. (SEADE, 2010, p. 61)

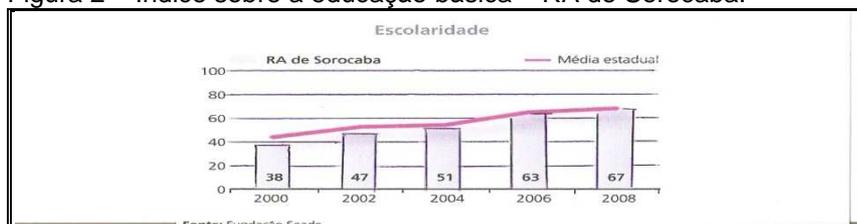
Os 79 municípios da RA de Sorocaba se dividem em cinco grupos com Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) diferenciado. Sorocaba pertence ao grupo 1 de IPRS. Fazem parte deste grupo, também os municípios de: Alumínio, Boituva, Botucatu, Porto Feliz, Itu e Salto. O grupo 1 é formado por municípios com índice elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais (longevidade e escolaridade médio/alto). Encontram-se no apêndice A os demais grupos, municípios e categorias.

Sobre o município de Sorocaba a economia gira em torno, principalmente, de atividades industriais e comerciais. Pela sua localização, ou seja, 96 km de distância da capital paulistana, além dos acessos às diversas rodovias, entre elas a Rodovia Castelo Branco (SP 280) e Rodovia Raposo Tavares (SP 270), o município acaba por atrair grandes empresas, favorecendo seu desenvolvimento econômico.

Sorocaba é um município que teve seu crescimento populacional acelerado. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 a população é de 586.625 habitantes. É o quarto município do interior de São Paulo em população, após Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto.

Sobre a questão de escolaridade a RA de Sorocaba apresenta índices razoáveis em relação à Educação Básica. Segundo a Fundação Seade (2010):

Figura 2 – Índice sobre a educação básica – RA de Sorocaba.



Fonte: Fundação SEADE, 2010.

Também se registra que

Em todos os municípios da região, o percentual de jovens que concluíram o ensino fundamental e o médio aumentou ou manteve-se estável. Apesar desse bom desempenho, apenas 15 municípios (inclusive o município-sede) registram proporções de jovens de 18 e 19 anos que concluíram o ensino médio superiores à média do Estado. [...]. (FUNDAÇÃO SEADE, 2010, p.64)

E a Educação Superior como se apresenta? Em 2007, na Revista Ensino Superior, Holanda escreveu que:

Na Região Administrativa de Sorocaba, que congrega 79 municípios, o crescimento foi de 12%. Essa foi a Região que mais cresceu no Estado de São Paulo, tanto no acumulado de cinco anos quanto no ano de 2005, seguida por Campinas e São José dos Campos. Os dados positivos são explicados pelo crescimento econômico que, segundo dados da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), coloca a região em quarto lugar na participação do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo. Atualmente, a Região Administrativa de Sorocaba possui 52,2 mil alunos matriculados no ensino superior. A expectativa é que esse número cresça para 76,3 mil alunos até 2010. (HOLANDA, 2007, *online*)

3.5.2 As Instituições de Educação Superior em Sorocaba

Em relação ao município de Sorocaba a expansão da Educação Superior se deu de modo a acompanhar o seu crescimento, porém a expansão da educação superior pública foi mais lenta. A cidade de Sorocaba sempre foi para a região um local de busca de novas oportunidades no campo educacional, principalmente no nível superior, devido a sua localização e status de cidade grande. Considerando o porte de Sorocaba, as IES públicas tardaram a chegar. A primeira IES pública implantada foi a Faculdade de Tecnologia (FATEC) em 1970. Em 2002 foi implantada a UNESP. Em 2006 foi criado um campus da UFSCar.

Falando um pouco sobre cada IES na cidade de Sorocaba, começaremos pelas abertas há muitos anos e chegando às mais recentes.

A década de 50 é marcada pela abertura de três faculdades importantes para a história de Sorocaba: a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Direito.

A Faculdade de Medicina de Sorocaba foi uma das implantadas pela PUC – SP no interior de São Paulo, hoje denominada de Centro de Ciências Médicas e Biológicas de Sorocaba. Atualmente, conta com os cursos de Medicina,

Enfermagem e Biologia. A faculdade possui grande importância social para a cidade, tendo em vista os hospitais que dela fazem parte.

O complexo do CCMB compreende três hospitais (Santa Lucinda, Leonor Mendes de Barros e Linneu M. Silveira), além dos prédios de Ortopedia, Administração, Biblioteca, CAVB e Ginásio Poliesportivo. Quando a faculdade foi instalada, o município de Sorocaba tinha 110 mil habitantes, dos quais 80 mil na cidade. (PUC SP, 2010)

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba foi de extrema relevância, pois formou e continua formando muitos dos professores do município e região. Foi:

“[...] criada como Faculdade Municipal, em 1951, mas que só começou a funcionar quando o Bispado de Sorocaba aceitou administrá-la, em 1954, com os dois primeiros cursos: Pedagogia e Letras Neolatinas. No ano seguinte, três novos cursos: Filosofia, Geografia e História. Começo humilde e, paradoxalmente, brilhante para a época, com professores vindos de São Paulo e do exterior, e cursos de tempo integral, manhã e tarde.” (UNISO, 2010)

Vinculada a esta faculdade, em 1967 foi criado o curso de Administração de Empresas e o de Matemática em 1968. Outros cursos foram criados, mas não se firmaram. Consolidaram-se também os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. No final dos anos 80, se inicia o processo de transformação da F.F.C.L para Universidade:

Entre 1988 a 1994 desenvolveu-se o projeto de criação da Universidade (Projeto Uniso). Nesse processo, constituíram-se, em 1992, as Faculdades Integradas Dom Aguirre (Fida) e, em 1994 (15/9), chegou-se à criação da Uniso. (UNISO, 2010)

Hoje a UNISO oferece um rol de cursos, desde os mais tradicionais aos mais contemporâneos. Importante aqui ressaltar que a Universidade mantém os cursos de Mestrado e Doutorado em Educação, Mestrado em Ciências Farmacêuticas e em Comunicação e Cultura.

Outra importante faculdade foi a Faculdade de Direito (FADI) de Sorocaba, criada em 1956, passando a funcionar com o bacharelado em Direito a partir de 1957.

[...] o Decreto Federal nº. 41.445, de 30 de abril de 1.957, concedia autorização para o funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Sorocaba, que conforme o ofício 3.944, de 2-5-1.957 do MEC foi autorizado o Calendário Especial, com o primeiro vestibular marcado para os dias 9 a 13 de maio de 1.957, e a solenidade de implantação no dia 18 de maio de 1.957. (FADI, 2010)

Na década de 70, deu-se a abertura de outras faculdades que se fortaleceram, consideradas referências para Sorocaba e região. São: a Faculdade de Tecnologia Centro Paula Souza (FATEC) em 1970, a Faculdade de Engenharia de Sorocaba (FACENS) em 1976 com início em 1977 e a Faculdade de Educação Física de Sorocaba (FEFISO) em 1978.

A FATEC de Sorocaba conta hoje com diversos cursos: Tecnólogo em Mecânica - Modalidade Projetos, Tecnólogo em Mecânica - Modalidade Processos de Produção, Tecnólogo em Sistemas Biomédicos , Tecnólogo em Produção de Plásticos, Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnólogo em Logística. Formando tecnólogos, esta modalidade é hoje bastante forte no mercado de trabalho, sendo as FATECs referência na formação de tecnólogos.

A FACENS trouxe para Sorocaba cursos na área de Engenharia. A cidade já tinha os cursos de Medicina, Direito, Ciências e Letras, desta forma os cursos de Engenharia vieram para completar o rol de cursos, cujo campo de trabalho estava em alta e prestígio para a época.

No início de 1976, a Associação Cultural de Renovação Tecnológica Sorocabana – ACRTS, protocolou no então Ministério da Educação e Cultura (MEC) um pedido para instalação da Faculdade de Engenharia de Sorocaba – FACENS, na cidade de Sorocaba. Em outubro de 1976, foi publicada a autorização para a implantação de seus primeiros cursos. A FACENS, assim, organizou seu primeiro vestibular em janeiro de 1977, para os cursos de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica. (FACENS, 2010)

Atualmente, a FACENS mantém os seguintes cursos na área de Engenharia: Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Mecatrônica e Engenharia da Computação.

Ainda nesta década aconteceu a criação da FEFISO, com o curso de Educação Física, considerando que desde a década de 50 via-se a possibilidade de tal abertura.

Em 1954, quando o movimento academista começou a ser difundido na cidade, não se imagina que viesse a se transformar no que é hoje: uma das maiores ACM da América Latina e do Brasil em número de sócios, que sedia a Faculdade de Educação Física e o Instituto Técnico de Preparação de Profissionais, e foi a primeira ACM instalada no interior do país, uma vez que o movimento academista sempre se centralizou nas grandes capitais. (ACM SOROCABA, 2010)

Após alguns anos,

Em 1971, efetuava a compra de um imóvel que faz fundos com a ACM Centro, sendo na Rua 7 de Setembro. Em 1978, a ACM inicia e conclui a transferência da Faculdade de Educação Física, uma escola que existia desde 1971 a que estava enfrentando uma série de problemas como a dificuldade no mercado de trabalho por falta de instalação necessárias para a continuidade do trabalho de formação dos futuros profissionais em Educação Física, que passou a chamar-se Faculdade de Educação Física da ACM de Sorocaba. (ACM SOROCABA, 2010)

As instituições de nível superior aqui mencionadas foram as primeiras de Sorocaba e região. Todas sempre foram e continuam sendo bastante procuradas pelos estudantes de Sorocaba e região, devido ao seu contexto histórico.

Já a partir das décadas de 80 e 90, Sorocaba passa a ter outras faculdades, como aconteceu em todo Brasil. A expansão chegou à cidade, principalmente pela iniciativa privada.

Sorocaba conta hoje com 16 Instituições de Educação Superior, apresentadas no Apêndice B, segundo dados recentes (2011) do Sistema e-mec, do Ministério da Educação (MEC). Estas 16 IES oferecem um total de 214 cursos em atividade, também conforme o sistema e-mec. apresentados no apêndice C.

De todas as IES mencionadas, somente a FATEC era pública. Em 2002, chega a Sorocaba mais uma IES pública, a Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O Campus de Sorocaba, inicialmente criado como "Unidade Diferenciada de Sorocaba/Iperó", foi instituído em reunião do Conselho Universitário da UNESP no dia 29 de agosto de 2002, como parte do plano de expansão de vagas proposta pelo Prof. Dr. José Carlos Souza Trindade, Reitor da Unesp na época. (UNESP, 2010)

O campus iniciou com dois cursos: Engenharia de Controle e Automação e Engenharia Ambiental e não se ampliou. Segundo informações presentes no site estuda-se a possibilidade da abertura de novos cursos, especialização, mestrado e doutorado.

Em 2006, a cidade passa a contar com mais uma instituição pública, agora federal, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que aqui implantou um dos seus campi. Abordaremos a UFSCar com mais detalhes no quarto capítulo deste trabalho.

Concluindo este capítulo, observamos a proporção em que se deu a expansão da educação superior no Brasil, na Região Sudeste, no Estado de São Paulo e em Sorocaba.

As políticas de expansão da escolaridade e, particularmente, de ampliação das matrículas na educação superior constituem aspectos que deveriam ser considerados importantes não simplesmente do ponto de vista dos interesses econômicos, mas, sobretudo, da democratização da sociedade e do aprofundamento da justiça social. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1.233)

Neste capítulo enfatizou-se a expansão. No terceiro capítulo veremos como o acesso a estas IES acontece hoje, tendo em vista os programas que permitem ampliar o acesso de muitos estudantes ao nível universitário. Pois, nas palavras de Franco (2007, p. 4), "A fase que agora se vislumbra é a da expansão qualificada, isto é, orientada para a abertura de espaços para os que estariam possivelmente excluídos do sistema."

Neste abrir espaços para os que estão fora da educação superior, veremos as oportunidades de acesso que se apresentam neste processo de democratização à educação superior. Além das oportunidades através dos programas, no quarto capítulo veremos o caso da UFSCar, uma instituição pública federal, que se faz presente neste processo de democratização, seja pela expansão de seus campi como pela participação nos programas federais.

Como Ristoff afirmou:

Há, no entanto, necessidade de se tornar a democratização indissociável da expansão nos campi públicos, onde permanece fortemente enraizada a noção de que expandir significa piorar a qualidade. Lamentavelmente, escapa à maioria de nós, a percepção de que se preocupar apenas com a qualidade, sem pensar em quantidade, significa a preservação de um sistema elitista e excludente! O estranho é que quando a expansão do setor privado veio beneficiar a classe média, o campus público, salvo honrosas exceções, fez de conta que a questão não era com ele; quando, há dois anos, a renúncia fiscal tornou viável a concessão de bolsas para centenas de milhares de jovens pobres, no mesmo setor privado, o seu protesto foi veemente; agora que a democratização quer dar um passo adiante para atender aos mais carentes, no espaço público, muitos se escudam na autonomia e se escondem atrás da qualidade. "Vai piorar a qualidade" é a ladainha da moda, que evidentemente nega, sem escrúpulos, os dados dos processos seletivos do ProUni que comprovam de forma insofismável: os alunos do ProUni têm desempenho na maioria das vezes superior ao desempenho dos estudantes que ingressam pelas vias tradicionais! E assim, democratizar o campus público permanece, no campus público, ironicamente um tabu. A menos que consigamos mudar essa cultura, grande parte do esforço pela recuperação da centralidade da universidade pública e gratuita torna-se sem sentido. (RISTOFF, 2008, p. 45-46)

4 OS CAMINHOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

4.1 Programas de acesso à Educação Superior

Após intensa expansão, principalmente através das IES privadas, surge o momento em que precisa ser revisto este quadro, pois

Se é verdade que a expansão da educação privada teve o mérito de fazer com que o vestibular deixasse de ser um trauma na vida de pais e filhos da classe média, é também verdade que ela, para os filhos das classes baixas, até a chegada do Programa Universidade para Todos (ProUni), tinha trazido apenas promessa. Esses, porque não conseguem nem vencer a exclusão do campus público, nem pagar os altos preços do campus privado, continuam fora da educação superior. [...] (RISTOFF, 2008, p. 44)

Ao rever este quadro, a necessidade de buscar meios que proporcionassem o acesso aos jovens estudantes, entre eles os da escola pública, veio à tona. A esse processo denominou-se de democratização.

Se a palavra de ordem da década passada foi expandir, a desta década precisa ser democratizar. E isto significa criar oportunidades para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Não basta mais expandir o setor privado – as vagas continuarão ociosas; não basta aumentar as vagas no setor público – elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais aquinhoados.

A democratização, para acontecer de fato, precisa de ações mais radicais – ações que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, que assegurem o acesso e a permanência a todos os que seriamente procuram a educação superior, desprivatizando e democratizando o campus público. [...] (RISTOFF, 2008, p. 44)

Reforçando a necessidade desta democratização Dias Sobrinho e Brito (2008) apontam os enfrentamentos que a educação superior terá pela frente:

Además de los problemas mundiales, hay en Brasil algunas cuestiones pendientes que exigen un decidido enfrentamiento. Competitividad, mercado, privatización, nuevas tecnologías, nuevos modos de producción de conocimientos y aprendizaje, transnacionalización, integración regional, acreditación, inserción mundial y otros temas se insinúan actualmente como

desafíos y oportunidades para la educación superior brasileña. Pero, en Brasil, y por cierto en otros países latinoamericanos, la educación superior no puede olvidar también los cometidos de consolidación de la democracia, justicia social, desarrollo económico-social, ampliación de las condiciones de acceso y permanencia, pertinencia y valor social de la educación. (DIAS SOBRINHO; BRITO, 2008, p. 505)

Frente às questões apresentadas, tais como competitividade, mercado de trabalho, novas tecnologia, novos conhecimentos, etc., estas acabam por levar as pessoas a buscarem maior grau de instrução. Mas,

[...] o mundo do trabalho e a educação acabam por sofrer influências neoliberais, sendo forçados a se adequarem a um modelo pseudo-autônomo, uma falsa sensação de autonomia e liberdade: o conhecimento na era da globalização tem sido utilizado na prática mais para inovar as condições de lucro do que para humanizar as condições de trabalho e promover a autonomia do indivíduo. (SILVA; BALZAN, 2007, p. 235-236)

A democratização deve acontecer sem deixar a educação transformar-se em mercadoria. A universidade não deve esquecer o papel da educação:

Numa universidade, a educação deve exercer o papel de possibilitar e desenvolver conhecimentos e valores, procurando trabalhar o homem em sua totalidade, englobando as dimensões técnicas, sociais, culturais e políticas. Tornando o homem apto não só para atender aos requisitos do mercado, mas sobretudo (grifo nosso) para atuar como cidadão consciente num mundo globalizado. A educação superior deve ser emancipadora, valorizar a autonomia, atender às necessidades da vida cotidiana e promover a formação intelectual e moral do ser humano, fornecendo-lhe condições para uma visão abrangente de mundo e capacidade de gerar novos modos de pensamento. (SILVA; BALZAN, 2007, p. 253)

Buscando promover a democratização foram pensados e formulados programas de acesso.

Nesta perspectiva iniciaram-se as discussões, houve a reformulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criou-se o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criou-se também a Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi posta em pauta a discussão das cotas e ações afirmativas, expandiram-se e reestruturaram-se as IFES, por meio do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). As discussões e os programas foram surgindo dentro de uma política educacional de acesso. Nas palavras de Saviani (2010), o primeiro mandato do governo Lula deu sequência ao

que já havia sido iniciado no governo FHC, ou seja, a participação de IES privadas na oferta de vagas, com o programa PROUNI esta política reforçou-se. Mas, em contrapartida ele argumenta:

Mas é importante destacar que, especialmente ao longo do segundo mandato, a iniciativa de criar novas universidades federais e institutos federais de educação tecnológica, além da ampliação das vagas das instituições já existentes, marcou uma diferença importante em relação à era FHC, quando nada foi feito a esse respeito. (SAVIANI, 2010, p. 15)

A seguir, verificaremos alguns dos mais importantes programas que ampliam o acesso à educação superior.

4.1.1 Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. (MEC, 2010).

O FIES foi criado em 1999, o qual substituiu o Programa de Crédito Educativo (CREDUC), de 1975. Para este tipo de financiamento, entre tais exigências, está a de que o curso escolhido deve ter boa avaliação, caso contrário o crédito não será concedido.

Em 2010, o programa foi reformulado passando os juros de 9% para 3,4% ao ano. O financiamento pode até ocorrer em 100% do valor da mensalidade, após análise da renda per capita do solicitante, além disso, o estudante pode solicitar o financiamento em qualquer época do ano.

Um ponto que chama a atenção é:

Os professores da rede pública de educação básica, em efetivo exercício do magistério que cursaram ou estejam cursando uma licenciatura com empréstimo do Fies, independentemente da data de contratação, podem solicitar o abatimento mensal de 1%, do saldo devedor. Para quitar o financiamento com trabalho, o educador deve comprovar que leciona pelo menos 20 horas semanais em escola pública. (MEC, 2010).

A partir de 2011, o aluno (concluinte no ano anterior) para solicitar o FIES deve ter feito o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Professores da rede pública em efetivo exercício e estudantes que concluíram o ensino médio antes de 2010 ficam isentos desta regra, segundo o MEC.

Apesar de ser um programa que contribui para o acesso, este tipo de programa não foi o suficiente para garantir a ampliação do acesso à Educação Superior.

Concebido para substituir o antigo Crédito Educativo, o FIES foi desenhado para tornar-se autofinanciável ao contrário do que vinha ocorrendo com o antecessor. Apesar disso, ainda hoje a taxa de cobertura da população-alvo do programa se mantém bastante aquém da demanda, tanto pelo fato de sequer atender 10% do total de matriculados no setor privado como também por os índices de inadimplência haverem subido nos últimos anos. (CORBUCCI, 2004, p. 684)

Assim sendo o governo cria, em 2004 e institucionaliza em 2005, outro programa, como forma de possibilitar o acesso: o Programa Universidade para Todos - PROUNI.

4.1.2 Programa Universidade para Todos (PROUNI)

Tendo em vista que somente o FIES não conseguiria atender a demanda ao nível superior, surge o PROUNI, que nas palavras de Carvalho:

Neste contexto, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) surge com o discurso de justiça social, tendo como público-alvo os estudantes carentes, cujos critérios de elegibilidade são a renda per capita familiar e o estudo em escolas públicas ou privadas na condição de bolsistas. Além disso, o programa estabelece, obrigatoriamente, que parte das bolsas deverá ser direcionada a ações afirmativas aos portadores de deficiência e aos negros e indígenas. A formação de professores de ensino básico da rede pública também consta como prioridade. A intenção é a melhoria na qualificação do magistério, com possíveis impactos positivos na qualidade da aprendizagem dos alunos da educação básica. (CARVALHO, 2006, p. 985)

O PROUNI foi instituído a partir da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (Anexo B). Antes da lei instituída houve toda uma discussão para então ocorrer sua implantação. O PROUNI oferece, atualmente, bolsas integrais e de 50% do valor da mensalidade em IES privadas. A princípio, os beneficiados, segundo Cunha (2007, p. 818) poderiam ser: “[...] estudantes provenientes de famílias de baixa renda, negros, indígenas e pardos, deficientes físicos e professores das redes públicas de ensino (neste caso, independentemente de situação financeira e racial).”

Na Medida Provisória (MP) ampliou o leque de beneficiários:

A MP ampliou os destinatários do Programa, ao incluir nele os egressos das escolas privadas que houvessem se beneficiados de bolsa integral, assim como os portadores de necessidades especiais. Em compensação, os professores das escolas públicas seriam beneficiados apenas nos cursos de licenciatura e pedagogia, independentemente de condição financeira ou escolaridade prévia.” (CUNHA, 2007, p. 819)

Este programa foi bastante questionado em virtude de muitos apontarem como um favorecimento às IES privadas, principalmente as com fins lucrativos, levando a um crescimento deste tipo de instituição. Anterior à lei, o governo pretendia encaminhar uma Medida Provisória, mas acabou em 2004, enviando um Projeto de Lei, o qual foi bastante discutido, principalmente pelas representações das IES privadas. Deste Projeto de Lei, resultou a Medida Provisória nº 213 (13.09.2004), acatando alguns pedidos das IES privadas, como a questão acima mencionada por Cunha, ou seja, a inclusão de bolsistas do ensino médio de instituições particulares.

No que diz respeito às críticas, as principais recaem sobre a questão da não-arrecadação de recursos:

A principal crítica dirigida a essa iniciativa governamental é a de que os recursos que deixarão de ser arrecadados com a isenção de impostos poderiam ser aplicados na ampliação da oferta de vagas nas instituições públicas. Portanto, para alguns críticos da proposta, o Estado estaria comprando vagas já existentes e ociosas, e ao mesmo tempo oferecendo um serviço de qualidade duvidosa. (CORBUCCI, 2004, p. 694)

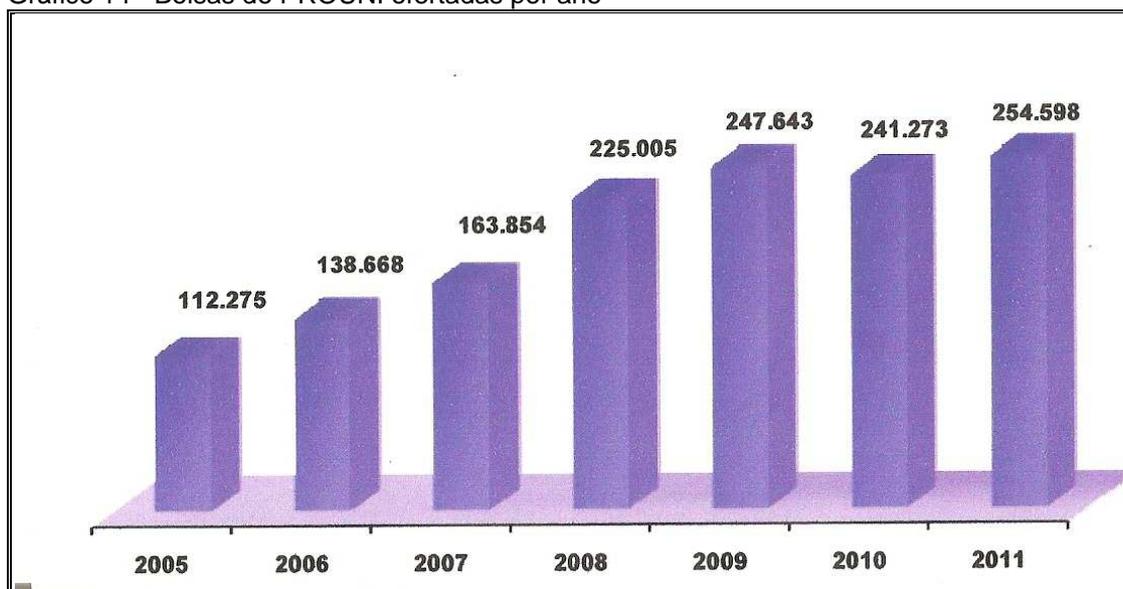
Para Sguissardi (2006), torna-se uma “publicização” do setor privado:

Essa lei regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. O programa, pretextando a “publicização” do privado, na forma como foi aprovado e está sendo implementado, fortalece as instituições privadas comerciais de ensino. Pode-se entendê-la como uma forma de aplicação lato sensu do espírito das PPPs no campo do ensino superior. Em troca da isenção de um conjunto de impostos pelas IES privadas (o programa é muito mais interessante para as instituições com fins lucrativos), aprovou-se a possibilidade de troca de cerca de 10% das vagas ou 8,5% da receita bruta, na forma de bolsas para alunos egressos de escolas públicas, entre outros. (SGUISSARDI, 2006, p. 1.043)

Para muitos estudiosos e até representantes das IES privadas, o governo criou um mecanismo de acesso, porém não de permanência, questão que leva a uma preocupação.

Independentemente de críticas ou elogios, dados apontam a evolução do PROUNI:

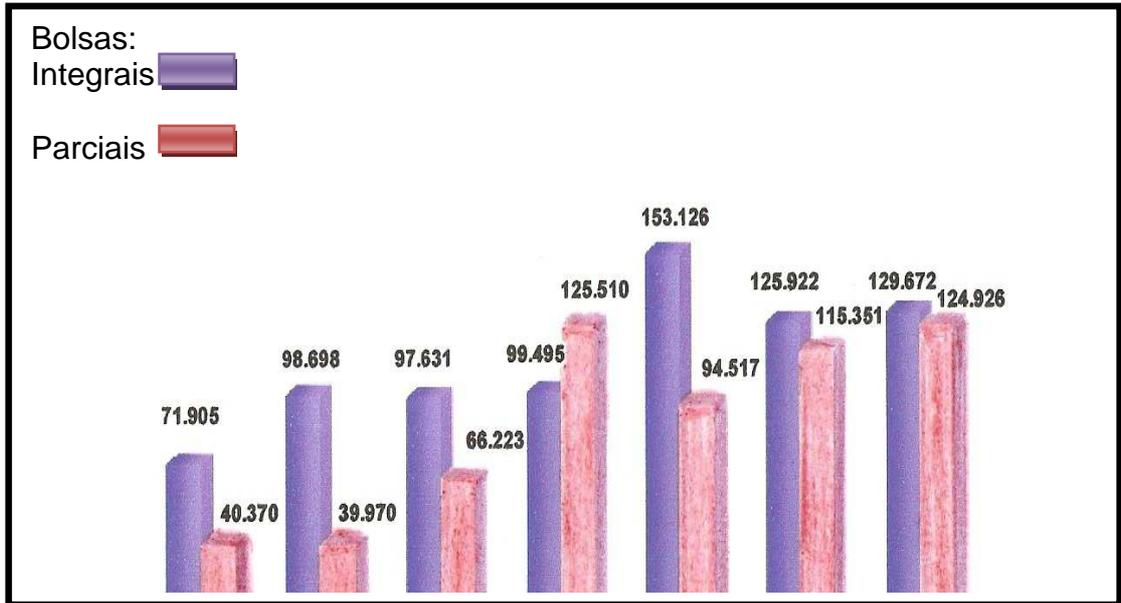
Gráfico 14 - Bolsas do PROUNI ofertadas por ano



Fonte: MEC - Sisprouni 17/06/2011 - Prouni 2005-2º/2011. Disponível em <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=136:representas-grcas&catid=26:dados-e-estaticas&Itemid=147> Acesso em: 15 jul. 2011.

Do ano de 2005 até o segundo semestre de 2011, o MEC registra um total de 1.383.316 bolsas ofertadas. As mesmas se referem aos cursos presenciais e educação à distância (EAD). Estas bolsas se distribuem entre bolsas integrais e parciais:

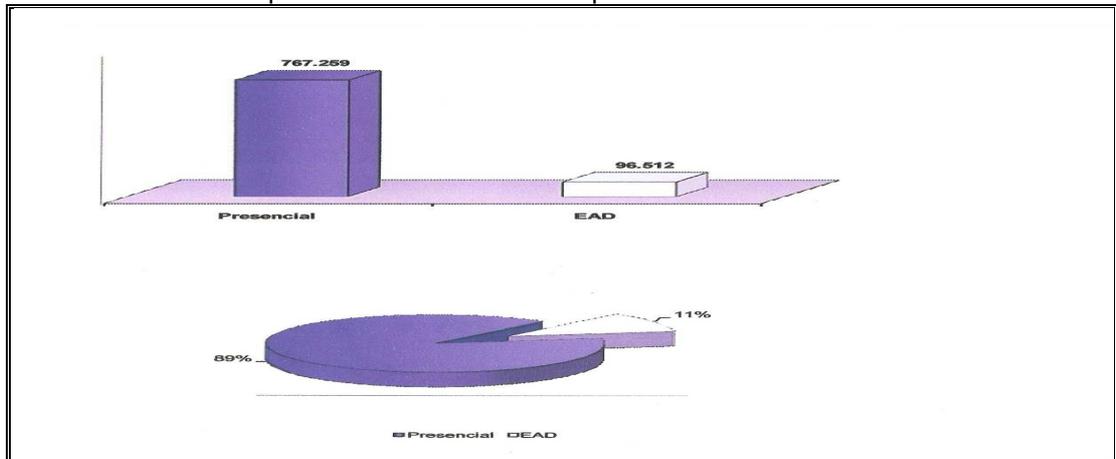
Gráfico 15 - Bolsas ofertadas do PROUNI – número de bolsas integrais e parciais – de 2005 ao 2º semestre de 2011



Fonte: Adaptado de: MEC - Sisprouni 17/06/2011 - Prouni 2005-2º/2011. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=136:representas-grcas&catid=26:dados-e-estaticas&Itemid=147> Acesso em: 15 jul. 2011.

Das bolsas ofertadas no período de 2005 até o 2º Semestre de 2011 foram concedidas (ocupadas) 863.771, sendo 767.259 em cursos presenciais e 96.512 cursos de EAD. As ocupadas nos cursos presenciais representam 89% e os cursos de EAD 11%. Do total de bolsas concedidas (863.771), temos 582.533 (67%) bolsas integrais e 281.238 (33%) bolsas parciais.

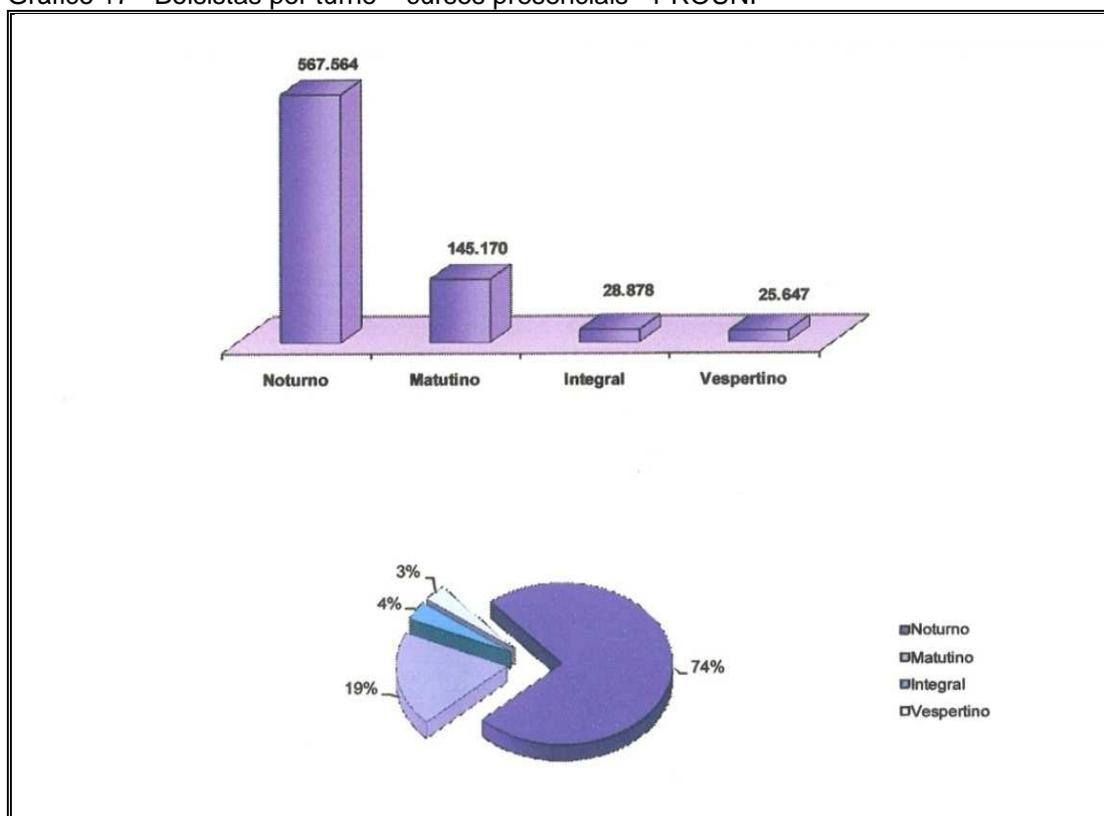
Gráfico 16 - Bolsistas por modalidade de ensino: presencial e EAD - PROUNI



Fonte: MEC - Sisprouni 17/06/2011 - Prouni 2005-2º/2011. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=136:representas-grcas&catid=26:dados-e-estaticas&Itemid=147> Acesso em: 15 jul. 2011.

Do total de 767.259 bolsistas dos cursos presenciais, o período noturno concentra o maior número, conforme figura abaixo:

Gráfico 17 - Bolsistas por turno – cursos presenciais - PROUNI



Fonte: MEC - Sisprouni 17/06/2011 - Prouni 2005-2º/2011. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=136:representas-grcas&catid=26:dados-e-estaticas&Itemid=147> Acesso em: 15 jul. 2011.

Em relação à distribuição de bolsistas por região, o PROUNI se apresenta da seguinte forma: Região Sudeste 449.181 bolsistas, Região Sul 166.220 bolsistas, Região Nordeste 125.557, Região Centro-Oeste 78.361 e Região Norte com 44.452 bolsistas. Não nos surpreende que a Região Sudeste esteja com o maior número de bolsistas, visto que no capítulo anterior observamos que o maior número de IES, cursos e matrículas se concentram nesta região. Também não surpreende o Estado de São Paulo ter o maior número de bolsistas (273.751), o que ultrapassa a soma das três regiões juntas: Nordeste, Centro-Oeste e Norte (248.370).

Gráfico 18 - Bolsistas por Região - PROUNI

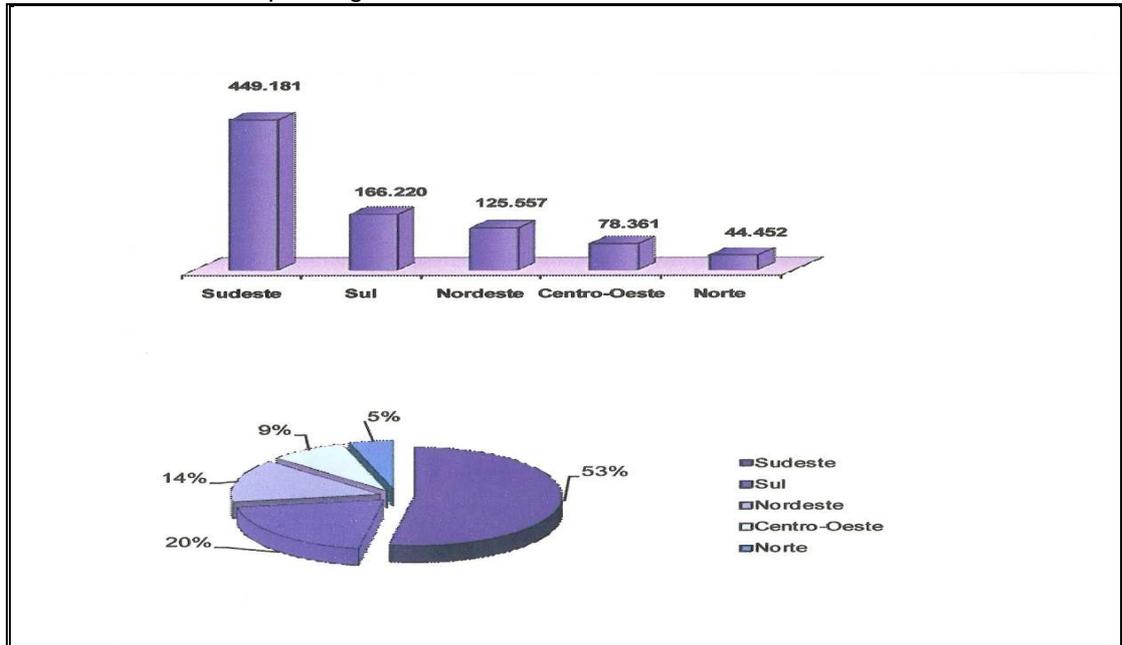
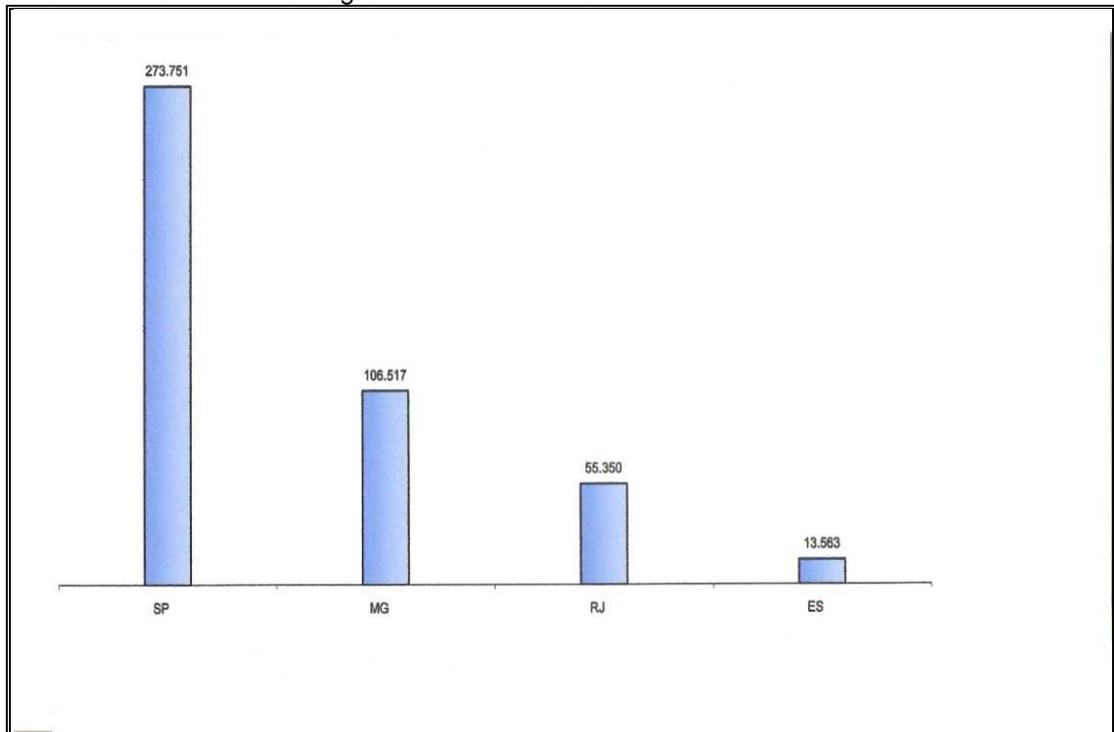


Gráfico 18 - Bolsistas por Região - PROUNI

Fonte: MEC - Sispruni 17/06/2011 - Prouni 2005-2º/2011. Disponível em: <http://pruniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=136:representas-grcas&catid=26:dados-e-estaticas&Itemid=147>

Acesso em: 15 jul. 2011.

Gráfico 19 - Bolsistas na Região Sudeste - PROUNI

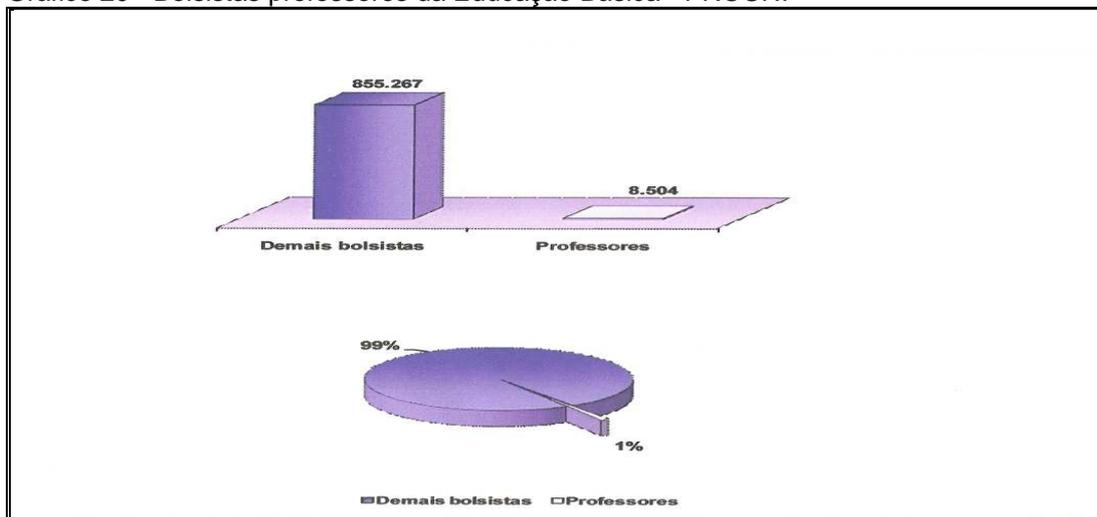


Fonte: MEC - Sispruni 17/06/2011 - Prouni 2005-2º/2011. Disponível em: <http://pruniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=136:representas-grcas&catid=26:dados-e-estaticas&Itemid=147>

Acesso em: 15 jul. 2011.

A procura pelo PROUNI ainda é pequena, ainda que haja oferta e oportunidade aos professores de serem bolsistas. Dos 863.771 bolsistas, os professores ocupam apenas 8.504 bolsas (1%).

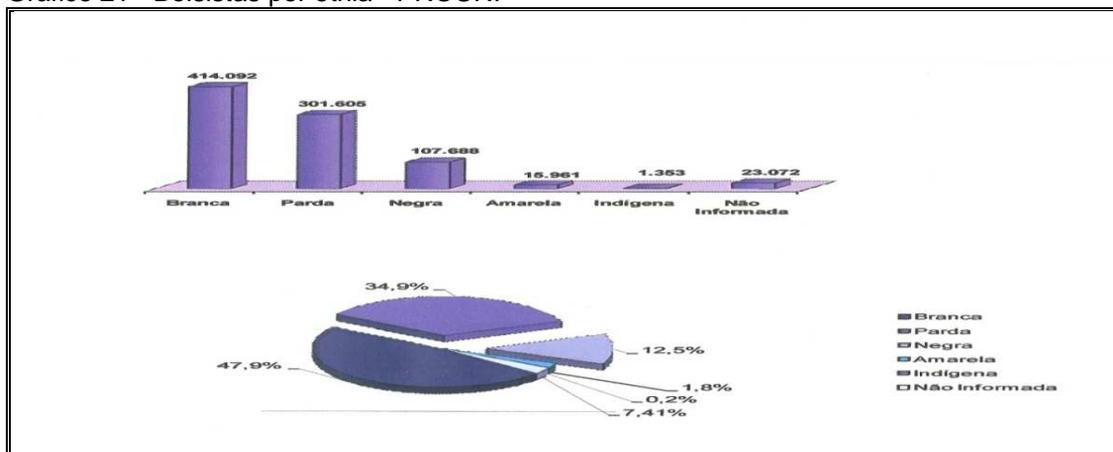
Gráfico 20 - Bolsistas professores da Educação Básica - PROUNI



Fonte: MEC - Sispruni 17/06/2011 - Prouni 2005-2º/2011. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=136:representas-grcas&catid=26:dados-e-estaticas&Itemid=147> Acesso em: 15 jul. 2011.

Quanto à etnia os bolsistas assim se distribuem: 414.092 brancos, 301.605 pardos, 107.688 negros, 15.961 amarelos, 1.353 indígenas e 23.072 não informaram a etnia a qual pertence.

Gráfico 21 - Bolsistas por etnia - PROUNI



Fonte: MEC - Sispruni 17/06/2011 - Prouni 2005-2º/2011. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=136:representas-grcas&catid=26:dados-e-estaticas&Itemid=147> Acesso em: 15 jul. 2011

O gênero feminino apresenta uma parcela maior das bolsas, sendo 436.231 (51%), enquanto o gênero masculino ocupa 427.540, ou seja, 49% das bolsas.

Os dados apresentados revelam números relevantes sobre o Programa PROUNI.

O aluno só pode se candidatar ao PROUNI se tiver realizado o ENEM, além de ter obtido nota mínima de 400 pontos na média das cinco notas obtidas nas provas do exame e que não tenha zerado a redação, conforme o MEC.

4.1.3 Cotas e Ações Afirmativas

A questão das cotas como o PROUNI é também polêmica. Segundo o texto de Cunha Junior (2010), as manifestações em relação aos movimentos negros se deram a partir do governo de FHC, em 1999, com tímidas discussões. É a partir de 2003 que as discussões ganham espaço, principalmente via discussão de cotas universitárias.

Em 2004, Corbucci apontava:

Outro projeto que se insere na esteira da democratização do acesso é o que trata da instituição de um sistema especial de cotas, pelo qual ficariam reservados 50% das vagas das IFES a estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas das redes públicas. O projeto ainda estabelece que a cota de vagas deverá ser distribuída em conformidade com a composição étnica da população da unidade federada onde se localiza a instituição de ensino. No caso de não serem preenchidas todas as vagas, as remanescentes serão revertidas em favor dos estudantes oriundos de escolas públicas. (CORBUCCI, 2004, p. 695)

Porém há uma intensa discussão sobre as cotas. No caso das cotas raciais, há toda uma discussão forte. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES – SN), à semelhança de outras entidades que se firmavam contrária, em encontro de janeiro de 2010 demonstrou ser favorável às cotas.

Nas palavras de Cunha Junior (2010), retratamos um pouco desta discussão:

Cabe destacarmos que o problema, em discussão, não é o das cotas em geral. As cotas para indígenas ou, mesmo, o pleito dos movimentos indígenas quanto à implantação de universidades indígenas tiveram ampla aceitação. Mesmo as cotas para trabalhadores pobres, denominadas de

cotas sociais, tiveram relativa aceitação. O problema é o da discussão das cotas para negros; estas foram vistas como problema. Este problema de cotas para a população negra desencadeou uma grande discussão, ao longo de mais de 10 anos, no entanto o público universitário ignorou a discussão. Era uma forma silenciosa de oposição. Parece que não se acreditava na força dos movimentos negros de trazer a discussão para o campo das aprovações pelos conselhos universitários. (CUNHA JUNIOR, 2010, p. 29-30)

A discussão sobre cotas encontra-se em prosseguimento.

Já as Ações Afirmativas podem ocorrer, assim como no caso do PROUNI, voltadas para IES privadas. Por sua vez, as universidades públicas adotam internamente as ações afirmativas e cotas como formas de permitir acesso ao ensino superior de estudantes do ensino público e também negros e indígenas.

Estas ações levam em consideração diversos fatores e não podem, simplesmente, ser entendidas como um mecanismo facilitador. Foram propostas no sentido de reparar distorções e desigualdades que se deram no decorrer do tempo histórico.

Seiffert e Hage ao responderem o que são ações afirmativas, afirmam que:

[...] A origem da expressão é norte-americana, forjada na década de 1960, quando se formam movimentos sociais que demandam igualdade de oportunidades para todos e exigem do Estado leis que garantam a melhoria das condições das populações negras. (SEIFFERT; HAGE, 2008, p. 143)

A educação é vista pelas ações afirmativas como forma de mudança, como oportunidades de acesso a um novo contexto social e econômico. Desta forma, levá-la a todos é importante, buscando diminuir as divisões entre as classes sociais. Segundo estes autores,

A escola constitui-se em num espaço privilegiado de crescimento pessoal, intelectual, profissional e social, bem como de construção de valores, da democracia e da cidadania. Pode, portanto, ser considerada lócus que possibilita a reprodução e a superação de desigualdades e hierarquias, de estereótipos, de segregação, e de efeitos perversos que esses fenômenos têm sobre os seres humanos. (SEIFFERT; HAGE, 2008, p. 140)

Em 2010, pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), ligado à Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), apontou dados significativos sobre a questão das ações afirmativas no Brasil, sejam relacionados às

cotas ou bônus. O estudo é realizado desde 2003 pelo grupo IESP, de Ciências Políticas da UERJ, coordenado pelo professor João Feres Júnior. Resultados desta pesquisa foram apresentados no Jornal *Folha de São Paulo*, em 30 de agosto de 2010. Segundo a matéria publicada a pesquisa foi realizada em 98 universidades, sendo elas universidades federais e estaduais. Das 98 IES, 70 universidades adotam as ações afirmativas, o que equivale a 71%. Outros apontamentos foram:

- Das 70 universidades que adotam as ações afirmativas, 56 (77%) delas adotaram por decisão da própria universidade, enquanto as outras 16 (23%) adotaram por decisão judicial.
- 84,3% das IES pesquisadas reservam um determinado percentual de vagas, como é o caso da UFSCar, que veremos no próximo capítulo.
- Outras utilizam acréscimo de cota em apenas novas vagas ou bônus (pontuação adicional) no vestibular.
- Das IES pesquisadas 45 delas foram das regiões Sudeste e Nordeste.
- Das IES da Região Sudeste 54% delas utilizam as ações afirmativas, enquanto na Região Nordeste 79% aplicam as ações.
- O grupo mais beneficiado pelas ações são os alunos da rede pública – 85,7%.
- Outros grupos beneficiados conforme estudos são: negro (57,1%), indígena (51,4%), deficiente (18,6%), quilombola (4,3%), professor da rede pública (4,3%) e baixa renda (4,3%).
- Universidades que trabalham com cotas raciais (negro ou indígena) a autodeclaração é o critério utilizado por 85% delas.

Segundo o professor João Feres Júnior da UERJ “[...] o crescimento de instituições que, sem a obrigação legal, adotam ações afirmativas reflete o amadurecimento do debate sobre a desigualdade racial no país.” (GÓES, 2010, p. 3).

Segundo Fernandes e Cavalcante (2006 apud SEIFFERT; HAGE, 2008, p. 144) a proposta das políticas de ações afirmativas consiste:

“[...] em atender parcialmente às reivindicações dos segmentos sociais minoritários, eliminando os focos de tensão e conflito, promovendo o acesso de parcela desses segmentos aos sistemas de ensino e, conseqüentemente, demandando novas formas de mobilização para que as condições de permanência sejam concretizadas.”

Entre outras ações afirmativas promovidas pelo governo pode-se apontar o Programa Incluir e o PRONERA.

O Programa Incluir promoveu a inclusão de estudantes com necessidades especiais nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Acrescenta-se a essas ações o Programa Incluir, que fomenta projetos desenvolvidos por instituições federais de ensino superior (Ifes), que garantam o acesso e permanência em igualdade de oportunidades para estudantes com necessidades especiais. Em 2005 foram financiados 13 projetos de universidades das diversas regiões do País. Em 2006 visa apoiar propostas desenvolvidas nas Ifes, que buscam a superação de situações discriminatórias contra os estudantes com necessidades especiais, tais como: acesso à comunicação desses alunos em todas as atividades acadêmicas; aquisição de equipamentos e materiais didáticos específicos; adaptação de mobiliário; reforma nas edificações para a acessibilidade física; formação profissional de docentes e funcionários para atuar com os alunos com deficiência; e contratação de pessoal para os serviços de atendimento educacional especializado (MEC/SESu, 2006g). (SEIFFERT; HAGE, 2008, p. 149)

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) é um programa voltado a criar oportunidades de educação aos assentados da reforma agrária, participantes de movimentos sociais do campo. Procura-se promover formações que contemplem as necessidades deste grupo.

Um destaque deve ser feito ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Tem o objetivo de promover ações educativas nas áreas da reforma agrária, que atualmente envolvem um conjunto de 6.175 assentamentos e acampamentos e um contingente de 502.828 famílias em todo o País. Criado em 1998, o Pronera pode se constituir em um exemplo importante de ação que resulte no enfrentamento das precariedades que configuram a educação no meio rural. (SEIFFERT; HAGE, 2008, p. 149)

4.1.4 Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Na linha de ações que buscam promover o acesso, temos a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que leva diferentes cursos superiores a diversos locais do Brasil. Tendo em vista o uso da tecnologia informatizada, buscou incorporar esta ferramenta como mais um recurso para promover o acesso à educação superior. Existem discussões fortes, algumas até polêmicas sobre a

eficiência desta forma de estudo, mas também existem estudos que comprovam a abrangência e seus pontos positivos. Ainda é recente a implantação deste programa, segundo informações do MEC (2011):

“O Sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, em parceria com a ANDIFES e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.”

Num primeiro momento, em 2005, a UAB aceitou propostas formuladas pelas IFES em articulação com municípios. Num segundo momento, em 2006, abriu-se a possibilidade para outras instituições públicas, estaduais e municipais de participarem.

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". (MEC, 2011)

Segundo dados do MEC em julho de 2011, 90 instituições participam da UAB, sendo:

- 29 IES da Região Nordeste,
- 27 IES da Região Sudeste,
- 13 IES da Região Sul,
- 12 IES da Região Norte,
- 9 IES da região Centro –Oeste.

Estas 90 instituições oferecem cursos em 552 polos, sendo:

- 176 polos na Região Nordeste,
- 152 polos na Região Sudeste,
- 97 polos na Região Sul.
- 82 polos na Região Norte,
- 45 polos na Região Centro-Oeste.

914 cursos estão distribuídos nos pólos, dos quais:

- 335 cursos na Região Nordeste,
- 219 cursos na Região Sudeste,

- 161 cursos na Região Sul,
- 107 cursos na Região Centro-Oeste,
- 92 cursos na Região Norte.

Os números indicam que a modalidade de EAD tem se intensificado e tem sido um programa de acesso bastante procurado.

No quarto capítulo apresentaremos a participação da UFSCar na Universidade Aberta do Brasil (UAB).

4.1.5 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (ANEXO C), sendo parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Anterior ao programa, as críticas eram feitas sobre o mau uso dos espaços e instalações das universidades públicas, principalmente no período noturno. Também as críticas enfatizaram que as IFES deveriam estar mais presentes quanto a oportunidades de formação dos jovens.

[...] As IES públicas, segundo o Inep, oferecem 36,1% de suas vagas em cursos noturnos. As IES federais têm 25,1% de suas matrículas à noite, as estaduais possuem 39,2% nessa categoria e as IES municipais (quase sempre pagas), mais abertas aos alunos trabalhadores, oferecem 72,8% de suas vagas no período noturno. Não há justificativa plausível para se concentrar a oferta de cursos, prioritariamente, à luz do dia. (OLIVEIRA; CATANI; HEY; AZEVEDO, 2008, p. 76-77)

Em contrapartida, as IES privadas concentram seus cursos quase que em sua totalidade no período noturno, o que leva muitos estudantes trabalhadores a buscarem estas instituições.

Pelo Plano Nacional da Educação (PNE) esperava-se atingir 30% de jovens de 18 a 24 anos na Educação Superior, até 2010. O REUNI também considerou tal questão para a sua implantação, com esperanças de poder contribuir para tal meta prevista no PNE.

O REUNI é uma das ações do PDE, o qual foi lançado em abril de 2007. Nas Diretrizes Gerais (BRASIL, 2007), ele é definido como meio “de expansão da oferta de vagas do ensino superior, de modo decisivo e sustentado, com qualidade acadêmica, cobertura territorial, inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas social e econômico vigentes...”

O programa ao ser implantado gerou discussões nos meios acadêmicos das IFES. Havia e há os que o defendem como um meio necessário e outros o apontam como um problema, principalmente para a qualidade acadêmica. O ponto mais visado e até criticado também é a questão do financiamento. A crítica recai sobre a dúvida se o governo conseguirá manter o que foi combinado nas adesões das IFES.

Sem embargo de diretrizes de duvidosa eficácia, como a de apoio a “modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada”, isto é, o bacharelado interdisciplinar, o programa prevê apoio financeiro aos projetos de universidades que se dispuserem a reduzir as taxas de evasão, preencher as vagas ociosas e aumentar as vagas de ingresso, especialmente no período noturno. Ainda que o REUNI tenha recebido críticas variadas, principalmente por não levar em conta as peculiaridades das universidades federais, ele pode vir a impulsionar o crescimento do alunado desse segmento do ensino superior.

Em suma, o REUNI está para o segmento federal do setor público, assim como o PROUNI está para o setor privado. (CUNHA, 2007, p. 821)

Em 2007, foi lançado um documento orientador sobre o REUNI, denominado “Diretrizes Gerais”. Este documento apresentou detalhes sobre o programa, suas expectativas articuladas com o PDE e o PNE. O documento também levantou questões como flexibilização, interdisciplinaridade, contextualização, redesenho curricular dos cursos, a importante articulação entre ensino-pesquisa-extensão e a articulação entre educação superior e educação básica. O documento apresenta um breve diagnóstico da Educação Superior Brasileira, trazendo à tona a questão da expansão do setor privado e aspectos que retratam a necessidade da presença do setor público. Define o que é o REUNI e o objetivo do programa:

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior. (BRASIL, 2007, p. 10)

É importante apontar e reiterar aqui as dimensões que deveriam ser levadas em conta na formulação das propostas pelas IFES, presentes no documento das Diretrizes Gerais, nas páginas 11 e 12:

- (A) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública
 1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
 2. Redução das taxas de evasão; e
 3. Ocupação de vagas ociosas.
- B) Reestruturação Acadêmico-Curricular
 4. Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade;
 5. Reorganização dos cursos de graduação;
 6. Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
 7. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e
 8. Previsão de modelos de transição, quando for o caso.
- (C) Renovação Pedagógica da Educação Superior
 1. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
 2. Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem;
 3. Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.
- (D) Mobilidade Intra e Inter-Institucional
 1. Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.
- (E) Compromisso Social da Instituição
 1. Políticas de inclusão;
 2. Programas de assistência estudantil; e
 3. Políticas de extensão universitária.
- (F) Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação
 1. Articulação da graduação com a pós-graduação: Expansão qualitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior. (BRASIL, 2007, p. 11-12)

O documento ainda apresenta a meta global do REUNI, dos investimentos, custeios previstos e indicadores. Na página 18, aparecem as orientações para a elaboração das propostas das IFES. Em seguida, o documento apresenta como será o acompanhamento dos projetos e quando se deveriam apresentar as propostas. Ao final, as recomendações deixam claro que se trata de um programa cuja participação das IFES é voluntária, porém afirma-se que sem a participação das mesmas dificilmente serão atendidas as metas do PNE.

Sobre o programa Dias Sobrinho (2007), comenta:

O REUNI começa a ser adotado em muitas universidades federais. Utiliza, basicamente, a seguinte fórmula: a universidade elabora um projeto de desenvolvimento institucional, recebe os recursos do MEC e amplia as

vagas de acordo com os critérios aprovados. Entre os objetivos que orientam o programa, segundo o Decreto n. 6.096/2007, que o instituiu, citam-se: redução das taxas de evasão, aproveitamento de vagas ociosas, otimização da mobilidade estudantil, reorganização curricular, diversificação da oferta de cursos de graduação, ampliação de políticas de inclusão e assistência aos estudantes, articulação entre os diversos níveis de educação. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1.236-1.237)

Anterior ao Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, a expansão na rede pública federal já vinha acontecendo, desde 2003, conforme informações contidas na página do REUNI, no site do MEC. Com a abertura de novos campi novos municípios foram atendidos. Segundo o MEC (2011) “[...] o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011.”

Gráfico 22 - Expansão das Universidades Federais – 2003 a 2011



Fonte: MEC/REUNI. Disponível em:
 <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81>
 Acesso em: 15 jul. 2011

No apêndice D deste trabalho encontram-se o quadro das 59 instituições federais mais seus *campi*.

Segundo o relatório de 2008, o primeiro sobre o REUNI, em 2007 das 54 IFES existentes, 53 aderiram ao programa, sendo 42 na primeira chamada em outubro de 2007, com implantação no primeiro semestre de 2008 e 11 IFES na segunda chamada em dezembro de 2007, com a implantação prevista para o segundo semestre de 2008. Algumas universidades, como a Universidade Federal

do ABC (UFABC), criada em 2005, não participou do programa por já adotar as propostas preconizadas pelo Reuni.

Ainda, deste relatório obtém-se a seguinte informação: das 53 IFES que aderiram, 26 universidades apresentaram propostas com inovações acadêmicas, agrupadas em cinco tipos:

- Formação em ciclos (geral, intermediário, profissional ou de pós-graduação);
- Formação básica comum (ciclo básico ou por grandes áreas);
- Formação básica em uma ou mais das Grandes Áreas: Saúde, Humanidades, Engenharias e Licenciaturas;
- Bacharelados Interdisciplinares em uma ou mais das Grandes Áreas: Ciências, Ciências Exatas, Ciência e Tecnologia, Artes, Humanidades, Saúde;
- Bacharelados com dois ou mais itinerários formativos. (BRASIL, 2008, p. 13)

As demais universidades apresentaram projetos de aumento no número de alunos e criação de cursos noturnos.

Em matéria publicada na Revista Ensino Superior (2009), cujo título “*Currículo em mutação*”, de Patrícia Pereira, são apresentadas as inovações acadêmicas em 26 IFES. Existem muitas críticas quanto a essas inovações pedagógicas. Alguns críticos apontam não como inovações, mas sim, inspirações a partir de modelos europeus e americanos. Independentemente de ser criação ou cópia, a educação superior passa por um momento de transformação, visto que propõe reestruturação em seus currículos. Na matéria da Revista Ensino Superior, podemos apontar o que diz Simon Schwartzman (apud PEREIRA, 2009) para descrever este momento: “... a tentativa do Reuni em mudar o formato da graduação no Brasil é acertado. “Mas não sei se vai chegar a mudar o perfil da educação superior como um todo, ainda é cedo. Precisamos ver como vai ser feito na prática.”

No quadro-síntese a seguir, pode ser visualizado onde se encaixam as propostas de inovação, conforme Pereira (2009):

Quadro 1 – Tipos de inovações pedagógicas nas IFES.

Inovação pedagógica	Universidade
Formação em ciclos (geral, intermediário, profissional ou de pós-graduação)	Fundação Universidade Federal de Tocantins (UFT) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Fundação Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Formação básica comum (ciclo básico ou por grandes áreas)	Fundação Universidade da Grande Dourados (UFGD) Universidade Federal de Lavras (UFLA) Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
Bacharelados Interdisciplinares em uma ou mais das Grandes Áreas: Ciências, Ciências Exatas, Ciência e Tecnologia, Artes, Humanidades, Saúde	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) Universidade Federal da Bahia (UFBA) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Fundação Universidade Federal de Viçosa Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Fundação Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) Universidade Federal de Goiás (UFG) Fundação Universidade de Brasília (UnB)
Formação básica em uma ou mais das Grandes Áreas: Saúde, Humanidades, Engenharias e Licenciaturas	Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI) Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Fundação Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)
Bacharelados com dois ou mais itinerários formativos	Universidade Federal do Ceará (UFC)

Fonte: Adaptado de: PEREIRA, 2009.

Em outubro de 2007, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) fez uma publicação, cujo título era “PDE – o plano de desestruturação da educação superior”. A revista faz menções a pontos do PDE, entre eles, o REUNI. Em sua apresentação menciona que:

“[...] o objetivo desta publicação é chamar a atenção da comunidade universitária e da sociedade para os malefícios que o PDE trará para o ensino superior do país, que são, basicamente, a precarização do trabalho docente e a transformação paulatina de universidades em instituições com um ensino cada vez mais superficial.” (ANDES-SN, 2007 p. 8).

Os argumentos criticando o REUNI partem do princípio de que o programa somente viria para maquiagem estatísticas, que a expansão proposta viria a inchar as universidades, que aumentar a relação professor/aluno para 18, traria a precariedade do bom atendimento, visto que o docente se envolve em outras atividades, além da sala de aula. Outro ponto de questionamento é o que foi denominado de “aprovação em massa” caso, segundo o sindicato, o governo insistisse no índice de 90% de aprovação; isto ocorreria, mas sem a qualidade acadêmica desejada. O sindicato apontava como impossíveis as metas propostas pelo REUNI, que o governo abriria então “escolões”, pois as IFES perderiam suas verdadeiras características, em relação ao ensino-pesquisa-extensão. Mais ainda sobre as metas, sendo elas impostas, a autonomia das universidades deixa de existir, segundo o sindicato, ferindo o preceito constitucional. Além deste ponto, o sindicato aponta que a partir do momento de adesão a universidade fica atrelada a um compromisso que amarraria a universidade impedindo-a de tomar outras decisões.

O reitor que aderir ao REUNI, com anuência do seu conselho universitário, estará submetendo a universidade, por cinco anos, a um controle tecnocrático que obedecerá à lógica do acompanhamento de metas quantitativas, método que caracteriza o funcionamento de algumas empresas internacionalizadas, e que nem para essas representa a melhor solução. (ANDES – SN, 2007, p. 20)

Também para este Sindicato a questão dos recursos seria ilusória, pois se acreditava que o governo não poderia cumprir tal pacto.

A questão do financiamento, como já dito anteriormente, é um ponto muito específico que deve ser analisado mais a fundo, o que não se configura como objetivo do presente trabalho.

Enfim, a expansão em andamento e as discussões sobre o programa REUNI continuam, até porque se trata de uma proposta para cinco anos.

Em 2010, uma das metas propostas para a educação superior no PNE, era ter 30% de jovens entre 18 a 24 anos matriculados. Entretanto mesmo com os diversos programas propostos e implantados tal meta não foi obtida:

Os 13% matriculados estão muito longe dos 30% que, em 2000, o Plano Nacional da Educação estabelecia como meta a ser atingida até 2010. Ainda há mais de 14 milhões de analfabetos adultos, com mais de 25 anos. Esses poucos números são suficientes para mostrar a precariedade do sistema educacional brasileiro. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1.233)

Os programas apresentados neste capítulo buscam a democratização do acesso à educação superior, seja pela IES privada, com os programas PROUNI, FIES, como pela IES pública. Vale aqui ressaltar o resgate das IES públicas neste cenário de democratização, via os programas: ações afirmativas, cotas, UAB, Pronera e REUNI.

O ProUni, a criação de novos campi nas instituições federais de ensino superior (Ifes), a proposta, sempre tímida, de expansão do ensino noturno público, a criação de novas universidades federais, a proposta de conversão da dívida dos Estados em investimentos na educação, a criação da Universidade Aberta, a expansão da educação a distância, a criação de bolsas permanência, a retomada das contratações de docentes e técnicos, são algumas das ações que apontam para o caminho da democratização. (RISTOFF, 2008, p. 44)

Também se espera que:

As políticas de democratização não devem apenas criar condições para que todos possam estudar, mas também assegurar igualdade de oportunidades, inclusive do ponto de vista qualitativo. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1.237)

Levando em consideração este contexto de políticas de democratização, com a participação das instituições federais, apresentaremos no próximo capítulo o caso da Universidade Federal de São Carlos – *Campus Sorocaba*. Este *campus* nasceu da proposta de expansão e reestruturação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) trazendo novas perspectivas para Sorocaba e região.

5 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – CAMPUS SOROCABA: EM DOIS MOMENTOS – A EXPANSÃO E O REUNI

5.1 A Universidade Federal de São Carlos – UFSCar: a universidade federal do interior de São Paulo

O Estado de São Paulo conta com uma única universidade federal em seu interior, localizada na cidade de São Carlos, a 235 quilômetros da grande metrópole paulistana. Trata-se da Universidade Federal de São Carlos, a UFSCar. Próxima das cidades de Rio Claro, Araraquara, Ribeirão Preto, hoje conta com dois *campi*, na cidade de Araras e em Sorocaba. Encontra-se em estudo a implantação do *campus*, em Buri, cujo espaço já pertence à UFSCar.

A discussão do projeto de implantação da UFSCar iniciou-se em 1960, teve sua autorização para implantação em 1968 e suas atividades acadêmicas foram iniciadas em 1970.

A discussão sobre a sua criação, enquanto projeto, ocorreu num período bastante conturbado para a educação superior no país, pois eram anos em que se enfrentava o problema dos excedentes e a necessidade de uma reforma universitária. A sua criação se deu pela atuação de uma representação política marcante e persistente, efetuada pelos deputados Ernesto Pereira Lopes e Lauro Monteiro Cruz, sendo este último o primeiro mentor da criação da UFSCar. Ambos eram médicos e tiveram um envolvimento político dentro de um panorama nacional bastante crítico. Fizeram parte por longos anos do Conselho dos Curadores (CC), visto que a universidade nasceu como uma Fundação, ou seja, como Fundação Universidade Federal de São Carlos - FUFSCar.

A UFSCar foi criada pela Lei nº 3.835 de 13 de dezembro de 1960, a qual tratava da federalização da Universidade da Paraíba. Nesta mesma lei criava-se, também a UFSP, a Universidade Federal de São Paulo, sendo mencionada a proposta de criação nos artigos 11, 12 e 13. A partir desta lei, começa-se todo o movimento político para que realmente tal fato viesse acontecer. O texto contido no

artigo 12 dizia que a universidade a ser criada deveria incorporar faculdades já existentes, ou seja, ela seria *multicampi*, o que gerou polêmica. Desta forma implicava instituições já assentadas e de renome como a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), da Universidade de São Paulo (USP).

Em 1968, através do Decreto nº 6.758, de 22 de maio de 1968, finalmente a universidade é instituída e a questão de *multicampi* foi deixada de lado.

Esse decreto foi o resultado de quase 8 anos de articulações políticas complexas que envolveram múltiplos e variados interesses e que puseram em lados opostos, entre outros, a USP, o jornal *O Estado de São Paulo*, a Escola Paulista de Medicina e lideranças estaduais e nacionais da antiga UDN, nas pessoas dos deputados federais Ernesto Pereira Lopes e Lauro Monteiro da Cruz, durante todos esses anos, e do gov. Roberto de Abreu Sodré e ministros Tarso Dutra e Rondon Pacheco, nos anos 67/68. (SGUISSARDI, 1993, p. 12-13)

Desta forma nasce a UFSCar, através de um decreto, sendo que até aquele momento era a única de dezenove (19) Universidades Fundacionais Federais a nascer via decreto, conforme Sguissardi (1993) aponta, visto que as demais nasceram via lei ou decreto-lei.

Após toda agitação para sua implantação, de dezembro de 1960 a maio de 1968, parte-se para sua discussão organizacional, tanto nos aspectos administrativos como acadêmicos. Até aquele momento:

Os mentores políticos da UFSCar, durante os oito anos em que trabalharam para garantir sua implantação em São Carlos, não elaboraram nenhum projeto orgânico de universidade, comparável ao projeto que levou à criação da Universidade de Brasília, por exemplo. (SGUISSARDI, 1993, p. 17)

Neste momento entram em cena os professores, acadêmicos reconhecidos e com ideias emancipadoras. Estes pensaram numa universidade de qualidade e que atendesse de certo modo as aspirações da sociedade; traziam já naquele tempo ideais como: a melhor preparação de professores para o ensino primário e secundário, como também de profissionais qualificados na área tecnológica. Também se falava do melhor aproveitamento dos recursos tecnológicos da época. Este grupo de acadêmicos, aos quais foi dada a tarefa de pensar os cursos, sua proposta pedagógica e seus ideais formativos, vinham de renomadas instituições como da Escola de Engenharia de São Carlos – USP e da Fundação de Amparo à

Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Entre eles, Sguissardi cita: Professor Warwick Estevan Kerr (ex-diretor da FAPESP e professor de Genética da USP), Professor Heitor Gurgulino de Souza (diretor científico da Organização dos Estados Americanos – OEA e administrador de Educação e Ciência, o primeiro reitor da UFSCar), Professor Roberto Bastos da Costa (diretor científico do Centro Latino-Americano de Física), Professor Ernest Hamburger (chefe do Departamento de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP), Professor Marco Antônio G. Cecchini (ex-reitor e professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA), Professor Edson Rodrigues (chefe do Departamento de Física da Escola de Engenharia de São Carlos - EESC e professor catedrático da USP) e Professor Sérgio Mascarenhas (professor de Física da EESC/ USP), sendo este, junto com Prof. Edson, o principal articulador de toda organização acadêmica da UFSCar. Estes acadêmicos traziam ideias que podemos definir com as palavras de Goergen (2008, p. 809) “[...] um novo modelo de relacionamento entre a universidade e a sociedade que seria desenvolvido nas décadas seguintes.”

Entre as preocupações que este grupo trazia, Sguissardi (1993, p. 130) define “[...] a grande atenção com as necessidades da industrialização do país e com tecnologias de ponta; o interesse no combate ao analfabetismo e na utilização de todos os recursos tecnológicos e educacionais para tanto.” E seria com estas preocupações que eles criariam “uma universidade pequena de alta qualidade”, nas palavras de Mascarenhas (1992 apud SGUISSARDI, 1993, p. 131).

Após ampla discussão, inclusive também sobre a gratuidade da universidade, decidiu-se por dois cursos: Licenciatura em Ciências (hoje extinto) e Bacharelado em Engenharia de Ciências de Materiais (depois Engenharia de Materiais). Ambos os cursos traziam as perspectivas de seus idealizadores “... a formação de professores para as ciências básicas e a formação de profissionais para atuarem junto ao complexo industrial.” (SGUISSARDI, 1993, p. 136). O vestibular para estes cursos aconteceu entre janeiro e fevereiro de 1970, apesar do Conselho Federal de Educação (CFE) não reconhecer tais cursos, principalmente o curso de Bacharelado em Engenharia de Ciências de Materiais, pois se tratava de um curso inovador na área de engenharia. O CFE, na época, dizia o seguinte sobre o curso de Bacharelado em Engenharia de Ciências de Materiais “[...] além de conter impropriedade de denominação, nem corresponde à modalidade de engenharia estabelecida pela legislação vigente, nem poderia ser criado por uma universidade

legalmente constituída.” (SGUISSARDI, 1993, p. 157). Hoje, é importante salientar que o curso de Engenharia de Materiais da UFSCar é reconhecido como um dos pioneiros e inovadores da área na América Latina. Mesmo com o surgimento dos percalços o vestibular e funcionamento dos cursos se deram em 1970.

Houve toda uma adaptação dos espaços físicos da área onde funcionaria a universidade, a Fazenda Trancham. Coelheiras viraram salas de aula, o estábulo foi o espaço para o laboratório de química e a chocadeira espaço para os alunos. Desta forma, a universidade inicia suas atividades:

Em 13 de março de 1970, em torno de um sino, em frente à sede da Administração Central (ex-sede da Fazenda Trancham e depois sede da reitoria), 100 alunos, 10 professores, 20 e poucos funcionários e curadores da Fundação participavam da cerimônia inaugural dos cursos da Universidade Federal de São Carlos. Após as palavras do prof. Edson Rodrigues, pres. Do CC-FUFSCar (não havia reitor) e do toque do sino, os 100 alunos e seus professores dirigiram-se às salas de aula (ex-coelheiras) para a primeira aula da UFSCar. (SGUISSARDI, 1993, p. 158)

Já na implantação dos cursos, defendia-se a ideia de que os docentes que viessem trabalhar neles deveriam ter alta qualificação; também se defendia o regime de trabalho em período integral tanto para professores como para os técnicos administrativos. Isto demonstra que esta universidade sempre se preocupou com a sua qualidade acadêmica, tanto que atualmente, 99,85% dos professores são doutores ou mestres.

Na questão organizacional, algumas considerações podem ser destacadas:

- O primeiro reitor assumiu em setembro de 1970, o Professor Heitor Gurgulino de Souza.
- Em agosto de 1970 nasceu o Diretório Central de Estudantes (DCE) sendo a primeira diretoria composta por: Oswaldo Baptista Duarte Filho (pres.), Ângelo Fernando Padilha, José Renato Coury, Mara Sílvia Olívio, Maria Eliza de Oliveira Geribello. (SGUISSARDI, 1993, p.197).
- Em outubro de 1977, criou-se a Associação dos Servidores Técnico-Administrativos, hoje SinTUFSCar.
- Em fevereiro de 1978, surge a Associação dos Docentes (ADUFSCar).
- A partir de 1978, também são implantados os conselhos: Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

- Em 1976 implantaram-se as primeiras atividades de pós-graduação, sendo os programas de Ecologia e Recursos Naturais (mestrado e doutorado) e em Educação (mestrado). A implantação se deu na gestão do Professor Luiz Edmundo de Magalhães, cujas “... metas prioritárias, segundo suas palavras, eram a pesquisa e a implantação de cursos de pós-graduação.” (SGUISSARDI, 1993, p. 166).
- A defesa da primeira dissertação de mestrado aconteceu em 1978, sendo o orientador do trabalho o Professor Dr. Marcos Afonso Marins (cidadão sorocabano, professor da UFSCar a partir de 1971, professor aposentado colaborou na implantação do *Campus Sorocaba*).
- A primeira tese de doutorado foi defendida em 1981.

Importante ressaltar que é a partir da criação dos colegiados que se inicia todo um processo de democratização de participação nas decisões do *campus*, ou seja, praticamente é a partir de 1978 que teremos mudanças no Conselho dos Curadores, em virtude das influências dos colegiados. Exemplo disso foi a eleição do primeiro reitor por eleição direta e partidária, o professor Munir Rachid, empossado em 1984, depois de tumultuado período de “crise” acadêmica, inclusive com intervenção federal.

Atualmente, o Reitor da UFSCar é o Professor Dr. Targino de Araújo Filho, professor do Departamento de Engenharia de Produção (DEP) da UFSCar desde 1979.

No apêndice E, apresentamos um quadro com os reitores da universidade e focando alguns fatos de cada período.

5.1.1 Os *campi* da UFSCar

A Universidade Federal de São Carlos criou em janeiro de 1991 um segundo *campus* na cidade de Araras. Ele surge quando a UFSCar incorpora várias unidades paulistas do extinto Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar), órgão ligado ao Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). (UFSCar, 2010, p.13).

O primeiro curso de Araras, Engenharia Agrônômica, iniciou em 1993. Também foi nesse período que se criou o Centro de Ciências Agrárias (CCA).

O segundo curso Biotecnologia foi aberto em 2006. Também foi nesse ano que se iniciaram as atividades de pós-graduação neste campus, com o curso de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

Em 2009 foram criados outros cursos: Agroecologia, Licenciaturas em Ciências Biológicas, Física e Química pelo programa REUNI. O segundo curso de pós-graduação foi Agricultura e Ambiente.

O *Campus* Sorocaba iniciou suas atividades acadêmicas em 2006 em espaço cedido. As atividades didáticas aconteciam no prédio da Faculdade de Engenharia de Sorocaba (FACENS) e as atividades administrativas na Empresa Nch Brasil. Permaneceu nestas condições nos anos de 2006 e 2007. Em 2008, as atividades se iniciaram em *campus* próprio, em uma área de 700 mil m², localizada no Km 100 da Rodovia João Leme dos Santos, Sorocaba, sentido Salto de Pirapora.

Atualmente, encontra-se em discussão a abertura de mais um *campus*, na região entre Buri e Campina do Monte Alegre, em uma área doada de 643 hectares, ficando a 130 km de Sorocaba. Foi elaborada uma proposta para a abertura deste *campus*, denominada de “Proposta para Implantação do *Campus* Rural Lagoa do Sino da UFSCar”:

O objetivo do presente projeto é apresentar, de modo sucinto, um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão que poderá ser desenvolvido pela UFSCar nessa região do estado de São Paulo e a infraestrutura necessária para a realização da primeira etapa de construção e operação do novo campus. Este campus iniciará as suas atividades de ensino e pesquisa com os cursos de graduação em agronomia, engenharia florestal, engenharia de produção agroindustrial, economia e geografia e com os cursos de pós-graduação em gestão da produção, gestão ambiental e ciência florestal. (UFSCar, 2010, p. 2)

A proposta apresenta uma forte sintonia com a região, tendo em vista que a região favorecida é de agricultura e pecuária, com pouca industrialização e onde as possibilidades de estudo são restritas, levando muitos jovens desta região a procurar outras cidades. Os jovens que saem de sua região são os que contam com incentivo familiar e também possuem recursos financeiros. Muitos dos jovens concluem o ensino fundamental, passam a se dedicar ao trabalho da lavoura, da criação de gado ou outra atividade similar, contribuindo com a família nas atividades

econômicas. Um número razoável chega ao ensino médio. As faculdades, em sua maioria privadas, exigem do estudante recursos financeiros para isto. Esta proposta de criação deste *campus* amplia a perspectiva de futuras oportunidades aos cidadãos desta região.

Esta região se encontra no Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, nos grupos 04 e 05, ou seja, os índices mais baixos da Região Administrativa de Sorocaba. Em 2008, o grupo 04 formado por 31 municípios agregava municípios com baixo indicador de riqueza e indicadores sociais intermediários, e o grupo 05 com 25 municípios, era caracterizado por indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade menos favoráveis.

Quadro 2 – Grupos: 4 e 5 do IPRS da RA de Sorocaba.

Grupo	Municípios
Grupo 4	Anhembi, Apiaí, Arandu, Areiópolis, Barão de Antonina, Bofete, Capela do Alto, Conchas, Fartura, Guapiara, Iaras, Iporanga, Itaberá, Itaóca, Itapetininga, Itararé, Itatinga, Laranjal Paulista, Manduri, Pardiniho, Pereiras, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Quadra, Ribeira, Ribeirão Grande, São Manuel, Taguaí, Taquarituba, Torre de Pedra,
Grupo 5	Alambari, Angatuba, Avaré, Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Buri , Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Cerqueira César, Coronel Macedo, Guareí, Iperó, Itapeva, Jumirim, Nova Campina, Ribeirão Branco, Riversul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Sarutaiá, Tapiraí, Taquarivaí, Tatuí, Tejupá

Fonte: Fundação Seade, 2010. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/>>
Acesso em: 20 de jul. 2011

5.1.2 A UFSCar e sua participação nos programas de acesso à educação superior

A seguir apresentamos alguns dos programas de acesso que a UFSCar participa: Ações Afirmativas, Pronera, UAB e REUNI.

O Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de São Carlos propõe: “Correção de desigualdades sociais e étnico-raciais, tendo em vista a vocação da UFSCar para a qualidade acadêmica, o compromisso social e a ousadia.” (UFSCar, 2006, p. 12). Traz entre seus objetivos:

1. Implantar um sistema de reserva de vagas para ingresso na instituição, que contemple o critério sócio-econômico e o critério étnico-racial;
2. Ampliar as ações institucionais existentes que garantam as condições de permanência e sucesso acadêmico de todos os alunos da UFSCar, por meio de um Programa de Apoio Acadêmico aos alunos de graduação, de modo a atender as necessidades dos estudantes;
3. Implantar um sistema de avaliação do Programa de Ações Afirmativas. (UFSCar, 2006, p. 12-13)

O programa foi implantado a partir de 2008, com 20% das vagas sendo direcionadas aos alunos do ensino médio da rede pública, sendo deste total 35% destinados a alunos de origem negra. Aos candidatos indígenas destina-se uma (1) vaga por curso. Nesta ação afirmativa o aluno da rede pública ou por etnia deve fazer a opção ao que se denomina reserva de vagas. Gradativamente, há a pretensão de ampliar os números de alunos, chegando em 2016, a um percentual de 50% de alunos vindos da rede pública, dos quais serão 35% de alunos negros. A proporção vai aumentando de dois em dois anos. Em 2017 o programa será avaliado, seja para sua continuidade ou modificação.

Conforme pesquisa realizada pela Professora Doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2010), a reserva de vagas atendeu aos estudantes da seguinte forma nos anos que se seguem:

Tabela 18 – Atendimento pela reserva de vagas/ cotas indígenas.

ANO	Ingressantes na UFSCar	Ingressantes pela reserva de vagas	Auto-declarados negros	Vestibular indígena	Indígenas ingressantes
2008	1564	356 (22,76%)	131 (36,80%)	37	16
2009	2526	733 (29,02%)	206 (28,10%)	57	19
2010	2577	791 (30,70%)	187 (22,64%)	57	31

Fonte: GONÇALVES E SILVA, 2010.

Outro programa que a UFSCar desenvolve em convênio com o INCRA é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Na UFSCar, atualmente, são desenvolvidos dois cursos: a Pedagogia da Terra e o curso Especial de Bacharelado de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis. Antes da implantação até a finalização dos projetos foram promovidos amplos debates. A proposta de desenvolvimento dos cursos baseia-se no método de

alternância, com aulas no *campus* e atividades a serem realizadas em campo, no assentamento.

[...] a proposta pedagógica está baseada no regime de alternância, que vem se mostrando uma alternativa viável para o ensino técnico e superior, além de estabelecer relação expressiva entre a família, o assentamento e a instituição de ensino. O método de alternância, como o próprio nome esclarece, estrutura-se em períodos de tempo em que os alunos passam no centro de formação (ou universidade) alternados com outros períodos de tempo em que eles permanecem na comunidade (ou assentamento) de origem. (UFSCar, 2011, p. 17-18)

O curso Especial de Bacharelado de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis, que formará o Engenheiro Agrônomo, teve seu vestibular em dezembro de 2008, com aulas iniciadas em janeiro de 2009. O curso está ligado ao *Campus* Sorocaba e tem sua matriz curricular contemplada em cinco anos.

O Curso Especial de Agronomia é fruto de convênio firmado entre a UFSCar e o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), em parceria com quatro movimentos sociais de campo. Através de uma leitura atualizada e abrangente da relação Sociedade, Natureza e Agricultura, o elemento central da graduação é a formação de um profissional capaz de trabalhar em diferentes dimensões - sociais, econômicas, políticas, culturais e técnico-científicas - para atuar de forma ampla e qualificada na busca do desenvolvimento rural sustentável. (UFSCar, 2011)

A UFSCar também participa da Universidade Aberta do Brasil (UAB) desde 2008. Atualmente conta com os cursos: bacharelados em Sistemas de Informação e em Engenharia Ambiental, licenciaturas em Pedagogia e em Educação Musical e, também, Tecnologia Sucoalcooleira.

Os cursos estão distribuídos em 20 polos presenciais em municípios dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul. Até 2009, a UAB-UFSCar ofereceu 2.500 vagas.

A seguir quadro sobre os cursos e pólos da UAB-UFSCar.

Quadro 3 – Relação dos polos para apoio presencial dos cursos – UAB-UFSCar

Cursos por Polo	Polos de Apoio Presencial
1. Educação Musical	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Barretos – SP ▪ Itapetininga – SP ▪ Itaquí – RS ▪ Jales – SP ▪ Osasco – SP ▪ São Carlos – SP
2. Engenharia Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apiaí - SP ▪ Catalão - GO ▪ Iguaba Grande - RJ ▪ Itapetininga - SP ▪ Jales - SP ▪ Pato Branco - PR ▪ São José do Vale do Rio Preto - RJ ▪ São José dos Campos I - SP ▪ Senhor do Bonfim - BA
2. Pedagogia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apiaí – SP ▪ Bálamo – SP ▪ Igarapava – SP ▪ Itapeçerica da Serra – SP ▪ Itapevi – SP ▪ Jales – SP ▪ Jandira – SP ▪ São Carlos – SP ▪ São José dos Campos II – SP ▪ Tarumã – SP
4. Sistemas de Informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apiaí – SP ▪ Igarapava - SP ▪ Itapevi - SP ▪ Jandira - SP ▪ Osasco - SP ▪ São Carlos - SP ▪ São José dos Campos I - SP ▪ São José dos Campos II - SP ▪ Tarumã – SP
4. Tecnologia Sucrialcooleira	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Barretos - SP ▪ Itapetininga - SP ▪ Tarumã - SP

Fonte: UFSCar, 2011 - Disponível em: <<http://www.uab.ufscar.br/menu/polos-2/polos-por-cursos>>

Acesso em: 16 abr. 2011.

Em 2007, a UFSCar aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual será mais detalhado a seguir.

5.1.3 Dos dois cursos em 1970 ao programa REUNI

Como já mencionamos no capítulo dois:

A universidade funcional, dos anos 70, foi o prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à sua base de sustentação político-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder. A ela, foram prometidos prestígio e ascensão social por meio do diploma universitário. Donde a massificação operada, a abertura indiscriminada de cursos superiores, o vínculo entre universidades federais e oligarquias regionais e a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento. Essa universidade foi aquela voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho. (CHAUÍ, 2003, p. 70-71)

Em 1970, dois cursos, Licenciatura em Ciências e o Bacharelado em Engenharia de Ciências Materiais, davam início às atividades acadêmicas da UFSCar. Um preocupado com a formação de professores, cuja proposta é difundida até hoje, e, a outra buscou a formação de profissional na área industrial e tecnológica, também presente nos dias atuais.

Seguindo a proposta de boas formações no magistério, em 1971, abriram-se os cursos em Licenciatura: Física, Química e Pedagogia.

O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas seria aberto em 1972, tendo em vista que em 1974 extinguir-se-ia o curso de Ciências. Também em 1974, criava-se o curso de Processamento de Dados.

Na linha das Ciências Exatas, abre-se em 1975, o curso de Matemática (licenciatura), no mesmo ano os cursos de bacharelados em Ciências Biológicas e Ciência da Computação.

Engenharia de Produção – Materiais e Química (em 2005 passou a denominar-se Engenharia de Produção), Engenharia Química e os bacharelados em

Química e Estatística, foram os quatro cursos abertos em 1976. Neste mesmo ano, recordando, foram iniciadas as atividades de pós-graduação.

Em seis anos de funcionamento, vamos observar a criação de cursos das chamadas ciências “duras”, com exceção do curso de Pedagogia.

A partir de 1977, começava-se a olhar para a questão da saúde e criava-se o curso de Enfermagem. Os cursos de Terapia Ocupacional e Fisioterapia viriam logo em 1978. Neste mesmo ano também foram abertos os cursos de Engenharia Civil e os bacharelados em Física e Matemática.

Em 1980, a universidade oferecia quinhentas e noventa vagas. Dos anos 80 aos 90, não houve criação de cursos e sim a redução, pois em 1986, extinguiu-se o curso de Processamento de Dados.

Neste período a educação superior vivenciava:

A universidade de resultados, dos anos 80, foi aquela gestada pela etapa anterior, mas trazendo duas novidades. Em primeiro lugar, a expansão para o ensino superior da presença crescente das escolas privadas, encarregadas de continuar alimentando o sonho social da classe média; em segundo lugar, a introdução da idéia de parceria entre a universidade pública e as empresas privadas. Este segundo aspecto foi decisivo, na medida em que as empresas não só deveriam assegurar o emprego futuro aos profissionais universitários e estágios remunerados aos estudantes, como, ainda, financiar pesquisas diretamente ligadas a seus interesses. Eram os empregos e a utilidade imediata das pesquisas que garantiam à universidade sua apresentação pública como portadora de resultados. (CHAUÍ, 2003, p. 71)

A UFSCar reinicia a criação de novos cursos: Ciências Sociais (1991), Engenharia da Computação (1992), em 1993, Engenharia de Produção Agroindustrial (hoje, Engenharia de Produção) e no campus de Araras começava o curso de Engenharia Agrônoma. Biblioteconomia e Ciência da Informação, Educação Física e Psicologia surgem em 1994. Em 1996 os cursos de Imagem e Som, Letras (Licenciatura em Português e Inglês ou Português e Espanhol), Matemática (Licenciatura e Bacharelado no período noturno). Em 2000, começa Química (Licenciatura, período noturno) e Engenharia Física, completando assim a universidade um total de vinte e seis (26) cursos, oferecendo num total de mil e vinte (1.020) vagas. Vale neste momento fazer uma observação: a partir de 1996 até meados de 2003, houve estagnação no crescimento das IFES, período este marcado pelo crescimento das instituições privadas, conforme já descrevemos nos dois primeiros capítulos deste trabalho. Os dados agora apresentados sobre a

UFSCar confirmam a situação vivenciada pelas instituições públicas no período do governo de FHC, definida por muitos como um período em que as universidades federais ficaram sucateadas e sem reposição de funcionários aposentados (docentes e técnicos).

O curso de Música (habilitação em Educação Musical) é oferecido a partir de 2004.

Em 2006 a UFSCar faz um novo registro em sua história, pois além do *campus* de Araras, contando neste ano com mais o curso de Biotecnologia, passa a existir o *campus* de Sorocaba, com quatro cursos: Turismo, Engenharia de Produção, Ciências Biológicas Bacharelado e Ciências Biológicas Licenciatura. Neste mesmo ano, abre-se em São Carlos, o curso de Medicina, totalizando assim trinta e três (33) cursos, oferecendo-se mil e trezentos e setenta e cinco (1.375) vagas.

Nos anos que se seguem a expansão de cursos continuava:

- 2007, mais dois cursos - em Sorocaba, a Engenharia Florestal e em São Carlos, o de Filosofia.
- 2008 - Ciências Econômicas e Ciência da Computação iniciam em Sorocaba.

Mas será em 2009, que a universidade vive uma enorme expansão, dos então trinta e sete (37) cursos para cinqüenta e sete (57), sendo os novos:

- Sete (7) cursos em Sorocaba: Administração, Pedagogia, Licenciaturas em Física, Matemática, Química, Ciências Biológicas e Geografia, todos noturnos.
- Quatro (4) cursos em Araras: Agroecologia, Licenciaturas em Física, Química, Ciências Biológicas.
- Em São Carlos, nove (9) cursos: Pedagogia – noturno, Física – licenciatura – noturna, Gerontologia, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Educação Especial, Gestão e Análise Ambiental, Biotecnologia e Lingüística.

Este aumento de cursos se deu pelo Programa REUNI, ao qual a universidade aderiu em 2007. Em 2008 elaboraram os Projetos Pedagógicos dos Cursos, os demais projetos de investimento e começou a contratação de novos docentes e técnicos administrativos. Em 2009 o programa foi implantado. Importante

ressaltar que também houve a ampliação no número de vagas em dezesseis cursos que já existiam, num total de duzentos e doze vagas (212).

Os gráficos abaixo demonstram as contratações dos recursos humanos para o desenvolvimento do programa.

Gráfico 23 – Docentes contratados com recursos do REUNI



Fonte: UFSCar, 2011.

Disponível em:

http://www2.ufscar.br/interface_frames/index.php?link=http://www.reuni.ufscar.br

Acesso em: 16 abr. 2011

Gráfico 24 – Técnicos contratados com recursos do REUNI



Fonte: UFSCar/REUNI.

Disponível em:

http://www2.ufscar.br/interface_frames/index.php?link=http://www.reuni.ufscar.br

Acesso em: 16 abr. 2011

Em 2010, continuaram as contratações, as construções e ampliações físicas para atender os novos cursos, tendo em vista consolidar os princípios da qualidade acadêmica. Este esforço tem um significado especial, pois como argumenta Dias Sobrinho:

A “democratização” centrada na expansão de matrículas e em ações afirmativas encontra limites nas universidades públicas, principalmente porque as estruturas de pesquisa são muito caras e os orçamentos públicos, bastante restritos. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1.242)

Apesar das dificuldades, principalmente as de ordem de financiamento, como é comum em qualquer nível da educação, o programa vem acontecendo. No início de 2011, as IFES ficaram um tanto “preocupadas”, com o discurso do Governo Federal em suspender concursos e limitar recursos, mas as associações já se movimentam, com a finalidade de que isto não venha a atrapalhar a qualidade do que está sendo oferecido no campo acadêmico. Há a preocupação pela suspensão de alguns concursos e como forma de “aliviar” os desconfortos acadêmicos, o Governo lançou a Medida Provisória nº 525, de 14 de fevereiro de 2011, que foi convertida na Lei nº 12.425, de 2011, a qual altera a Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, no tocante à contratação de professores.

Num ritmo de crescimento, principalmente, com o programa REUNI, em 2010 a UFSCar ofereceu em 57 cursos, um total de 2.577 vagas na graduação.

Com o REUNI, a pós-graduação acrescentou mais programas à universidade:

Neste sentido, a comunidade acadêmica da UFSCar foi responsável, nos anos de 2009 e 2010, pela criação de cinco novos programas de pós-graduação, cinco cursos de mestrado e três de doutorado. Além disso, foram apresentadas à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em 2010 proposta para oito novos programas, das quais três foram aprovadas e receberão seus primeiros alunos no início de 2011. (UFSCar, 2011, p. 24)

Diante destas mudanças, passamos a registrar a criação e o crescimento do *Campus Sorocaba*, crescimento este em todos os sentidos: números de técnicos e docentes, atividades de extensão, cursos de graduação e pós-graduação e, principalmente, crescimento de oportunidades aos estudantes de Sorocaba e região.

5.2O primeiro momento – na via da expansão nasce o *Campus Sorocaba*

A vinda de mais uma instituição pública de educação superior para a região de Sorocaba demorou a se concretizar. Até então havia a Faculdade de Tecnologia (FATEC), criada em 1970. Apesar da proposta da vinda de uma universidade pública já ter sido discutida nos anos 70, foi no final da década de 90 que esta proposta começou a se configurar como viável para a região. Deste processo de discussão de universidade pública, em 2002 implantou-se o campo experimental da UNESP, através do governo estadual. Sorocaba e os municípios vizinhos vislumbraram novas possibilidades aos jovens com a implantação da UNESP, oferecendo dois cursos: Engenharia de Controle e Automação e Engenharia Ambiental. Porém, frente à grande demanda por educação superior, somente a criação deste campus não seria o suficiente para atendê-la. Em 2006, é criado em Sorocaba o campus da UFSCar. Adiante descreveremos como foi o processo político, a discussão da proposta, sua implantação, seus primeiros momentos em Sorocaba (local, técnicos, docentes, administração), a transferência para o local definitivo, seu crescimento, os cursos, seus alunos e os anseios da comunidade acadêmica.

5.2.1 Contextualizando a luta política – um trabalho necessário

As questões que afetam a sociedade são resolvidas através de políticas públicas, pelo menos é o que se espera. A sociedade espera ser escutada e atendida em seus anseios pelos políticos eleitos que a representam. Entre os anseios da sociedade, com certeza, a educação de qualidade e pública é essencial. É dever do Estado garantir a todos educação de qualidade e é pela ação política que se espera que o social seja atendido, independentemente de qualquer questão partidária.

Todo indivíduo tem direito a uma educação de qualidade. O Estado, com a participação da sociedade, por princípio de justiça social e por estratégia de desenvolvimento nacional sustentável, tem o dever de assegurar a educação de qualidade como um bem social disponível a todos. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1.238)

Através do trabalho político, descrevemos a luta para a vinda de uma universidade pública a Sorocaba.

Na década de 50, a cidade cria suas primeiras instituições de educação superior, quase sempre ligadas à Igreja Católica. A partir de 1970 surgem outras novas instituições, conforme já descrevemos no capítulo 2, em sua maioria privadas. Uma questão se levanta: por que demorou tanto a vinda de uma universidade pública? O Professor Marcos Afonso Marins, Assessor da Reitoria da UFSCar para a implantação do *campus*, em entrevista realizada em trinta de março de 2011, argumenta que talvez seja pelo fato de Sorocaba sempre ter sido uma cidade de comércio regional, ponto de passagem, dada a história do Tropeirismo. Tal argumento é bastante pertinente e provavelmente existem outros, como a falta ou interesse de apoio político em décadas anteriores. Como retrata Sguissardi (1983, p. 106): [...] Outras cidades, muito mais importantes sob diversos aspectos que São Carlos, não contaram com estes imprescindíveis apoios.”

Pela lei 3.835/ 60, que deu origem à UFSCar, a princípio a universidade seria *multicampi*. Entre os *campi* estaria a cidade de Sorocaba, além de Araraquara e Bauru, por exemplo. Após, deixada de lado a ideia de *multicampi*, em 1968 quando se decidiu, finalmente, pela implantação da UFSCar, Sorocaba também foi descrita como uma das cidades que tinha interesse em sediar a universidade.

A matéria do jornal *Diário de São Paulo* fazia referência à idéia de uma universidade *multicampi*, com reitoria em São Carlos, mas tendo unidades em Bauru, Sorocaba, por exemplo. Referia-se ainda à crítica situação dos “excedentes”, que a nova universidade, com certeza, iria ajudar a resolver. (SGUISSARDI, 1993, p. 106)

Mas tal fato não se deu em virtude do Decreto nº 62.758, de 22 de maio de 1968, que protelava a ideia de *multicampi*, mas não a possibilidade da existência de outro *campus*. “Em princípio, a UFSCar, não seria mais um aglomerado de faculdades sem nexos entre si. [...] Abandonava-se a ideia de incorporar a Escola Paulista de Medicina, a Faculdade de Medicina de Sorocaba etc.” (SGUISSARDI, 1993, p. 121).

Apesar de Sorocaba não estar mais nas pretensões de *multicampi*, ela aparece como uma das concorrentes a ter o *campus* da universidade federal, conforme o descrito no jornal Folha de São Paulo (*FSP*), em 27 de junho de 1967,

“[...]”

Acertada a instalação da Universidade Federal de São Paulo, surgiu o problema do local. Várias cidades se candidataram, entre as quais Bauru, Araraquara, Santo André, Piracicaba, São Carlos e Sorocaba. Diante de tantos candidatos, o que valeu mesmo foi aquele do art. 11 inserido na Lei de 13.12.60. E São Carlos ganhou uma universidade.” (FSP apud SGUISSARDI, 1993, p. 111)

Após a definição do local (São Carlos), a universidade, a princípio chamada de Universidade Federal de São Paulo (UFSP) passou a denominar-se Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), após o decreto 6.758/ 68, respaldada na Lei 4.759/ 65, que determinava que as universidades e escolas isoladas federais sediadas fora da capital dos Estados tivessem a denominação da cidade-sede (SGUISSARDI, 1993, p. 121).

Vemos, então, que Sorocaba esteve dentro das discussões para receber uma universidade pública entre as décadas de 60 a 70. Somente a partir da década de 90, que se observa um movimento na luta por universidade pública. Descrevendo este período trazemos as palavras mencionadas por Lara Bernardi na publicação em homenagem aos quarenta anos da UFSCar, em 2010, que relatam o trabalho político do período. A professora Lara Bernardi foi vereadora em Sorocaba, deputada federal entre os anos de 1999 a 2006. Após este período, foi representante do MEC no Estado de São Paulo.

“Sorocaba e região fizeram algumas mobilizações para a vinda de uma universidade pública, mas esse sonho não se concretizava.

A partir de 1999 assumi a frente dessa luta, fazendo os primeiros contatos com a Universidade Federal de São Carlos e articulando ações junto ao Ministério da Educação, visando trazer uma extensão de campus para a nossa região. A vitória concretizou-se em agosto de 2005 com a cerimônia oficial de instalação de um campus avançado.

Com a presença do Magnífico Reitor Professor Doutor José Rubens Rebellato, realizamos a 1ª Plenária Regional, no dia 20 de março de 2000, na Escola Técnica “Rubens de Faria e Souza” em Sorocaba. Na ocasião reunimos representantes dos municípios e lideranças sociais e políticas da região de Sorocaba. Na oportunidade, o Professor Doutor José Rubens anunciou a intenção da Universidade em expandir seus cursos com a criação de um novo campus, desde que houvesse a aprovação do Conselho Universitário e, evidentemente, de recursos e vontade política do MEC.

Em outubro de 2000, assumi a Reitoria da UFSCar o Professor Doutor Oswaldo Baptista Duarte Filho que, desde o início, abraçara a ideia da expansão, não poupando esforços para que o projeto se tornasse uma realidade. Mesmo com tantas dificuldades financeiras, sem concursos públicos e novos recursos, em 27 de abril de 2001, em sua 130ª reunião, o Conselho Universitário da UFSCar aprovou a proposta de implantação de um campus na Fazenda Ipanema-Iperó.

Em compensação, quando da apresentação ao então Ministro Paulo Renato, o pedido de verba para a expansão da UFSCar foi negado.

(...) Em 2004, a região de Sorocaba foi incluída entre as beneficiárias pelo Projeto de Expansão Universitária do Governo Lula, o que garantiu verbas do MEC para a efetiva implantação do campus. Nosso prazo pela liberação da Flona havia expirado. Ou encontrávamos outra área ou correríamos o risco de perder nossa universidade; o que seria inadmissível.

Diante dessa realidade, fiz contato com prefeitos da região de Sorocaba, cobrando dos mesmos a doação de, no mínimo, 700 mil metros quadrados para a implantação do campus.

Os municípios se manifestaram e a proposta que mais interessou à UFSCar, naquele momento, foi a apresentada pelo Prefeito de Sorocaba, Vitor Lippi. Em poucos dias o Reitor, professores e engenheiros visitaram áreas apresentadas pela Prefeitura e intensificaram as negociações.

A vitória concretizou-se no dia 19 de agosto de 2005, quando uma cerimônia oficial marcou a assinatura do convênio entre a Prefeitura de Sorocaba e a UFSCar, além da doação definitiva da área à Universidade.

[...]

Outra cerimônia, em 13 de abril de 2006, desta feita com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, marcou o lançamento da pedra fundamental do campus da UFSCar em Sorocaba.

Naquele dia memorável, acompanhei o presidente Lula, o Ministro da Educação Fernando Haddad, e o senador Aloízio Mercadante. Também presentes à cerimônia estavam o Prefeito de Sorocaba, Vitor Lippi, e o Prefeito de São Carlos, Newton Lima Neto.

Pela UFSCar subiram ao palco o Reitor da Universidade Oswaldo Baptista Duarte Filho, a Vice-Reitora, Maria Stella C. de Alcântara Gil, e o Diretor do campus Sorocaba, José Salatiel R. Pires.

O Reitor da UFSCar destacou o fato de que um município como Sorocaba, com envolvimento econômico notável, não contava, até o momento, com vagas públicas para o Ensino Superior.

Duarte Filho ressaltou também a importância do Programa de Expansão da Educação Superior do Governo Federal: “Destacamos a importância da continuidade dessa política de expansão e consolidação da educação superior brasileira, uma vez que os recursos necessários ao cumprimento da responsabilidade que assumimos ao inaugurar um novo campus precisam estar garantidos para que a qualidade das atividades seja mantida”.

[...]

A materialização do sonho de instalação de um campus da UFSCar na região de Sorocaba significa muito mais que vagas no Ensino Superior. É claro que a universidade contribui para resgatar a esperança de um futuro melhor para os jovens que não tem condições de cursar o Ensino Superior em uma escola particular. Porém, uma instituição federal de educação significa o desenvolvimento dos municípios que a circundam e o avanço da pesquisa e dos trabalhos, visando à melhoria da qualidade de vida da população. A UFSCar em Sorocaba representa desenvolvimento, tecnologia e crescimento. E reafirmo a necessidade do entendimento do significado de uma UFSCar em Sorocaba: a universidade não pertence a uma cidade e nem a um grupo. É um patrimônio da população de toda a região.” (UFSCar; 2010, p. 4-5)

5.2.2 Os primeiros passos da implantação

Como vimos pelo relato de Iara Bernardi, o trabalho político foi longo, por praticamente sete anos. Em março de 2005, é apresentada a proposta de criação do

campus, intitulada “Proposta de Implantação de um Campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na região Administrativa de Sorocaba – CCTS – Centro de Ciências e Tecnologia para a Sustentabilidade”, cujos trabalhos vinham sendo desenvolvidos desde 2001, quando se pensou em implantar o *campus* na Floresta Nacional (FLONA) de Ipanema, na Fazenda Ipanema-Iperó, próximo a Sorocaba.

A partir de um termo de cooperação técnica assinado entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS), e a Universidade Federal de São Carlos em 08/11/2000, surgiu a ideia da seguinte proposta:

Face à existência desse Termo de Cooperação, em 13 de fevereiro do corrente ano, o Magnífico Reitor da UFSCar baixou duas portarias, a de nº 026/01, visando à implantação, na Fazenda Ipanema (que sedia a Floresta Nacional de Ipanema) de um Centro de Pesquisas, objeto principal do Termo de Cooperação, e a 144/01, "para proceder estudos sobre a viabilidade de implantação de Cursos de Graduação", na área mencionada. (UFSCar, 2005, p. 8)

Estas portarias criavam as comissões que seriam responsáveis por apresentar (nº 021/01) e avaliar (nº 144/01) a proposta de criação do campus novo.

A composição da comissão nomeada pela Portaria GR nº 26/01 foi a seguinte: Prof. Dr. Pedro Manoel Galetti Junior (Presidente), Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio, Prof. Dr. Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira, Prof. Dr. José Salatiel Rodrigues Pires, Prof. Dr. Sizuo Matsuoka e Prof. Dr. Nemésio Neves Batista Salvador.

A comissão nomeada pela Portaria GR nº 144/01 foi integrada pelos seguintes membros: Prof. Dr. Romeu Cardozo Rocha Filho (Presidente), Prof. Dr. Ivã de Haro Moreno, Prof. Dr. João Sérgio Cordeiro, Prof. Dr. José Carlos Rolim e Prof. Dr. Nivaldo Nale. Ao final de seu trabalho, ela encaminhou o parecer de que seria viável a implantação dos cursos de Ciências Biológicas, com ênfase em Conservação; de Licenciatura em Ciências Biológicas, com ênfase em Educação Ambiental e de Bacharelado em Turismo, voltado para o turismo ecológico e histórico-ambiental, no nível de graduação, além de outros de extensão e pós-graduação. (UFSCar. Proposta de Implantação de um Campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, 2005, p. 8-9)

Após a realização dos trabalhos da comissão, surgiu a necessidade de se buscar outro local para a implantação do campus, pois não foi possível na FLONA, em virtude do prazo para a liberação desta que havia expirado. Neste momento, entrou em cena a Prefeitura Municipal de Sorocaba, que para as atividades de 2006

e 2007 alugou espaços da Empresa NCH e da Faculdade de Engenharia de Sorocaba (FACENS). A princípio foram nestes dois locais que se desenvolveram as atividades acadêmicas e administrativas. Em ambos locais não ocorreram dificuldades que pudessem comprometer o trabalho acadêmico, mas o desejo de ir para o *campus* próprio impulsionou os trabalhos.

As atividades do *campus* começaram com quatro cursos: Turismo, Engenharia de Produção, Ciências Biológicas Bacharelado e Ciências Biológicas Licenciatura. É importante aqui registrar o trabalho árduo e firme da primeira gestão do *campus* Sorocaba: Professor Dr. José Salatiel Rodrigues Pires, Diretor *pró-tempore*, Professor Dr. Waldemar Marques, Coordenador Acadêmico, Professor Dr. Danilo Rolim Dias de Aguiar, Coordenador Administrativo (2006 – 2007) e Professor Dr. Miguel Angel Aires Borrás Coordenador Administrativo (2007 – 2009); além desta equipe houve também a colaboração dos demais coordenadores e vice-coordenadores de cursos, professores e técnicos administrativos. A segunda gestão do *campus* continua não medindo esforços para a continuidade e aperfeiçoamento de todo trabalho necessário para o crescimento e qualidade acadêmica. A atual administração é composta por: Professor Dr. Isaías Torres, Diretor de *Campus*, Prof. Marcelo Nivert Schlindwein, Vice-diretor de *Campus*, Prof^a Dr^a Ana Lúcia Brandl, Coordenadora Acadêmica e o Administrador Carlos Eduardo Vanucci, como Coordenador Administrativo. No anexo E apresentamos a cronologia da implantação do *campus*.

A mudança para o *campus* próprio ocorreu em março de 2008. Neste ano havia um total de sete cursos: Turismo, Engenharia de Produção, Engenharia Florestal, Ciências Biológicas Bacharelado, Ciências Biológicas Licenciatura e os novos: Ciências Econômicas e Ciência da Computação.

Em 2006, o *campus* contava com 51 docentes e 17 técnicos administrativos, sendo três técnicos de laboratório, duas bibliotecárias, dois administradores, uma secretária executiva, uma pedagoga, um engenheiro e sete assistentes administrativos. Conforme crescia a demanda de trabalho, ia se ampliando o quadro de pessoal.

Em setembro de 2010, o *Campus* Sorocaba contava com cento e trinta e nove (139) docentes e oitenta e três (83) técnicos administrativos atuando nas áreas: acadêmica e administrativa.

Quanto à oferta de vagas nos cursos de 2006 a 2010 representamos na tabela a seguir. Ressaltamos que no cômputo do total das vagas da UFSCar estão incorporadas as vagas da UFSCar e demais *campi*, inclusive Sorocaba; na terceira coluna deslocamos as vagas de Sorocaba para fins de análise.

Tabela 19 – Número de vagas oferecidas, entre os anos de 2006 a 2010, no Campus Sorocaba.

Ano	Total - UFSCar	Campus Sorocaba
2006	1.375	180
2007	1.445	220
2008	1.565	340
2009	2.577	620
2010	2.577	620

Fonte: UFSCar, 2010.

Disponível em: <[http://www2.ufscar.br/interface_frames/index.php?link=http://www.prograd.](http://www2.ufscar.br/interface_frames/index.php?link=http://www.prograd.ufscar.br/cursos.pp)

[ufscar.br/cursos.pp](http://www2.ufscar.br/cursos.pp)>

Acesso em: 16 abr. 2011

Em 2006, as vagas do Campus Sorocaba representavam 13% do total da UFSCar (1.375 vagas). Passou a representar 15% do total em 2007. Em 2008 com 340 vagas representou 21% do total de 1.565. A partir de 2009 passou a representar quase um quarto das vagas da universidade, ou seja, 24% do total, número bastante representativo para um *campus* recente.

Observamos que a partir de 2009, a UFSCar como um todo, no *Campus* de Sorocaba quase dobrou o número de vagas oferecidas. Este fato foi decorrência da adesão ao programa REUNI.

A partir deste contexto de ampliação de vagas passamos a demonstrar como foi este processo, no caso do *campus* Sorocaba.

5.3 Segundo momento – REUNI no Campus Sorocaba

O *Campus* Sorocaba aderiu ao programa REUNI juntamente com toda Universidade. Após várias sugestões, foram propostos sete cursos. O trabalho de

discussão para a elaboração das propostas e dos projetos foi coordenado pelo professor Dr. Antonio Fernando Gouvea da Silva. Este professor fazia parte da comissão constituída pelo Conselho Universitário, através do Ato da Presidência nº 931, de 11 de julho de 2007, para realizar as discussões sobre o REUNI.

Em 2007 as discussões se centraram nas propostas dos sete novos cursos aprovados: Pedagogia, Geografia, Administração, Licenciatura em Física, Química, Biologia e Matemática.

No início de 2008, dava-se início à elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, sob a coordenação do Professor Gouvea, contando com os seguintes participantes: Professores - Ana Lúcia Brandl, Antonio José Felix de Carvalho, Carlos Henrique Costa da Silva, Evandro Marsola de Moraes, Jorge Luís Faria Meirelles, Magda da Silva Peixoto, Marystela Ferreira, Rita de Cássia Lana, Silvio César Moral Marques, Viviane Mendonça, Técnicas em Assuntos Educacionais - pedagogas: Ofir Paschoalick Castilho de Madureira e Elenita Ferreira Meira Camargo. Importante ressaltar que o trabalho também era acompanhado pela Coordenação Acadêmica e Direção do Campus.

O grupo se reunia para tomar conhecimento do processo do programa em andamento, informações que eram trazidas pelo Professor Gouvea. Na reunião ficavam determinadas as etapas e o formato para a elaboração dos projetos. O primeiro semestre praticamente foi o tempo para a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs). Procurou-se nos PPCs apresentar propostas inovadoras, consistentes, consoante ao que diz Severino:

Continua desafio para a universidade brasileira rever com criticidade, criatividade e competência, sua relação com o conhecimento, tratando-o como processo e não como produto, equacionando-o como mediação da educação e esta, como mediação da cidadania e da democracia. (SEVERINO, 2009, p. 254)

O segundo semestre de 2008 foi o tempo para a aprovação dos PPCs pelos colegiados da Universidade.

Outro ponto importante a ser destacado foi a escolha dos cursos, os quais foram definidos levando-se em conta as dimensões do programa, como: ampliação da oferta de educação superior pública, principalmente no período noturno; articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;

implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; compromisso social da instituição com políticas de inclusão, programas de assistência estudantil e políticas de extensão universitária etc. Os responsáveis pela elaboração do PP do curso deveriam justificar a escolha do curso, além de atenderem as dimensões do programa.

Para o curso de Geografia, os proponentes Professor Dr. Carlos Henrique Costa da Silva e Prof^a Ms. Rita de Cássia Lana argumentavam:

Não há, na região, cursos de bacharelado e licenciatura em Geografia com ensino gratuito. Os mais próximos estão situados em Ourinhos/SP, no Campus da UNESP, distante cerca de 200km da cidade de Sorocaba, São Paulo com os cursos da USP e a partir de 2008 com o do CEFET-SP, e que dista 90 km; e Campinas (UNICAMP) que dista 100 km, mas tem um perfil de formação diferente da proposta da UFSCar, já que o curso da UNICAMP, oferecido em período integral, chama-se Ciências da Terra com formação em Geografia e Geologia.

Na cidade de Sorocaba, apesar de duas Instituições terem autorização do MEC para cursos de graduação em geografia, nos últimos dois anos, não houve fechamento de turmas. Tanto na Uniso quanto no Uirapuru, os cursos são de licenciatura. [...] Mas sabe-se que a procura por graduação em geografia tem crescido bastante nos vestibulares das Instituições Públicas Paulistas. Deste modo, espera-se que na UFSCar Sorocaba o curso de Geografia possa atender a essa demanda reprimida que não consegue se matricular nos cursos oferecidos na cidade. (UFSCar. Projeto Pedagógico do Curso de Geografia, 2008, p. 43)

O curso de Administração foi apresentado com a seguinte justificativa pelos Professores Dr. Jorge Luís e Dr. Sílvio César:

Atualmente, não existe nenhum curso público de Administração em funcionamento em Sorocaba ou em seu entorno regional imediato (há somente um curso em nível de Tecnólogo na FATEC de Tatuí – Gestão Empresarial), ainda que diferentes Faculdades e Universidades do município de Sorocaba e em outras cidades da região tenham cursos de Administração. Entretanto, por serem instituições particulares com professores predominantemente, ou em vários casos, totalmente horistas, a grande deficiência que se observa na formação dos profissionais em Administração recai sobre a pouca dedicação que os docentes das instituições particulares podem ter para com a formação extraclasse dos discentes. Este fato não ocorre na UFSCar, uma vez que o corpo docente desenvolve atividades junto aos discentes além do horário de aula, sendo em atividades de pesquisa, iniciação científica, bolsa estudantis etc., o que acaba tornando a formação técnico-profissional e humana dos alunos mais adequadas às necessidades da sociedade e, também, do próprio mercado profissional em que ele irá atuar.

Ao mesmo tempo, pelo fato de ser oferecido no período noturno, o curso de Administração da UFSCar – Sorocaba terá um componente social importante, uma vez que se constituirá em importante alternativa de formação e capacitação profissional – pública, gratuita e de qualidade –

para a parcela da comunidade que necessita trabalhar no período diurno e não tem condições de arcar com os custos de uma graduação oferecida por uma instituição de ensino privada.

Além disso, o curso de Administração terá grande interface com outros cursos já existentes na UFSCar – Sorocaba, sobretudo Engenharia de Produção, Turismo e Ciências Econômicas. (UFSCar. Projeto Pedagógico do Curso de Administração, 2008, p.33-34)

O curso de Biologia foi elaborado pelos Professores: Dr. Evandro Marsola de Moraes (responsável pelo projeto), Dr. André Cordeiro Alves dos Santos, Dr. Antonio Fernando Gouvêa da Silva e Dr.^a Maria Virginia Urso-Guimarães. Foi apresentada a seguinte justificativa para a criação do curso:

Embora na cidade de Sorocaba sejam oferecidas 280 vagas em Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) e pela Universidade Paulista (UNIP), e 40 vagas no Curso diurno de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFSCar, o oferecimento da Licenciatura em Ciências Biológicas no período noturno justifica-se pelo seu caráter inovador, pela qualidade que nele se pretende imprimir; pela elevada demanda pelo ensino superior e pela sua gratuidade. Em relação à formação específica em Ciências Biológicas, a formação do profissional egresso está voltada para a ampla e sólida compreensão que a diversidade biológica e a organização da vida resultam da ação dos processos evolutivos ao longo do tempo. Com essa abordagem, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas adota a Evolução como eixo integrador dos conhecimentos biológicos, possibilitando que o professor egresso resgate a lógica essencial da Biologia, integre os conhecimentos e tenha uma visão global da natureza e de como ocorrem seus fenômenos. Tal abordagem deve favorecer a formação de um professor consciente da valorização dessa biodiversidade, não apenas do seu valor como recursos naturais, mas também como patrimônio científico, resultado de um elaborado processo evolutivo ao longo do tempo. (UFSCar. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas, 2008, p.30-31)

A equipe responsável pela elaboração do PPC de Pedagogia foi: Prof. Dr. Antonio Fernando Gouvêa da Silva, Prof.^a. Dr.^a. Viviane Melo de Mendonça, contando com colaboração das pedagogas: Elenita Ferreira Meira Camargo e Ofir Paschoalick Castilho de Madureira.

Revela-se essa política no contexto histórico da formação de pedagogos na UFSCar, com ênfase não apenas em aspectos do mercado de trabalho, mas em um perfil profissional que dá ênfase a uma identidade vinculada ao ensino e à gestão de sistemas, unidades e projetos educativos, buscando diversificar o seu campo de atuação em instituições escolares e não-escolares, públicas, privadas ou comunitárias, tendo em vista as dinâmicas e demandas sociais para as quais a educação é chamada.

O curso de Licenciatura em Pedagogia da UFSCar, implantado no campus São Carlos em 1971, com a Habilitação em Orientação Educacional, sendo posteriormente, em 1972, aberta a Habilitação em Administração Escolar;

sempre esteve adequado às legislações vigentes, atento e participante das discussões nacionais sobre educação e do papel do pedagogo diante das demandas sociais.

Em face dessa realidade da política institucional e do histórico do Curso de Pedagogia nesta universidade, a proposta de implantação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos no *campus* Sorocaba também se compromete - seguindo as legislações vigentes - com a qualidade da educação, com as demandas sociais e históricas e com a proposta de contribuir para a construção de sociedades sustentáveis previstas como diretriz do projeto pedagógico do Campus Sorocaba. (UFSCar. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, 2008, p.30-31)

No geral podemos apontar que os projetos tiveram a seguinte preocupação:

Tal análise por si só indica a importância do crescimento e expansão do *campus* da UFSCar para atender e se tornar referência para a região como Sorocaba é em relação à sua importância econômica para os demais 79 municípios da sua Região Administrativa. Assim, com cursos que atendam e se equiparem ao padrão de qualidade dos demais desta instituição localizados nos *campus* de São Carlos e Araras é que esta Universidade pretende apresentar e justificar o funcionamento de seus novos cursos no período noturno, com intuito de abrir uma nova linha de expansão voltada para a formação de professores, através do oferecimento de Licenciaturas nas áreas de Geografia, Física, Química, Matemática e Biologia, Pedagogia e Administração de Empresas. (UFSCar. Projeto Pedagógico do Curso de Química, 2008, p. 12)

A preocupação com a formação de professores permeou os projetos dos cursos de Licenciatura. Também houve a preocupação de poder contribuir com docentes, principalmente os da rede pública, da região.

O compromisso da Universidade com o **ensino básico** não é só aquele decorrente de sua atribuição institucional, daquela tarefa técnica de formar os professores, como profissionais do ensino. Ele é muito mais profundo e radical. Trata-se de um compromisso ético-político com a educação, mola propulsora do processo civilizatório. Não se trata de uma opção da Universidade se vai se preocupar com isso ou não. Deixar de assumir responsabilidades diretas e incisivas em relação a essa problemática é uma traição a seu próprio destino. Ela precisa ser lugar prioritário de se pensar modelos e caminhos da educação básica do país. Como não se abalar com os dados trazidos pelo Censo de 2007 ao revelarem a grave crise pela qual está passando a formação de professores? Como conviver com a precariedade de nossos cursos de Licenciatura e Pedagogia, como se nada tivessem a ver conosco? Todos sabemos muito bem que o fator predominante dessa crise vem da ausência de uma política pública mais consistente por parte do Estado mas quem vive dentro dos muros da Universidades bem sabe o quanto a Licenciatura é desprestigiada, conforme depoimento recente do próprio Ministro da Educação, ao justificar a criação da Bolsa de Iniciação à Docência.(TAKAHASHI; PINHO, 2009, p. C8 apud SEVERINO, 2009, p. 261)

Enquanto os projetos eram discutidos, formulados e encaminhados, havia uma comissão na universidade constituída para elaborar a proposta de distribuição de recursos. Desta comissão, fazia parte o Diretor de *Campus*, à época, Professor Dr. José Salatiel. A Portaria GR nº 996/08, de 29 de agosto de 2008 é responsável pela constituição da comissão.

Com o programa REUNI, o *Campus* Sorocaba passa a ter quatorze (14) cursos em 2009. De 340 vagas passa a oferecer 620, quase dobra. De sete cursos dobrou o número para 14. Com estes novos cursos, houve melhor aproveitamento dos espaços físicos e instalações, anteriormente só usados para os cursos diurnos.

5.3.1 Uma análise do perfil do candidato ao vestibular em 2009 dos cursos do Campus Sorocaba

Para o vestibular de 2009 foram oferecidos pela UFSCar 57 cursos com um total de 2.577 vagas. Deste total, 14 cursos com 620 vagas foram oferecidas pelo *Campus* Sorocaba, sendo sete cursos que já estavam em funcionamento e sete novos, em virtude da adesão ao programa REUNI.

Tabela 20 - Cursos oferecidos pelo *campus* Sorocaba – UFSCar

CURSOS	VAGAS	PERÍODO
Turismo	40	integral
Engenharia Florestal	40	integral
Ciências Biológicas Bacharelado	40	integral
Ciências Biológicas Licenciatura	40	integral
Engenharia de Produção	60	integral
Ciências Econômicas	60	integral
Ciência da Computação	60	integral
Pedagogia	60	noturno
Geografia	60	noturno
Administração	60	noturno
Física	25	noturno
Matemática	25	noturno
Química	25	noturno
Biologia	25	noturno
TOTAL	620	

Fonte: Adaptado de: UFSCar - COVEST, 2008.

O *campus* que até então ficava ocioso no período noturno passa a aproveitar melhor sua estrutura.

O programa REUNI contribui para que novas oportunidades aos estudantes da região fossem oferecidas.

Assim, em 2009, a Universidade num todo apresentou 2.577 vagas; concorreram a estas vagas 30.867 estudantes. Para as 620 vagas de Sorocaba, inscreveram-se 5.287 candidatos, distribuídos pelos cursos de interesse. A seguir analisaremos os dados referentes ao Campus Sorocaba.

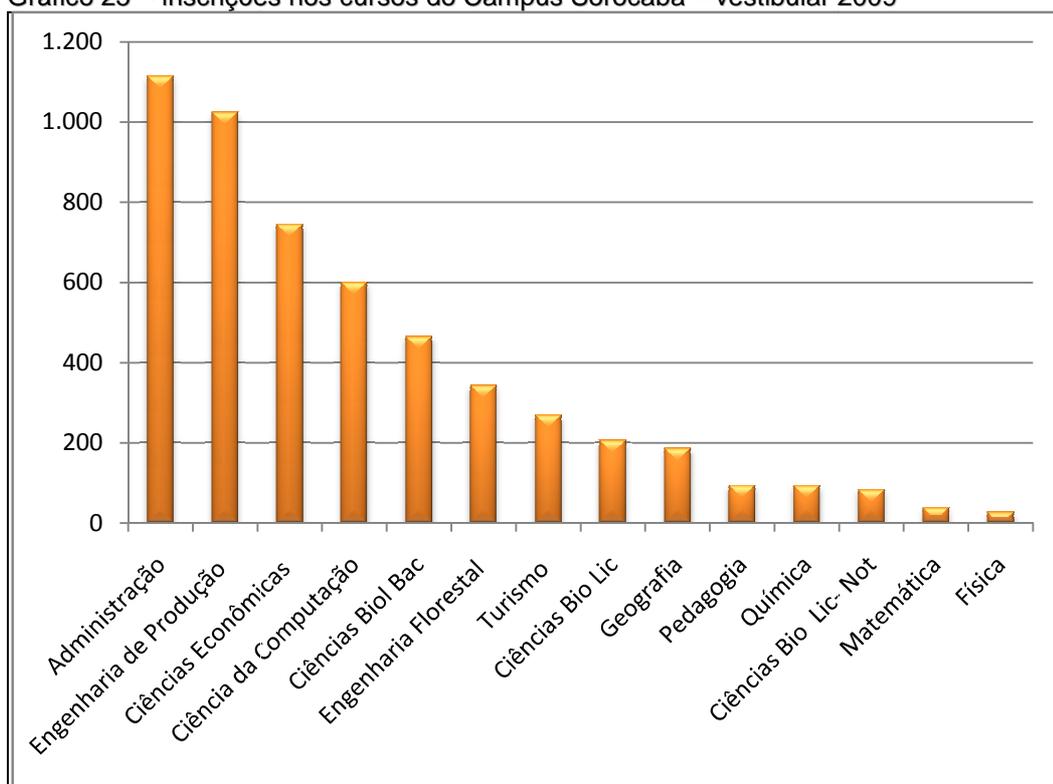
O curso de Administração, criado através do programa REUNI, foi o mais procurado pelos candidatos inscritos. A Engenharia de Produção, curso tradicional da UFSCar, aparece em segundo como o mais disputado. Os cursos de Licenciatura aparecem neste ano com procura menor, o que nos leva a levantar a questão da falta de incentivo e valorização da formação docente por parte da sociedade. Alguns passos já foram dados como a lei do piso salarial, a lei da obrigatoriedade dos planos de carreira, programas de formação etc, mas ainda não parecem suficientes a posto de aumentar a demanda pelas licenciaturas.

Tabela 21 - Número de Vagas, Número de Inscritos e Relação Candidato Vaga por Curso

SOROCABA	Vagas	Inscritos	Candidato/ Vaga
Administração	60	1.114	18.57
Ciência da Computação	60	600	10.00
Ciências Biológicas Licenciatura - Noturno	25	83	3.32
Ciências Biológicas Bacharelado	40	465	11.63
Ciências Biológicas Licenciatura	40	206	5.15
Ciências Econômicas	60	745	12.42
Engenharia de Produção	60	1.024	17.07
Engenharia Florestal	40	343	8.58
Física	25	27	1.08
Geografia	60	186	3.10
Matemática	25	38	1.52
Pedagogia	60	94	1.57
Química	25	93	3.72
Turismo	40	269	5.50
Total	620	5.287	8.53

Fonte: Adaptado de: UFSCar - COVEST, 2008.

Gráfico 25 - inscrições nos cursos do Campus Sorocaba – vestibular 2009



Fonte: UFSCar - COVEST, 2008.

Elaboração própria

O curso de Administração, proposto no programa REUNI, com a concorrência de 18 candidatos por vaga superou o curso de Engenharia de Produção, que até 2008 era o mais buscado.

Dos 5.287 candidatos, 1.436 optaram pelo sistema de reserva de vagas da UFSCar, ou seja, pelo Programa de Ações Afirmativas desenvolvido pela universidade. O programa de reserva de vagas é destinado aos alunos oriundos da escola pública (na época ofereciam-se 20% das vagas), contemplando também a questão étnica (35% dentro dos 20%).

Observamos que os cursos com percentual alto (acima de 50%) pelo sistema de reserva de vagas são os cursos: Ciências Biológicas Licenciatura – Noturno (63,86%), Geografia (59,68%) e Pedagogia (55,32%), cursos implantados a partir do programa REUNI. Vale ainda ressaltar que a reserva de vagas apresentou expressivo número, além dos cursos já mencionados, também nos cursos de Física (44,44%), Matemática (47,37%) e Química (47,31%), todos no período noturno.

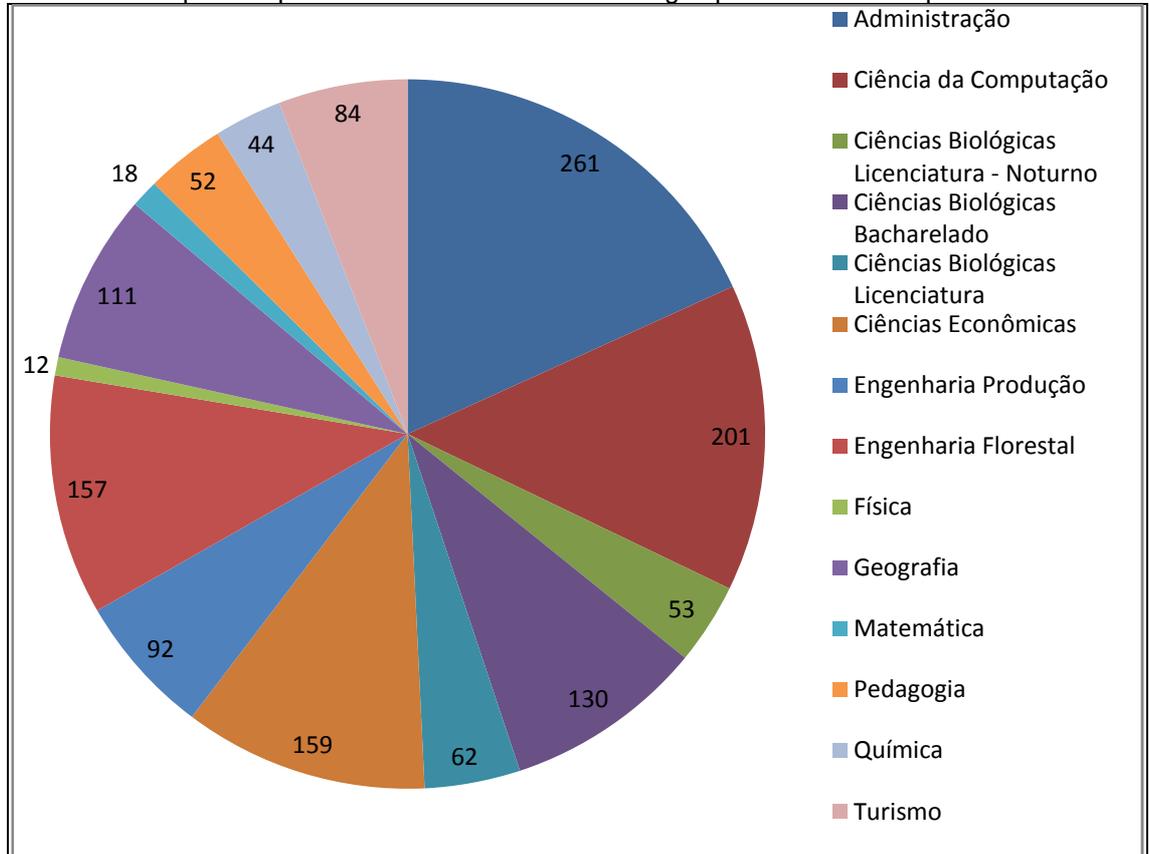
Conclui-se que se estaria concretizando o acesso a estudantes trabalhadores e de escola pública.

Tabela 22 - Optantes pelo Sistema de Reservas de vagas por curso – Campus Sorocaba

SOROCABA	Vagas	Inscritos	Sistema de Reserva			
			Optantes		Autodeclarados Negros dentre Optantes	
			N	%	N	%
Administração	60	1.114	261	23.43	53	20.31
Ciência da Computação	60	600	201	33.50	11	20.75
Ciências Biológicas Licenciatura - Noturno	25	83	53	63.86	20	15.38
Ciências Biológicas Bacharelado	40	465	130	27.96	13	20.97
Ciências Biológicas Licenciatura	40	206	62	30.10	39	19.40
Ciências Econômicas	60	745	159	21.34	34	21.38
Engenharia Produção	60	1.024	92	26.82	24	15.29
Engenharia Florestal	40	343	157	15.33	17	18.48
Física	25	27	12	44.44	2	16.67
Geografia	60	186	111	59.68	34	30.63
Matemática	25	38	18	47.37	5	27.78
Pedagogia	60	94	52	55.32	12	23.08
Química	25	93	44	47.31	11	25.00
Turismo	40	269	84	31.23	18	21.43
Total	620	5.287	1.436	27.16	293	20.40

Fonte: Adaptado de: UFSCar - COVEST, 2008.

Gráfico 26 - Optantes pelo Sistema de Reservas de vagas porCurso – Campus Sorocaba



Fonte: UFSCar - COVEST, 2008.

Elaboração própria.

Na próxima tabela veremos que entre os candidatos, os do sexo masculino, ainda se sobressaem em maior número. O sexo feminino aparece em grande proporção no curso de Pedagogia (88,30%). Já nos cursos de Física (74,07%) e Matemática (65,79%) sobressaem os do sexo masculino. No curso de Administração (52,33% e 47,67%), ambos os sexos estão em proporções quase parecidas. Estas porcentagens trazem ainda conceitos fortes de profissões ditas como femininas e outras como masculinas.

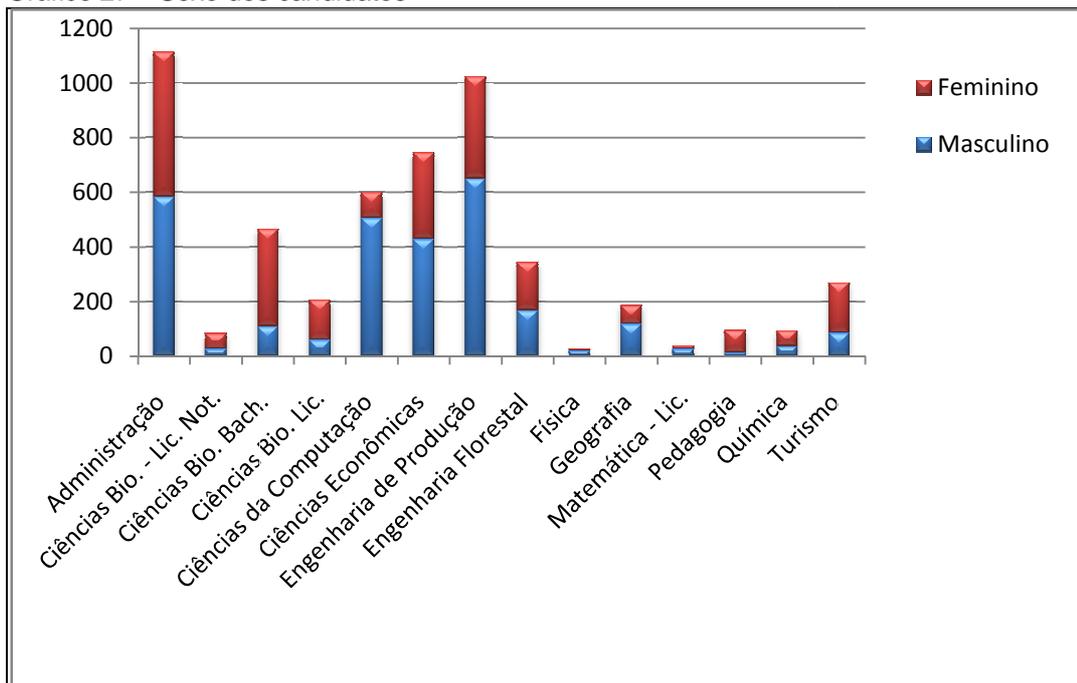
Em Engenharia de Produção visualiza-se que dos 1.024 candidatos, 649 são do sexo masculino enquanto 375 são mulheres. No Turismo vemos que a procura feminina é maior que a masculina, dos 269 inscritos, temos 84 homens e 185 mulheres. O curso que mais chama a atenção é o de Ciência da Computação: do total de 600 candidatos, quase 85% são do sexo masculino.

Tabela 23 - Sexo dos candidatos

	Sexo				Total
	Masculino		Feminino		
	N	%	N	%	N
Administração	583	52.33	531	47.67	1114
Ciências Biológicas - Licenciatura Noturno	26	31.33	57	68.67	83
Ciências Biológicas Bacharelado	108	23.23	357	76.77	465
Ciências Biológicas Licenciatura	58	28.16	148	71.84	206
Ciências da Computação	505	84.17	95	15.83	600
Ciências Econômicas	428	57.45	317	42.55	745
Engenharia de Produção	649	63.38	375	36.62	1.024
Engenharia Florestal	167	48.69	176	51.31	343
Física	20	74.07	7	25.93	27
Geografia	117	62.90	69	37.10	186
Matemática - Licenciatura	25	65.79	13	34.21	38
Pedagogia	11	11.70	83	88.30	94
Química	36	38.71	57	61.29	93
Turismo	84	31.23	185	68.77	269
Total	2.817	53.28	2.470	46.72	5.287

Fonte: Adaptado de: UFSCar - COVEST, 2008.

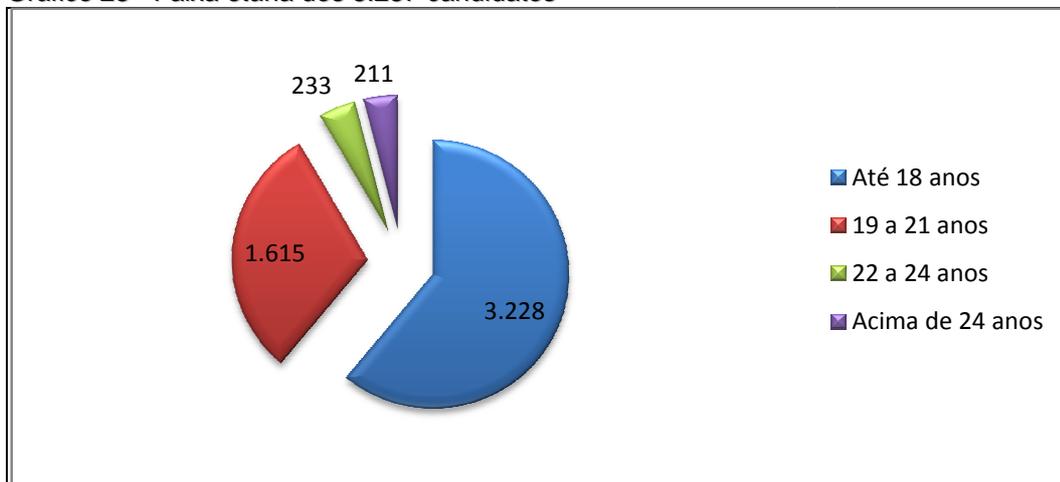
Gráfico 27 - Sexo dos candidatos



Fonte: UFSCar - COVEST, 2008.
Elaboração própria

Continuando a análise dos dados preliminares do vestibular de 2009 da UFSCar – Campus Sorocaba, vemos que entre os 5.287 candidatos, apenas 211 (4%) são da faixa etária acima dos 24 anos. Desta forma, os jovens entre 18 a 24 anos são em sua grande maioria os candidatos de 2009. O que demonstra atender o proposto no PNE. São em maior número os estudantes com faixa etária até 18 anos (61,06%), ou seja, os recém concluintes do ensino médio.

Gráfico 28 - Faixa etária dos 5.287 candidatos



Fonte: UFSCar - COVEST, 2008.
Elaboração própria.

Tabela 24 - Faixa etária dos candidatos

	Faixa etária								Total
	Até 18 anos		19 a 21 anos		22 a 24 anos		Acima de 24 anos		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Administração	684	61.40	330	29.62	47	4.22	53	4.76	1114
Ciências Biológicas - Licenciatura Noturno	33	39.76	30	36.14	7	8.43	13	15.66	83
Ciências Biológicas Bacharelado	267	57.42	176	37.85	13	2.80	9	1.94	465
Ciências Biológicas Licenciatura	95	46.12	92	44.66	10	4.85	9	4.37	206
Ciências da Computação	415	69.17	147	24.50	25	4.17	13	2.17	600
Ciências Econômicas	457	61.34	251	33.69	28	3.76	9	1.21	745
Engenharia de Produção	710	69.34	270	26.37	30	2.93	14	1.37	1024
Engenharia Florestal	233	67.93	97	28.28	6	1.75	7	2.04	343
Física	8	29.63	7	25.93	2	7.41	10	37.04	27
Geografia	54	29.03	82	44.09	25	13.44	25	13.44	186
Matemática - Licenciatura	20	52.63	5	13.16	5	13.16	8	21.05	38
Pedagogia	31	32.98	22	23.40	16	17.02	25	26.60	94
Química	43	46.24	29	31.18	7	7.53	14	15.05	93
Turismo	178	66.17	77	28.62	12	4.46	2	0.74	269
Total	3.228	61.06	1.615	30.55	233	4.41	211	3.99	5.287

Fonte: Adaptado de: UFSCar - COVEST, 2008.

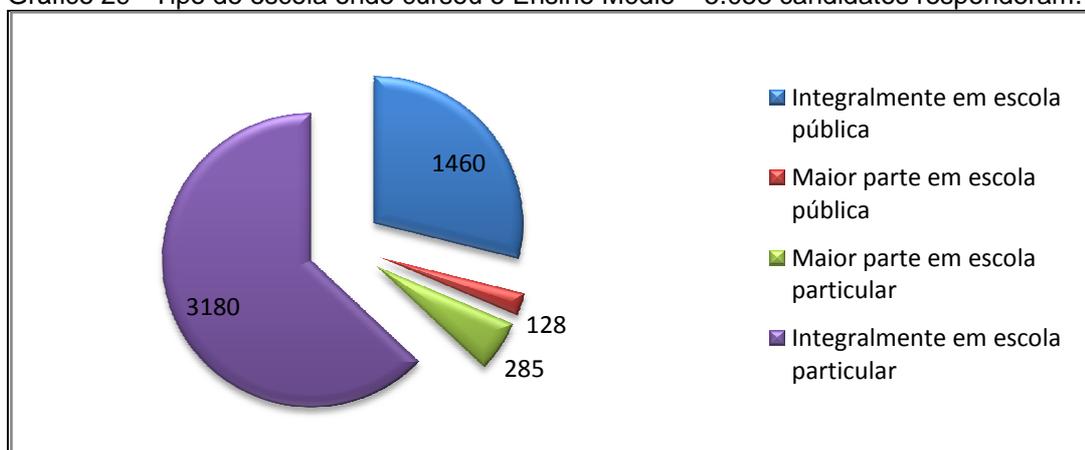
A próxima tabela nos dá um panorama dos cursos noturnos. Seis deles, provenientes do programa REUNI, atendem mais candidatos vindos da escola pública; com exceção, portanto do curso de Administração com um percentual próximo aos dos cursos oferecidos em período integral, ou seja, cursos com mais candidatos oriundos de escola particular.

Tabela 25 - Tipo de escola onde cursou o Ensino Médio

	Onde o candidato cursou o Ensino Médio								Total N
	Integralmente em escola pública		Maior parte em escola pública		Maior parte em escola particular		Integralmente em escola particular		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Administração	263	24.95	27	2.56	68	6.45	696	66.03	1054
Ciências Biológicas – Lic. Noturno	55	69.62	5	6.33	3	3.80	16	20.25	79
Ciências Biológicas Bacharelado	129	29.05	10	2.25	24	5.41	281	63.29	444
Ciências Biológicas Licenciatura	65	33.16	9	4.59	15	7.65	107	54.59	196
Ciências da Computação	208	36.94	8	1.42	27	4.80	320	56.84	563
Ciências Econômicas	158	22.10	15	2.10	32	4.48	510	71.33	715
Engenharia de Produção	159	16.16	19	1.93	55	5.59	751	76.32	984
Engenharia Florestal	94	28.40	12	3.63	21	6.34	204	61.63	331
Física	13	52.00	1	4.00	2	8.00	9	36.00	25
Geografia	112	61.54	3	1.65	6	3.30	61	33.52	182
Matemática - Licenciatura	23	60.53	1	2.63	.	.	14	36.84	38
Pedagogia	54	59.34	4	4.40	3	3.30	30	32.97	91
Química	47	51.65	5	5.49	7	7.69	32	35.16	91
Turismo	80	30.77	9	3.46	22	8.46	149	57.31	260
Total	1460	28.89	128	2.53	285	5.64	3180	62.93	5053

Fonte: Adaptado de: UFSCar - COVEST, 2008.

Gráfico 29 - Tipo de escola onde cursou o Ensino Médio – 5.053 candidatos responderam.



Fonte: UFSCar - COVEST, 2008.

Elaboração própria.

Dos 79 municípios que fazem parte da Região Administrativa de Sorocaba, 1.535 candidatos vieram de 53 municípios desta RA, sendo eles de:

- Alambari, Alumínio, Angatuba, Apiaí, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Arandu, Avaré, Bofete, Boituva, Botucatu, Buri, Capão Bonito, Capela do Alto, Cerqueira César, Cerquilha, Cesário Lange, Conchas, Guapiará, Ibiúna, Iperó, Itaberá, Itaí, Itapetininga, Itapeva, Itaporanga, Itararé, Itatinga, Itu, Jumirim, Laranjal Paulista, Mairinque, Paranapanema, Pardinho, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Porto Feliz, Quadra, Salto, Salto de Pirapora, São Manuel, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Taguaí, Tapiraí, Taquarituba, Tatuí, Tejuapá, Tietê e Votorantim.

Dos 79 municípios da RA de Sorocaba, 26 municípios que não tiveram candidatos; destes 21 municípios pertencem aos grupos 4 e 5, níveis mais baixos do IPRS (Apêndice A).

Do total de 5.287 candidatos em 2009, 1.535 (29%) eram da RA de Sorocaba, o que se considera um número não tão expressivo. Muitos estudantes, principalmente os de municípios mais afastados não tinham conhecimento da universidade. Vale salientar ainda que dos 1.535 candidatos, 786 eram da cidade de Sorocaba, ou seja, 51%. Mesmo as cidades mais vizinhas apresentaram poucos candidatos.

Dos 5.287 candidatos as cidades que apresentaram mais de cem (100) candidatos foram:

- São Paulo – 904 candidatos,
- Campinas – 267,
- São José dos Campos – 128,
- Ribeirão Preto – 116
- São Carlos – 104 candidatos
- Total de 1.519 candidatos.

Os outros 2.233 candidatos foram de outras cidades do Estado de São Paulo, além de cidades de outros Estados.

Importante ressaltar que os dados utilizados foram referentes ao vestibular de 2009, quando o *Campus* ainda era recente em sua existência. Espera-se que nos anos que se seguiram a região tenha tido mais participação, ou seja, usufruindo mais da universidade pública. O que se deseja para a região é que se modifique o

contexto social de muitos cidadãos interioranos, que vivem entre os excluídos de todo tipo de oportunidades.

O *campus* de Sorocaba traz esta esperança de reversão da exclusão, buscando contribuir com este processo através da política de acesso, seja por programas como o REUNI ou Ações Afirmativas. A universidade tem a preocupação que vai além do acesso: que seja garantida ao aluno a permanência, cujo nó se faz presente nos programas. Em julho de 2009, a UFSCar criou a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), o que permitiu o aprimoramento e ampliação da política de gestão social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar este estudo foi necessário retomar alguns aspectos históricos da Educação Superior Brasileira para que pudéssemos compreender o presente e pensar o que será o futuro. Retomando a Reforma Universitária de 1968 e em especial o caso dos excedentes, que a antecedeu, sendo este um dos fatores da sua formulação, pudemos compreender a necessidade de busca de novos caminhos como forma de garantir o acesso aos estudantes. Neste processo histórico apontamos o crescimento da IES nos anos de 1970, 1980, 1990 até o momento. Na década de 90 o crescimento das IES se ancorou em bases legais que acabaram favorecendo a privatização da educação superior, principalmente no governo FHC. Neste momento histórico as universidades públicas, especialmente as federais, ficaram estagnadas. Este processo de crescimento foi retomado no governo que se sucedeu, no governo de Lula, mas as IES privadas continuaram a crescer. A partir deste governo vimos novos programas serem postos em prática.

Pensando na compreensão de um contexto maior para o menor e conforme Goergen (2008) aponta, é necessário ver o global para se compreender o local.

Outra consequência da interpretação pragmática da inserção social das instituições de educação superior foi o paroquialismo, ou seja, seu foco exagerado nos problemas de seu entorno imediato. Esquecia-se, com isso, que na sociedade contemporânea já não existem temas nem problemas que não tenham, sempre, também imbricações e ressonâncias de mundo, de universalidade, de totalidade. Hoje, não há mais instituições de ensino superior que tenham vocação apenas regional ou local em sentido estrito. O universal e o local imbricam-se de tal modo que já não se pode falar de ciência local, nem ensino local, nem formação local. O local sempre deve preservar a perspectiva universal e o universal sustentar-se no local. A qualidade e a pertinência social do ensino procedem da interação entre critérios universais, lidos e interpretados à luz da inserção espaço-temporal da instituição, que, presumivelmente, será o âmbito de atuação dos futuros profissionais. (GOERGEN, 2008, p. 811)

No segundo capítulo achamos importante registrar os números da expansão da educação superior, fazendo um traçado histórico da década de 70 ao presente momento. Desta forma foi necessário o trabalho com dados do censo do INEP. Procuramos fazê-lo com gráficos e tabelas, números que nos mostram o crescimento acelerado pós LDB. Após detalhar números num contexto brasileiro,

vimos a distribuição regional, depois passamos a focar a Região Sudeste, cuja expansão Ristoff (2008) qualifica como “sudestificação”, traço marcante nos dados.

É também outro fato preocupante a distribuição desigual das IES pelas diversas regiões do país, o quadro apresentando um grande desequilíbrio regional. Ocorre uma verdadeira *sudestificação* da educação superior, na expressão de Ristoff (2008, p. 43), pois os quatro estados da Região Sudeste acumulam cerca de 50% das IES, dos cursos e das matrículas do Brasil. (SEVERINO, 2009, p. 257)

Da Região Sudeste, passamos ao Estado com maior número de IES, cursos e matrículas, o Estado de São Paulo. Para comentarmos sobre o Estado de São Paulo em relação à Educação Superior elaboramos um contexto histórico da criação de suas instituições e dados em cursos, matrículas e IES. Após retratarmos o Estado de São Paulo, passamos a focar a educação superior em Sorocaba, destacando sua carência em instituições públicas.

A demanda social por educação pública implica produzir instituições democráticas e de qualidade social que garantam o acesso ao conhecimento, à formação profissional e aos bens culturais produzidos e acumulados pela sociedade, na perspectiva de uma formação crítica e emancipadora, a partir dos contextos concretos. No que se refere à educação superior, constata-se que esse nível de ensino continua elitista e excludente. A expansão ocorrida ao longo das duas últimas décadas, embora alentadora, ainda está longe de atingir os parâmetros de uma real democratização, sobretudo, porque tal expansão se deu, como vimos antes, pela via da privatização, ou seja, do ensino pago e da oferta sem qualidade.[...] (GOERGEN, 2010, p. 811)

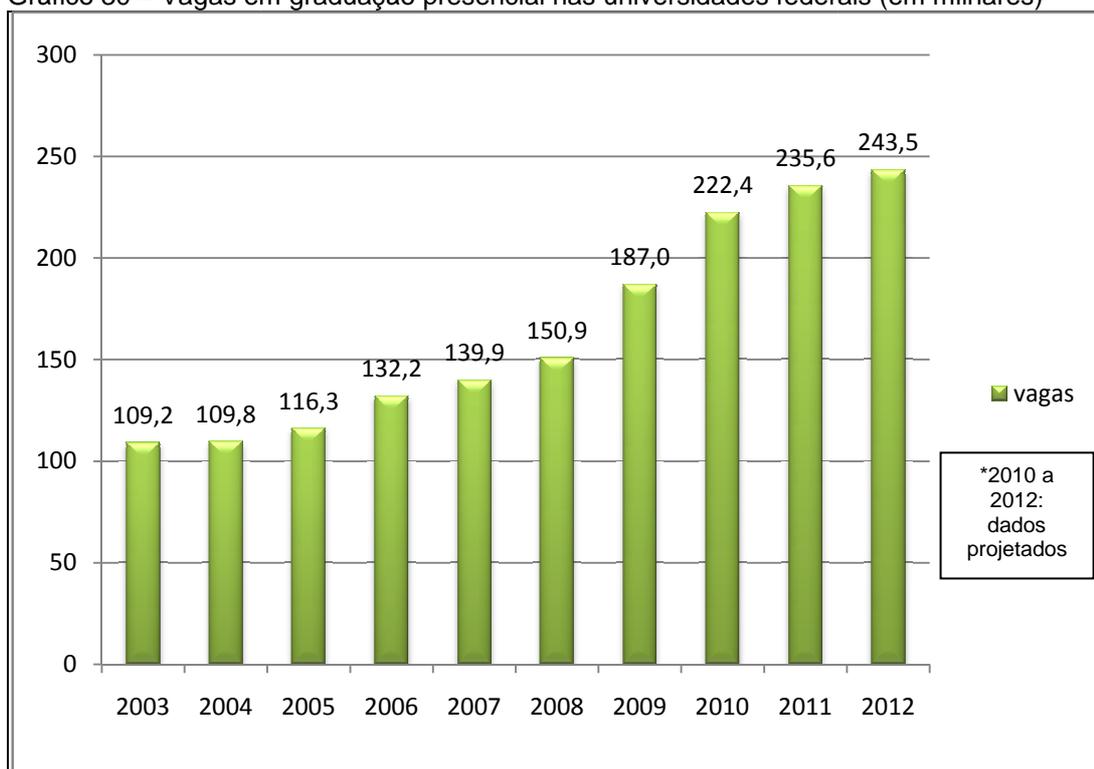
Os programas criados para implantar uma Política de Acesso passaram a ser descritos no terceiro capítulo. Através destes programas espera-se democratizar o acesso, oferecendo acesso principalmente aos que não tiveram esta oportunidade, seja por motivos econômicos, étnicos ou outra questão social.

Restrições econômicas e lacunas da formação precedente determinam as situações adversas dos jovens provenientes de setores marginalizados, que chegam à educação superior através de algum programa de inclusão social. De um lado, positivamente, esses programas criam oportunidades de estudos superiores a milhares de jovens de baixa renda; inscrevem-se nos processos que buscam maior equidade e contribuem para amenizar um pouco as adversidades educacionais de um bom número de jovens. Isto é muito valioso para quem dificilmente teria possibilidade de frequentar um curso superior, não fosse por meio de uma política pública. Por outro, não eliminam o vício fundamental da hierarquização social. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1.239)

Entre esses programas apontamos o REUNI. Procuramos apontar a base legal do programa, suas diretrizes e as adesões das IFES. Também contemplamos os prós e contras do programa. Apontamos o número de IFES e seus campi, os que foram implantados e os que estão em implantação. Ter uma visão da dimensão do programa é importante, principalmente em aspectos financeiros, cujos recursos são altos. O aspecto do financiamento não foi contemplado neste estudo, pois entendemos que este merece um cuidado maior e mais conhecimentos técnicos para ser mais bem explicitado e argumentado.

Segundo o MEC (2011), as vagas em graduação presencial nas universidades federais cresceram nitidamente, sendo o programa REUNI um dos responsáveis por esse crescimento.

Gráfico 30 – Vagas em graduação presencial nas universidades federais (em milhares)

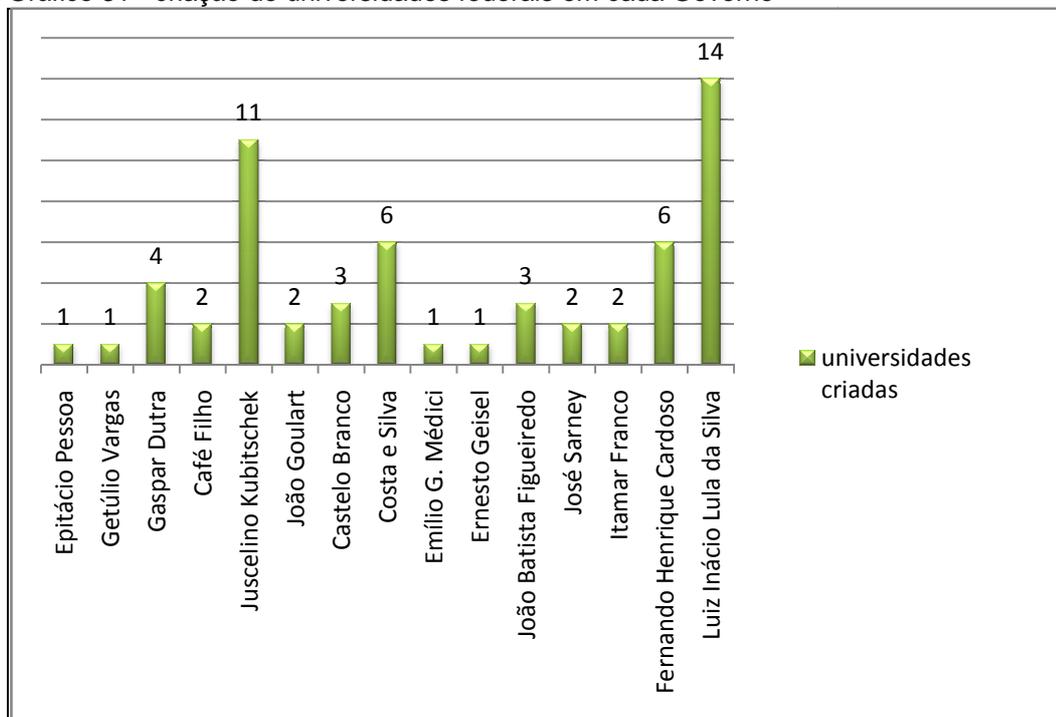


Fonte: Adaptado de: BRASIL, 2011.

Observamos pelo gráfico que a partir de 2006 há um relevante crescimento de vagas, chegando a 2009 com praticamente 55.000 a mais. Já os dados referentes aos anos de 2010, 2011 e 2012 são projeções e se realmente concretizadas, demonstrarão um elevado acréscimo ao acesso à educação superior.

Na ilustração a seguir se mostra o número de universidades criadas em gestão no âmbito federal.

Gráfico 31 - criação de universidades federais em cada Governo



Fonte Adaptado de: BRASIL, 2011.

Neste processo de expansão e abertura de IFES é que teremos a extensão de um *campus* da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em Sorocaba. O que significou um impulso à democratização do acesso à educação superior para a RA de Sorocaba, que até então contava com algumas Instituições de Educação Superior (IES) públicas na região: FATECs nas cidades de Itapetininga, Sorocaba e Tatuí, UNESP em Botucatu, Itapeva e Sorocaba. A abertura da UFSCar – *Campus* Sorocaba ampliou o leque de oportunidades aos estudantes, tendo em vista o rol de cursos que vem oferecendo, em diversas áreas, não se restringindo somente a um campo de conhecimento.

O *Campus* de Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) foi o estudo de caso apresentado neste trabalho. Iniciamos com um panorama da história da UFSCar, seus *campi*, a participação nos programas federais, seus cursos e chegamos ao momento da adesão e implantação do programa REUNI. Após este percurso, passamos ao foco *Campus* Sorocaba, descrevendo sua implantação em

2006 dentro de uma política de expansão. Ressaltamos o trabalho político para a vinda de uma instituição pública à região de Sorocaba, os atores desta luta e o fato concretizado. Resgatamos o início da implantação, os espaços provisórios onde funcionaram seus primeiros cursos e as pessoas envolvidas. Após a implantação, o *campus* vive um segundo momento, em 2009, que foi a ampliação dos cursos, de sete para quatorze, estendido ao período noturno. Com dados do vestibular de 2009, registramos o perfil dos candidatos daquele ano. A partir deste estudo constatamos que naquele momento, os candidatos da região de Sorocaba eram em número ainda pequeno.

Sobre os dados do vestibular de 2009 que apresentaram os candidatos aos cursos do *campus* Sorocaba, ou seja, 5.287 candidatos, destes, 1.535 candidatos eram dos municípios da RA de Sorocaba, representando assim 29% dos candidatos. Mesmo esta porcentagem não representando um número alto de candidatos da região, porém significativo, pode-se justificar este dado através de alguns argumentos:

- Em 2008, quando feita à inscrição para o vestibular de 2009, o *campus* tinha dois anos e meio de implantação.
- Quanto à gratuidade da universidade é algo que a região desconhece, pois “culturalmente” foi acostumada a pagar por cursos superiores, até mesmo por ser uma região bastante comercial.
- A Região Administrativa de Sorocaba é uma região extensa, 79 municípios, e para a divulgação da universidade pública e gratuita torna-se necessário também que os órgãos municipais a divulguem aos seus munícipes.

Tendo em vista que este estudo partiu da hipótese de que a abertura do *Campus* da UFSCar e o programa REUNI, trouxeram novas perspectivas formativas em Educação Superior para Sorocaba e região, podemos dizer que Sorocaba e região podem contar uma universidade pública, cujo histórico de qualidade e responsabilidade social a sustentam.

Observando, enquanto presença no lócus do trabalho, o que se vê é um esforço de toda comunidade acadêmica (gestores, professores, alunos e técnicos) buscando firmar o princípio de uma universidade pública e de qualidade, preocupada não só com a formação profissional, mas também com a formação humana, diante dos desafios que a modernidade nos impõe. Goergen (2008) diz:

[...] as instituições de educação superior não poderiam seguir alheias aos temas e preocupações de grande urgência para a sociedade em geral e para cada indivíduo em particular como a paz, o meio ambiente, a interculturalidade, a transdisciplinaridade, o desenvolvimento sustentável. Com base em novos procedimentos pertinentes à ordem das disciplinas e suas estruturas internas, à relação entre ciência e tecnologia e à formação profissional num contexto cultural profundamente transformado, é preciso projetar uma nova imagem das instituições da educação superior, de suas práticas de investigação e de ensino, plenamente conscientes de sua responsabilidade social. (GOERGEN, 2008, p. 810)

O *Campus* implantado, desde sua concepção, ainda enquanto projeto já se colocava:

A presente proposta baseia-se em uma análise atualizada das condições para criação do *Campus* em Sorocaba que mostra que as propostas anteriormente consideradas para a cooperação com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), enfocada na questão da sustentabilidade e de criação de cursos de graduação e de implantação de atividades de pesquisa e extensão nas áreas de Biologia e de Turismo com as ênfases em biologia da conservação, ecologia e gestão e educação ambiental, continuam plenamente válidas. Além disso, esses cursos, com os enfoques propostos, envolvem áreas de atuação amplamente multidisciplinares, o que é importante na perspectiva de ter como objetivo a criação de um Campus Universitário em que as diversas áreas de conhecimento estejam presentes e possa, no futuro, expandir sua oferta de cursos para todas as áreas, das Ciências Biológicas às Ciências Humanas, às Ciências Exatas e da Terra, bem como às da Saúde e de Engenharia. (UFSCar, 2005, p. 3)

Estas considerações que nortearam a proposta do *Campus* devem continuar presentes nas discussões, agora reforçadas também pela questão da qualidade.

Passado cinco anos de sua implantação, o *Campus* tem se mostrando presente em diversas ações na região, buscando consolidar os princípios presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2004):

Excelência acadêmica; universidade compromissada com a sociedade; gratuidade do ensino público de graduação e pós-graduação *stricto sensu*; indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; livre acesso ao conhecimento; universidade promotora de valores democráticos e da cidadania; gestão democrática, participativa e transparente; universidade ambientalmente responsável e sustentável; valorização da dedicação integral ao ensino, pesquisa e extensão; integração da universidade no sistema nacional de ensino. (UFSCar, 2004, p. 20-21)

A Universidade vem, através de diversas ações, a divulgar e a contribuir com a região, seja por meio dos cursos de extensão, pela abertura da pós-graduação *stricto-sensu*, promovendo a Universidade Aberta, pelas Ações Afirmativas, pelas pesquisas sobre questões sociais locais e regionais e outras atividades acadêmicas.

Hoje, vemos um campus onde em seu espaço interior, diferentes grupos sociais convivem, sinalizando mudanças de democratização no campo universitário. Tomemos por exemplo, o curso Especial de Bacharelado de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis, que formará Engenheiros Agrônomos. Este curso promovido em parceria com o Incra, através do programa Pronera, possibilitou aos participantes de movimentos sociais usufruírem deste curso, que tem como histórico ser um curso de elite.

A Universidade dá sinais de mudanças e deve sempre se questionar:

Para que isso venha a ocorrer, é necessário que elas se submetam a um amplo processo de auto-avaliação crítica, com o objetivo de discernir qual o papel que vêm exercendo e qual o papel que deveriam desempenhar na perspectiva de contribuir para a construção de uma sociedade mais digna, justa e humana. Em termos concretos, isso significa que as instituições de pesquisa e educação superior estão desafiadas a incluir nos seus processos de avaliação o critério de responsabilidade e pertinência social, ou seja, devem perguntar-se qual o sentido social de sua atuação nos campos da pesquisa, do ensino, da extensão e da cultura. (GOERGEN, 2008, p. 811-812)

Aos pequenos passos, mas também, às vezes largos, o *Campus Sorocaba* está se inserindo e mostrando que quer proporcionar uma educação de qualidade e contribuir para o crescimento da região de modo sustentável e merecido. Mas, sabemos que toda esta vontade está atrelada aos investimentos por parte do Governo Federal, pois sem os mesmos as ações tornam-se difíceis de serem concretizadas; garantir educação de qualidade enquanto bem social é imprescindível. “Por isso, assegurá-lo adequadamente é dever indeclinável do Estado.” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1.225)

Na busca de uma democratização ao acesso à Educação Superior é importante que os esforços não se esgotem. Porém, estes esforços devem passar permanentemente por avaliações que identifiquem em que proporção tais ações vem ocorrendo, seja em quantidade, e, principalmente, em qualidade. Garantir uma educação, enquanto bem público, exige envolvimento e investimento. Dias Sobrinho

(2010, p. 1.225) escreve: “É a partir desse princípio que faz sentido falar de democratização do acesso e garantia de permanência dos estudantes em cursos superiores com qualidade científica e social.”.

É importante que os espaços abertos na Universidade aos estudantes de diferentes grupos sociais representem uma verdadeira democratização do saber, de modo que possam favorecer uma verdadeira mobilidade social na vida destes estudantes e, conseqüentemente contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Visto que a análise dos dados de vestibular utilizados neste trabalho foi referente ao ano de 2009 e também pelo *campus* ser novo enquanto instituição no município de Sorocaba, propomos a continuação desse estudo, de forma a avaliar o avanço da UFSCar no espaço regional. Pois, conforme Goergen (2008, p. 814) “Parece não ser arriscado dizer que as nossas práticas avaliativas ainda carecem de uma reflexão mais aprofundada sobre os pressupostos ideológicos que se escondem por detrás dos números, das estatísticas e dos rankings.”

Encerrando, nas palavras de Goergen (2010),

[...] Mesmo reconhecendo os avanços dos anos mais recentes, no tocante à expansão da educação superior e às políticas afirmativas das quotas, do REUNI e PROUNI, é preciso não esquecer que boa parte dessas medidas foi alcançada pela privatização e, em regra, sem garantias de qualidade. Embora não se possa esperar para um futuro próximo uma reversão radical da marcha neoliberal, há sinais de que a luta por uma educação pública de qualidade como um direito de todos e responsabilidade do Estado alcance, pela consciência e força popular, significativos avanços. (GOERGEN, 2010, p. 811)

E compartilhando das palavras de Dias Sobrinho (2005):

Que a universidade não dê razão ao mercado se e quando ele se impõe como razão da sociedade. Que a universidade não seja um motor da globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana. Tudo isso desafia a todos que somos responsáveis pela educação superior, e é assim que eu o apresento aqui, não como um já dado, mas como tarefa projetada ao futuro, ao menos para pensar... (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 172)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nancy Vinagre F. de.; [et al.]. (Org). **Universidade Federal de São Carlos: retratos de uma trajetória 1970 – 2010**. São Carlos. EdUFSCar. 2010.

ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **PDE: O Plano de Desestruturação da Educação Superior**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://antigo.andes.org.br/2008/publicacoes/publicacoes.htm>>

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do Ensino Superior Privado**. Brasília – DF: MEC/INEP, 2008. Disponível em: Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp>>

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI, Marília (Orgs). **Educação Superior no Brasil: 10 Anos Pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp>>

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; Ensino noturno e expansão do acesso dos estudantes-trabalhadores à educação superior. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI, Marília (Orgs). **Educação Superior no Brasil: 10 Anos Pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008. p. 89-110.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 20 maio 2010.

_____. Ministério da Educação. Legislação Educacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2010.

_____. Ministério da Educação. Legislação Educacional. **Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2010.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de jan. de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos PROUNI**, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social, no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 02 jun. 2010.

_____. MEC. **Programa Universidade para Todos – ProUni: Dados e Estatísticas.** Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

_____. Ministério da Educação. Legislação Educacional. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – RAZÕES, PRINCÍPIOS E PROGRAMAS - abril/2007.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 de jun. de 2010.

_____. Ministério da Educação. Políticas e Programas na Educação Superior. **REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Diretrizes Gerais.** Agosto/2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/>>. Acesso em: 28 set. 2008.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

_____. Ministério da Educação. **REUNI 2008 – Relatório de Primeiro Ano**, out. 2009. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 22 jul. 2010.

_____. Ministério da Educação. **REUNI - Expansão das universidades federais.** Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Sinopse das Ações do Ministério da Educação**. PDE. Inep/ SeSU, 2011, p. 90-114.

_____. Ministério da Educação. **Cadastro das Instituições de Educação Superior**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/mec>>. Acesso em 20 jul. 2011.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O Prouni no Governo Lula e o jogo político em torno do acesso no Ensino Superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2006.

CHAUÍ, Marilena. Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social. IN: **A Universidade na encruzilhada: Seminário Universidade: por que e como reformar?** Brasília: Unesco, 2003. p. 67-76.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e Democratização do Acesso à Educação Superior no Brasil: da Deserção do Estado ao Projeto de Reforma. **Educação e Sociedade**, Campinas: v. 25, n. 88, p. 677-701, out 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Brasileira dos anos oitenta: sintomas de regressão institucional. **Em Aberto**, Brasília, ano 8, n. 43, jul./set. 1989.

_____. O ensino superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003. Disponível em: <<<http://www.cedes.unicamp.br>>

_____. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e o Mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 88, p.795 – 817, Especial, out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

_____. O Desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o Mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 809-829, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

CUNHA JUNIOR, Henrique. Cotas para a população negra nas universidades brasileiras. **Universidade e Sociedade** - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Ano 20, n. 46, p. 28-34, jun. 2010.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, n. 82, p. 164-173, Jan/Fev/Mar /Abr 2005.

_____; BRITO, Maria Regina F. de. La Educación Superior en Brasil: principales tendencias y desafios. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 2, p. 487-507, jul. 2008.

_____. Avaliação e Transformações da educação Superior Brasileira (1995 – 2009): do Provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

_____. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 31, n. 113 – Especial, p. 1.223-1.245, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. . **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, set. 2002, p. 234-252. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

FACENS: Faculdade de Engenharia de Sorocaba - Histórico. Disponível em: <<http://www.facens.br/>>. Acesso em 01 nov. 2010.

FADI: Faculdade de Direito de Sorocaba. Histórico. Disponível em: <<http://www.fadi.br>>. Acesso em 01 nov. 2010

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. (Orgs) **Durmeval Trigueiro Mendes: Ensaio sobre Educação e Universidade**. Brasília: INEP, 2006.

FEFISO: Faculdade de Educação Física de Sorocaba - Histórico. Disponível em: <<http://www.acmsorocaba.org.br/>>. Acesso em 01 nov. 2010.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Expansão do Ensino Superior no Brasil e políticas públicas: desafios para a gestão. **IV Congresso Luso- Brasileiro de Política e Administração da Educação**. Lisboa, p.1-11, abr 2007.

GIOLO, Jaime. **Panorama da Educação Superior Brasileira**. Apresentação em powerpoint. MEC/ Inep. 2006.

GÓES, Antonio. 70% das faculdades públicas já adotam cotas ou bônus. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 ag. 2010, Cotidiano, p.C3.

GOERGEN, Pedro L. Educação Superior entre Formação e Performance. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p.809 – 815, nov. 2008.

_____. Educação superior na perspectiva do Sistema e do Plano Nacional de Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 895-917, jul.-set. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Políticas de Ações Afirmativas e extensão universitária. **PROEX – UFSCar**, set. 2010.

HOLANDA, Juliana. Retrato do Interior. **Revista Ensino Superior**. São Paulo, Editora Segmento, 2007. Disponível em: <<http://revistaensinosuperior.uol.com.br.>> Acesso em 20 jul 2011.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil). **Sinopse Estatística do Ensino Superior – Graduação 2005**. Brasília: Inep, 2006.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil). **Sinopse Estatística do Ensino Superior – Graduação 2006**. Brasília: Inep, 2007.

_____. **Sinopse Estatística do Ensino Superior – Graduação 2007**. Brasília: Inep, 2008.

_____. **Sinopse Estatística do Ensino Superior – Graduação 2008**. Brasília: Inep, 2009.

_____. **Sinopse Estatística do Ensino Superior – Graduação 2009**. Brasília: MEC/Inep, 2010.

_____. **Resumo técnico. Censo da educação superior 2008**. Brasília: MEC/Inep, 2009.

_____. **Resumo técnico. Censo da educação superior 2009**, Brasília: MEC/Inep, 2010.

LÜDKE, Menga. **Aparecida Joly Gouveia**. Recife: Massangana, 2010. (Coleção Educadores). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

MARINS, Marcos Afonso. **Falando sobre o Campus Sorocaba – UFSCar. (depoimento)**, Sorocaba, 30 de mar. 2011.

MARTINS, Carlos Benedito. Uma reforma necessária. . **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p.1.001-1.020, out. 2006 100. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

_____. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009 15. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006. Editora UFPR.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI, Marília (Orgs). **Educação Superior no Brasil: 10 Anos Pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008, p.71-88.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes**. Recife: Massangana, 2010. (Coleção Educadores). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa. (Org.) **A Educação Superior no Brasil**. Caracas. Brasil - Porto Alegre: IESALC/ UNESCO, 2002, p. 24-37.

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo. **Educação superior: democratizando o acesso**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 71-84, mar. 2009.

PEREIRA, Patrícia. Currículo em mutação. **Revista Ensino Superior**. São Paulo, Editora Segmento, n. 129, 15 jun. 2009.

PUC–SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Histórico. Disponível em: <<http://home.sorocaba.pucsp.br>>. Acesso em 01 nov. 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. A Educação Profissional pela Pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 401-422, setembro/2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. (org.). **Educação Superior Brasileira: 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, MEC/ Inep. 2006.

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI, Marília (Orgs). **Educação Superior no Brasil: 10 Anos Pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008, p.39-50.

ROTHEN, José Carlos. OS BASTIDORES DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

SÃO PAULO (Estado). **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE - Índice Paulista de Responsabilidade Social – 2008**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/>>. Acesso em: 20 jul. 2011

SAVIANI, Demerval. O plano de desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade**, vol. 28, n. 100 – Especial, p.1231 - 1255, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

_____. **Um avanço ainda tímido**: Lula seguiu a política tucana e inovou pouco no 2º mandato. Revista Carta na Escola. São Paulo: Editora Confiança, p. 14-17, março 2010.

SEIFFERT, Otília Maria L. Barbosa; HAGE, Salomão Mufarej. Políticas de Ações Afirmativas para a Educação Superior no Brasil: da intenção à realidade. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI, Marília (Orgs). **Educação Superior no Brasil: 10 Anos Pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008, p.137 - 162.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós - LDBEN/96: evidências e tendências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 55-86, jan./mar. 2009

SEVERINO, Antônio Joaquim. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, 2009, vol.14, n.2, pp. 253-266, jul. 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade, **Fundação e Autoritarismo – o caso da UFSCar**. São Carlos: EdUFSCar, 1993.

_____. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p.1021-1056, out. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

_____. SILVA JR, João dos Reis; HAYASHI, Carlos R. Massao. Educação Superior em São Paulo 1991 – 2004. In RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. (org.). **Educação Superior Brasileira: 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, MEC/ Inep. 2006, p. 22-391.

SILVA, Marco Wandercil da; BALZAN, Newton César. Universidade Corporativa (Pré-) tendência do Ensino Superior ou ameaça. **Avaliação**, Campinas. 2007, vol.12, n.2, p. 233-256.

SOARES, Maria Susana Arrosa. (Org.) **A Educação Superior no Brasil**. Caracas. Brasil, Porto Alegre: IESALC/ UNESCO, nov. 2002.

SOARES, Maria Susana Arrosa. Mudanças e perspectivas do ensino superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa. (Org.) **A Educação Superior no Brasil**. Caracas. Brasil, Porto Alegre: IESALC/ UNESCO, nov. 2002, p. 110-126.

TRINDADE, H. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Estudos Avançados**, 2000, vol.14, n.40, p. 122-133.

TRINDADE, H. A República em tempos de reforma universitária: o desafio do governo Lula. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 819-844, Especial - Out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

UFSCAR. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI**. São Carlos, jul. 2004.

_____. **Proposta de Implantação de um Campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na região Administrativa de Sorocaba – CCTS – Centro de Ciências e Tecnologia para a Sustentabilidade**, 2005.

_____. **Proposta de Programa de Ações Afirmativas para a UFSCar**. São Carlos, nov. 2006. Disponível: <<http://www.ufscar.br>>

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Geografia**, UFSCar – *Campus Sorocaba*, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração**, UFSCar – *Campus Sorocaba*, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas**, UFSCar – *Campus Sorocaba*, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**, UFSCar – *Campus Sorocaba*, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Química**, UFSCar – *Campus Sorocaba*, 2008.

_____. **COVEST – Coordenadoria de Vestibular: Dados preliminares vestibular de 2009**. São Carlos, NOV. 2008.

_____. **Proposta para Implantação do Campus Rural Lagoa do Sino da UFSCar**, São Carlos, 2010. Disponível em: <www.ufscar.br/~soc/arquivos/projeto_lagoadosino.pdf>. Acesso em: março 2011.

_____. **Pedagogia da Terra.** São Carlos, 2011. Disponível em: <<http://www.pedagogiadaterra.ufscar.br/movimentos-sociais>>. Acesso em: março 2011.

_____. **Bacharelado de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis.** São Carlos, 2011. Disponível em: <http://www2.ufscar.br/interface_frames/index.php?link=http://www.historia.ufscar.br>. Acesso em: março 2011

_____. **Relatório parcial de gestão – outubro de 2008 a dezembro de 2010 – Excelência Acadêmica com Compromisso Social.** UFSCar, 2011.

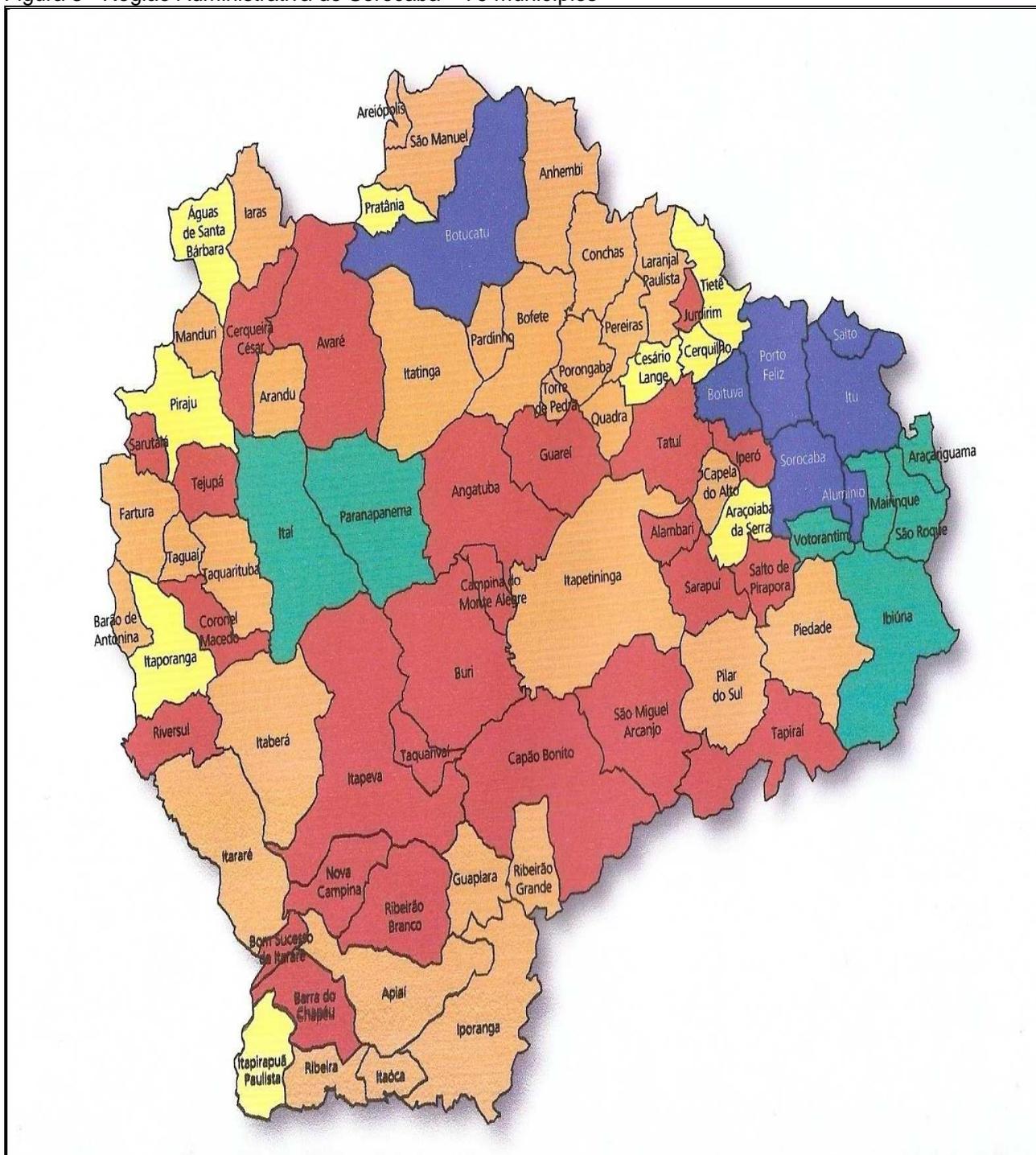
_____. **Cronologia da implantação do *campus* Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos.** UFSCar, 2011. Disponível em: <http://www.sorocaba.ufscar.br/ufscar/index.php?pg_id=56>. Acesso em: março 2011.

UNESP. Univeridade Estadual Paulista – Campus Sorocaba – Histórico. Disponível em: <<http://www.sorocaba.unesp.br/instituicao/apresentacao>>. Acesso em: 01 nov. 2010

UNISO. Universidade de Sorocaba. Histórico. Disponível em: <<http://www.uniso.br/universidade/historico.asp>>. Acesso em: 01 nov. 2010

APÊNDICE A

Figura 3 - Região Administrativa de Sorocaba – 79 municípios



Fonte: Fundação Seade, 2010.

Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/ajuda/2008/reg685.pdf>>

Acesso em 10 jul. 2011.

Quadro 4 - Os grupos e os critérios para a formação dos grupos de municípios sobre o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)

Grupos	Municípios	Categorias
Grupo 1	Sorocaba, Alumínio, Boituva, Botucatu, Porto Feliz, Itu, Salto	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade
Grupo 2	Araçariguama, Ibiúna, Itaí, Mairinque, Paranapanema, São Roque, Votorantim	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 3	Águas de Santa Bárbara, Araçoiaba da Serra, Cerquilha, Cesário Lange, Itapirapuã Paulista, Itaporanga,, Pratânia, Piraju, Tietê	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade
Grupo 4	Anhembi, Apiaí, Arandu, Areiópolis, Barão de Antonina, Bofete, Capela do Alto, Conchas, Fartura, Guapiara, Iaras, Iporanga, Itaberá, Itaóca, Itapetininga, Itararé, Itatinga, Laranjal Paulista, Manduri, Pardinho, Pereiras, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Quadra, Ribeira, Ribeirão Grande, São Manuel, Taguaí, Taquarituba, Torre de Pedra,	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 5	Alambari, Angatuba, Avaré, Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Cerqueira César, Coronel Macedo, Guareí, Iperó, Itapeva, Jumirim, Nova Campina, Ribeirão Branco, Riversul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Sarutaiá, Tapiraí, Taquarivaí, Tatuí, Tejupá	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade

Fonte: Adaptado de: Fundação Seade, 2010.

Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/ajuda/2008/sintese.pdf>>

Acesso em 10 jul. 2011.

APÊNDICE B

Quadro 5 – Instituições de Educação Superior (IES) da cidade de Sorocaba

Nome da Instituição	Sigla IES	Categoria Administrativa	Organização Acadêmica	Nome da Mantenedora
Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Sorocaba	ESAMC Sorocaba	Privada	Faculdade	Escola Superior de Gestão de Negócios Ltda
Faculdade de Ciências e Letras	Academia de Ensino	Privada	Faculdade	Escola Superior de Educação, Ciências e Letras
Faculdade de Direito de Sorocaba	FADI	Privada	Faculdade	Fundação Educacional Sorocabana
Faculdade de Educação Física da Associação Cristã de Moços de Sorocaba	FEFISO	Privada	Faculdade	Associação Cristã de Moços de Sorocaba
Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior	IMAPES	Privada	Faculdade	Grupo Educacional S.A IBMEC
Faculdade Uirapuru	FAU	Privada	Faculdade	Grupo Educacional S.A IBMEC
Faculdade de Tecnologia de Sorocaba	FATEC - SO	Pública	Faculdade	Governo do Estado de São Paulo/Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Universidade de Sorocaba	UNISO	Privada	Universidade	Fundação Dom Aguirre
Faculdade de Ciências e Letras	Academia de Ensino	Privada	Faculdade	Escola Superior de Educação, Ciências e Letras

Universidade Paulista	UNIP	Privada	Universidade	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – Assupero
Faculdade Anhanguera de Sorocaba	FSO	Privada	Faculdade	Anhanguera Educacional S.A.
Pontifícia universidade Católica de São Paulo	PUCSP	Privada	Faculdade	Fundação São Paulo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Pública	Universidade	Governo do Estado de SP – secretaria de de Estado de Ciência Tecnol. E desenv. Econ. E Turismo do estado de SP
Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba	UFSCar	Pública	Universidade	Fundação Universidade Federal de São Carlos
Faculdade de Sorocaba	-	Privada	Faculdade	Instituto Educacional do Estado de São Paulo - IESP
Faculdade de Tecnologia Ipanema		Privada	Faculdade	Sociedade Educacional de Sorocaba Ltda.

Fonte: Adaptado de: BRASIL. MEC – sistema e-mec, 2011. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>
Acesso em: 20 jul. 2011.

APÊNDICE C

Quadro 6 - Cursos superiores presenciais em Sorocaba

CURSOS	IES
ADMINISTRAÇÃO	UFSCAR UNISO UNIP IMAPES ESAMC SOROCABA FACULDADE DE SOROCABA FSO
AGRONOMIA	UFSCAR
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	FATEC SO UNIP ACADEMIA DE ENSINO FSO FAU
ARQUITETURA E URBANISMO	UNISO UNIP
ARTES VISUAIS	UNISO FAU
AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	UNIP
BIBLIOTECONOMIA	IMAPES
BIOMEDICINA	UNIP
BIOTECNOLOGIA	UNISO
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	UFSCAR UNISO UNIP FSO
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - Bacharelado	UFSCAR UNIP PUCSP
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - Licenciatura	UFSCAR (2)* UNIP PUCSP
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	UNISO UNIP ESAMC SOROCABA FACULDADE DE SOROCABA FSO

CIÊNCIAS ECONÔMICAS	UFSCAR UNISO ESAMC SOROCABA
COMÉRCIO EXTERIOR	UNISO UNIP ESAMC SOROCABA
COMUNICAÇÃO SOCIAL	ESAMC SOROCABA (2)*
COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	ESAMC SOROCABA
DANÇA	UNISO
DESIGN	UNISO ESAMC SOROCABA
DESIGN DE INTERIORES	UNISO
DESIGN DE PRODUTO	UNISO
DESIGN GRÁFICO	UNISO UNIP
DIREITO	UNISO UNIP ESAMC SOROCABA FADI
EDUCAÇÃO FÍSICA - Licenciatura	UNISO UNIP FEFISO ACADEMIA DE ENSINO FAU
EDUCAÇÃO FÍSICA - Bacharelado	FEFISO ESAMC SOROCABA FAU
ELETRÔNICA AUTOMOTIVA	FATEC SO
ENFERMAGEM	UNISO UNIP PUCSP FSO
ENGENHARIA	ESAMC SOROCABA
ENGENHARIA AMBIENTAL	UNESP
ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA	UNISO ESAMC SOROCABA
ENGENHARIA CIVIL	UNISO ESAMC SOROCABA FACENS UNIP

ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	UNISO ESAMC SOROCABA FACENS FAU
ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	UNESP UNISO FSO
ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO - MECATRÔNICA	UNIP
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	UFSCAR UNISO ESAMC SOROCABA FAU FSO
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO MECÂNICA	UNIP
ENGENHARIA ELÉTRICA	UNISO UNIP FACENS FSO
ENGENHARIA FLORESTAL	UFSCAR
ENGENHARIA MECÂNICA	FACENS ESAMC SOROCABA UNIP
ENGENHARIA MECATRÔNICA	FACENS
ENGENHARIA QUÍMICA	UNISO FACENS ESAMC SOROCABA FAU
ESTÉTICA E COSMÉTICA	UNISO
FABRICAÇÃO MECÂNICA	FATEC SO
FARMÁCIA	UNISO UNIP
FILOSOFIA	UNISO
FÍSICA	UFSCAR UNISO
FISIOTERAPIA	UNISO UNIP FSO
FOTOGRAFIA	UNIP

GASTRONOMIA	UNISO
GEOGRAFIA	UFSCAR
GESTÃO AMBIENTAL	UNISO
GESTÃO COMERCIAL	UNISO ACADEMIA DE ENSINO FAU (2)*
GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	UNISO
GESTÃO DA QUALIDADE	UNISO ESAMC SOROCABA
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	UNIP
GESTÃO DE EQUINOCULTURA	UNISO
GESTÃO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	UNISO
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	UNISO UNIP FAU ACADEMIA DE ENSINO FSO FAC. DE TEC. DE IPANEMA
GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA	UNIP
GESTÃO FINANCEIRA	UNISO UNIP FAU ACADEMIA DE ENSINO FAC. DE TEC. DE IPANEMA
HISTÓRIA	UNISO
HOTELARIA	UNISO
JORNALISMO - JORNALISMO	UNISO
LETRAS - INGLÊS	UNIP
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	FAU
LETRAS - PORTUGUÊS	ACADEMIA DE ENSINO
LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	FSO
LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS - PORTUGUÊS, INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS	UNISO

LOGÍSTICA	UNISO FATEC SO UNIP FAU ACADEMIA DE ENSINO FSO
LOGÍSTICA DE TRANSPORTES	FATEC SO
MARKETING	UNISO UNIP ACADEMIA DE ENSINO FSO FAC. DE TEC. DE IPANEMA
MATEMÁTICA	UNISO UFSCAR ACADEMIA DE ENSINO
MEDICINA	PUCSP
MÚSICA	UNISO
NUTRIÇÃO	UNISO UNIP
ODONTOLOGIA	UNIP
PEDAGOGIA	UFSCAR UNISO UNIP ACADEMIA DE ENSINO FAU FSO FACULDADE DE SOROCABA
PEDAGOGIA DA TERRA	UFSCAR
POLÍMEROS	FATEC SO
PROCESSAMENTO DE DADOS	FATEC SO
PROCESSOS GERENCIAIS	UNISO UNIP ACADEMIA DE ENSINO FAC. DE TEC. DE IPANEMA
PROCESSOS METALÚRGICOS	FATEC SO
PROCESSOS QUÍMICOS	FAU
PRODUÇÃO DE PLÁSTICOS	FATEC SO
PSICOLOGIA	UNIP
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	UNIP UNISO

QUÍMICA - Licenciatura	UFSCAR UNISO FAU IMAPES
QUÍMICA – Bacharelado	IMAPES (2)*
RADIOLOGIA	UNIP
REDES DE COMPUTADORES	UNIP ACADEMIA DE ENSINO FAU
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	ESAMC SOROCABA
RELAÇÕES PÚBLICAS	UNISO
SAÚDE: PROJETOS, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE APARELHOS MÉDICO- HOSPITALARES	FATEC SO
SECRETARIADO EXECUTIVO	UNIP
SERVIÇO SOCIAL	UNIP IMAPES
SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ACADEMIA DE ENSINO
SISTEMAS BIOMÉDICOS	FATEC SO
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	UNISO IMAPES
TEATRO - ARTE EDUCAÇÃO	UNISO
TECNOLOGIA MECÂNICA	FATEC SO (2)*
TERAPIA OCUPACIONAL	UNISO
TURISMO	UFSCAR

Fonte: Adaptado de: BRASIL. MEC – sistema e-mec, 2011. Disponível em:
<<http://emec.mec.gov.br/>>
Acesso em: 20 de jul. 2011.

APÊNDICE D

Quadro 7 - Relação das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) e seus campi

Região	Estado	Universidade	Campi
Norte	AC	Universidade Federal do Acre (UFAC)	.Campus Áulio Gélío A. de Souza .Campus da Floresta *
Norte	RO	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	.Campus José Ribeiro Filho .Campus de Cacoal .Campus Guajará-Mirim .Campus de Ji-Paraná .Campus Rolim de Moura .Campus de Vilhena .Campus de Ariquemes*
Norte	AM	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	.Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho .Campus do Alto Solimões* .Campus do Médio Solimões* .Campus do Rio Madeira* .Campus Universitário Moisés B. Israel* .Campus Universitário Prof. Dorval Varela Moura*
Norte	RR	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	.Campus de Paricarana . Unidades de Cauamé
Norte	PA	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	.Campus de Belém .Campus de Capitão Poço* .Campus de Parauapebas*
Norte	PA	Universidade Federal do Pará (UFPA)	.Campus de Belém .Campus de Castanhal .Campus de Abaetetuba

			.Campus de Altamira .Campus de Bragança .Campus de Breves Campus de Cametá .Campus de Marabá .Campus de Soure
Norte	PA	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	. Campus de Santarém
Norte	AP	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	.Campus de Marco Zero do Equador .Campus Sul .Campus Norte .Campus de Santana
Norte	TO	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	.Campus de Araguaína* .Campus de Arraias* .Campus de Gurupi* .Campus de Miracena* .Campus de Palmas* .Campus de Porto Nacional* .Campus de Tocantinópolis*
Nordeste	MA	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	.Campus de São Luís .Campus de Imperatriz .Campus de Bacabal .Campus de Pinheiro .Campus de Codó .Campus de Chapadinha*
Nordeste	PI	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	.Campus de Teresina .Campus de Parnaíba .Campus de Bom Jesus* .Campus de Picos*

			.Campus de Floriano*
Nordeste	CE	Universidade Federal do Ceará (UFC)	.Unidade de Porangabussu .Campus do Cariri* .Campus do Quixadá * .Campus do Cariri – Unidade Barbalha* .Campus do Cariri – Unidade Crato*
Nordeste	CE	Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	-
Nordeste	RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	.Campus Central .Campus de Caicó .Campus de Currais Novos .Campus do Cérebro* .Campus de Macaíba – Unidade Macaíba* .Campus de Santa Cruz*
Nordeste	RN	Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	.Campus de Mossoró .Campus de Angicos*
Nordeste	PB	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	.Campus de Areia .Campus de Bananeiras .Campus de João Pessoa .Campus Litoral Norte* .Campus Litoral Norte – Unidade Mamanguape*
Nordeste	PB	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	.Campus de Campina Grande .Campus de Patos .Campus de Souza .Campus de Cajazeiras .Campus de Cuité* .Campus de Pombal* .Campus de Sumé*

Nordeste	PE	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	.Campus Joaquim Amazonas .Campus do Agreste* .Campus de Vitória de Santo Antão – Centro Acadêmico de Vitória *
Nordeste	PE	Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)	.Campus Juazeiro* .Campus Petrolina Centro* .Campus de Petrolina – Unidade Ciências Agrárias* .Campus São Raimundo Nonato* .Campus Senhor do Bonfim*
Nordeste	PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	.Campus de Dois Irmãos .Campus de Garanhuns* .Campus de Serra Talhada *
Nordeste	AL	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	.Campus Sede .Campus Delza Gitai .Campus da Floresta* .Campus Arapiraca* .Campus Arapiraca – Unidade Palmeira dos Índios * ..Campus Arapiraca – Unidade Penedo* .Campus Arapiraca – Unidade Viçosa*
Nordeste	SE	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	.Campus Cidade Universitária Prof. José Aluísio de Campos .Campus da Saúde Prof. João Cardoso Nascimento Jr. .Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho* .Campus de Laranjeiras*
Nordeste	BA	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	.Campus Salvador .Campus Reitor Edgar Santos* .Campus Anísio Teixeira*

Nordeste	BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	.Campus de Cruz das Almas .Campus de Amargosa* .Campus de Cachoeira* .Campus de Santo Antonio de Jesus*
Centro-Oeste	MT	Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	.Campus Cuiabá .Campus Universitário do Araguaia .Campus Universitário de Rondonópolis .Campus Universitário de Sinop .Campus do Médio Araguaia – Unidade Barra do Garças*
Centro-Oeste	MS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	.Campus de Campo Grande .Campus de Aquidauana .Campus de Corumbá .Campus de Três Lagoas .Campus de Paranaíba .Campus de Ponta Porã .Campus de Coxim .Campus Chapadão do Sul* .Campus de Nova Andradina* .Campus de Bonito* .Campus Naviraí*
Centro-Oeste	MS	Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD)	.Campus de Dourados
Centro-Oeste	GO	Universidade Federal de Goiás (UFG)	.Campus Samambaia .Campus Riachuelo .Campus Catalão .Campus Goiás

			.Unidade Jatobá .Unidade Prof. Colemar Natal e Silva
Centro-Oeste	DF	Universidade de Brasília (UnB)	.Campus Darcy Ribeiro .Campus de Brasília – unidade Ceilândia* .Campus de Brasília – Unidade Gama* .Campus de Brasília – Unidade Planaltina*
Sudeste	ES	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	.Campus Aloar Queiroz de Araújo .Campus de Alegre .Unidade Thomas Tomazzi .Campus de São Mateus*
Sudeste	RJ	Universidade Federal Fluminense (UFF)	.Campus de Niterói .Campus de Campos de Goytacazes .Campus de Volta Redonda .Campus de Santo Antonio de Pádua .Campus de Itaperuna .Campus de Angra dos Reis .Campus de Macaé .Unidade de Miracema .Unidade de Quissamã .Campus de Nova Friburgo* Campus de Rio das Ostras*
Sudeste	RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	.Campus Seropédica .Campus de Três Rios* Campus de Nova Iguaçu*
Sudeste	RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	.Campus 296 .Unidade 436

			.Unidade 458 . Unidade Frei Caneca .Unidade Mariz e Barros . Unidade Voluntários da Pátria
Sudeste	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	.Campus Universitário Ilha do Fundão .Campus Macaé . Unidade Praia Vermelha .Campus Xerém*
Sudeste	MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	.Campus Pampulha .Campus Montes Claros .Unidade Saúde
Sudeste	MG	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	.Campus JK . Unidade Centro das Convenções . Campus Avançado Mucuri*
Sudeste	MG	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	.Campus Santa Mônica . Unidade Educação Física . Unidade Umuarama .Campus do Pontal*
Sudeste	MG	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	.Campus de Viçosa .Campus de Florestal .Campus de Rio Parnaíba
Sudeste	MG	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	.Campus Alfenas .Campus Poços de Caldas* .Campus Varginha*
Sudeste	MG	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	. Campus de Uberaba
Sudeste	MG	Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	.Campus Prof. José Rodrigues Seabra .Campus de Itabira*
Sudeste	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	.Campus de Juiz de Fora

Sudeste	MG	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	.Campus de Lavras
Sudeste	MG	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	.Campus de Ouro Preto .Campus Instituto de Ciências Humanas e Sociais .Campus de João Monlevade .Unidade Morro do Cruzeiro .Campus Mariana – Unidade Instituto de Ciências Sociais Aplicadas*
Sudeste	MG	Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	.Campus Santo Antonio .Unidade Dom Bosco .Unidade Tancredo Neves .Campus Alto Paraopeba – Ouro Branco* .Campus Alto Paraopeba – Unidade Congonhas* .Campus Centro-Oeste Dona Lindu* .Campus de Sete Lagoas*
Sudeste	SP	Universidade Federal do ABC (UFABC)	.Campus de Santo André
Sudeste	SP	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	.Campus São Carlos .Campus Araras .Campus Sorocaba*
Sudeste	SP	Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	.Campus de São Paulo – Vila Clementino .Campus da Baixada Santista* .Campus de Diadema* .Campus de Guarulhos* .Campus de São José dos Campos*
Sul	PR	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	.Campus Centro .Campus do Pontal do Paraná

			.Campus Palotina .Unidade Agrária .Unidade Politécnico .Campus do Litoral*
Sul	PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR)	.Campus de Curitiba .Campus de Medianeira .Campus de Cornélio Procopio .Campus de Pato Branco .Campus de Ponta Grossa .Campus de Campo Mourão .Campus de Dois Vizinhos* .Campus de Francisco Beltrão* .Campus de Apucarana* .Campus de Londrina* .Campus de Toledo*
Sul	PR	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	.Campus de Foz de Iguaçu
Sul	SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	.Campus Reitor João David Ferreira Lima
Sul	SC	Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS)	.Campus de Chapecó** .Campus de Cerro Largo** .Campus de Erechim** .Campus de Laranjeiras do Sul** .Campus de Realeza**
Sul	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	.Campus do Centro .Campus Ceclimar .Unidade da Saúde .Unidade do Vale .Unidade Olímpico
Sul	RS	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	.Campus Carreiros

			.Unidade da Saúde .Unidade Cidade .Campus Santo Antônio da Patrulha*
Sul	RS	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	.Campus Capão do Leão .Unidade Palma .Unidade CAVG .Unidade da Saúde .Unidade das Ciências Sociais e Eng. .Campus Porto*
Sul	RS	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	.Campus de Santa Maria .Campus de Frederico Westphalen .Campus de Palmeiras das Missões* .Campus de Silveira Martins
Sul	RS	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	.Campus de Porto Alegre
Sul	RS	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	.Campus Alegrete* .Campus Bagé* .Campus Caçapava do Sul* .Campus Dom Pedrito* .Campus Itaqui* .Campus Jaguarão* .Campus Sant'Ana do Livramento* .Campus São Borja* .Campus São Gabriel* .Campus Uruguaiana*

Fonte: adaptado de: BRASIL. MEC – página REUNI. 2011. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>

Acesso em: 10 de abr. 2011.

Obs. Os campi novos foram identificados com * e os que estão em implantação **.

APÊNDICE E

Quadro 8 – Reitores da UFSCar e fatos

Reitores	Período	Modo de escolha	Fatos marcantes
Heitor Gurgulino de Souza	Setembro de 1970 a setembro de 1974	Lista sêxtupla com nomes indicados pelo CC – FUFSCar. Nomeação pelo presidente da República (conforme artigo 16 da Lei nº 5.540/68).	Criação em 1970 do Diretório Central de Estudantes (DCE).
Luiz Edmundo Maia de Magalhães	Fevereiro de 1975 a fevereiro de 1979	Lista sêxtupla com nomes indicados pelo CC – FUFSCar. Nomeação pelo presidente da República (conforme artigo 16 da Lei nº 5.540/68).	1976 – início das atividades de pós-graduação. 1977 – criação da Associação dos Servidores Técnico-Administrativos. 1978 – criação da Associação dos Docentes. Final de 1978 - formação do Colégio Eleitoral Especial, primeira atividade do Conselho Universitário e Conselho de Ensino e Pesquisa.
William Saad Hossne	Março de 1979 a março de 1983	Lei nº 6.420, de 03 de junho de 1977 (dava nova redação ao artigo 16 da Lei nº 5.540/68), ou seja, o reitor e o vice-reitor passam a ser nomeados pelo presidente, a partir de uma lista sêxtupla indicada pelo Colégio Eleitoral Especial.	Participação dos colegiados. Reitoria mais decisória. Primeiros “desentendimentos” com o CC – FUFSCar.
Antônio Guimarães Ferri	Agosto de 1983 a setembro de 1984	Indicação nos termos da Lei 6.733/79.	A comunidade acadêmica não aceitava tal decisão do MEC. Instituída Comissão de Inquérito Administrativo do CFE, em virtude dos conflitos existentes.
Munir Rachid	Setembro de 1984 a setembro de 1988	Lista sêxtupla elaborada pelo Conselho Universitário.	Em 1985, reitor e vice-reitor passam a fazer parte do CC – FUFSCar, conforme solicitação da SESU/MEC, ocupando a presidência. Tal fato foi incômodo para os curadores.

Sebastião Elias Kuri	Outubro de 1988 a outubro de 1992	Eleição de equipe (reitor, vice-reitor e mais 4 membros). Houve só uma equipe.	1991 – novo Estatuto da Fundação – aprovado pela Portaria MEC nº 1.161, de 04.07.91. O CC passa a ser órgão somente de natureza fiscal. Em 1991 – criação do Campus de Araras.
Newton Lima Neto	Setembro de 1992 a setembro de 1996	Eleição de equipe (reitor, vice-reitor e mais 4 membros). Houve três equipes.	Em 1993 – passa a funcionar o Campus de Araras, como curso de Engenharia Agrônômica.
José Rubens Rebelatto	Outubro de 1996 a outubro de 2000		Início da discussão da criação do Campus Sorocaba.
Oswaldo Baptista Duarte Filho	Outubro de 2000 a outubro de 2004 Outubro de 2004 a junho de 2008		2002 – início dos trabalhos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). 2004 – Aprovação do PDI. 2006 – abertura do Campus Sorocaba. 2006 – discussão sobre o Programa de Ações Afirmativas (PAA). 2007 – 2008 - discussão, adesão e preparação dos cursos do programa REUNI. 2008 – início da aplicação do PAA.
Maria Stella Coutinho de Alcântara Gil	Junho de 2008 a outubro de 2008		Período eleitoral.
Targino de Araújo Filho	Final de 2008 aos dias atuais		2009 – início dos cursos do programa REUNI.

Fontes: ALMEIDA, 2010. SGUISSARDI, 1993.
Elaboração própria.

ANEXO A

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001.

Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

[...]

4.3. Objetivos e Metas

1. Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos**
2. **Ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior.** (vetado)**
3. Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País*
4. Estabelecer um amplo sistema interativo de educação a distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada.**
5. Assegurar efetiva autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades públicas.**
6. Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e

promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.*

7. Instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e sempre que possível nacionalmente articulados, de avaliação institucional e de cursos, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, de extensão e no caso das universidades, também de pesquisa.*
8. Estender, com base no sistema de avaliação, diferentes prerrogativas de autonomia às instituições não-universitárias públicas e privadas.*
9. Estabelecer sistema de credenciamento periódico das instituições e reconhecimento periódicos dos cursos superiores, apoiado no sistema nacional de avaliação.**
10. Diversificar o sistema superior de ensino, favorecendo e valorizando estabelecimentos não-universitários que ofereçam ensino de qualidade e que atendam clientela com demandas específicas de formação: tecnológica, profissional liberal, em novas profissões, para exercício do magistério ou de formação geral.**
11. Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem.*
12. Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à

abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais.

13. Diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos seqüenciais e de cursos modulares, com a certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino.**
14. A partir de padrões mínimos fixados pelo Poder Público, exigir melhoria progressiva da infra-estrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas, como condição para o credenciamento das instituições de educação superior e renovação do reconhecimento de cursos.*
15. Estimular a consolidação e o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa das universidades, dobrando, em dez anos, o número de pesquisadores qualificados.**
16. Promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação em, pelo menos, 5%.**
17. Promover levantamentos periódicos do êxodo de pesquisadores brasileiros formados, para outros países, investigar suas causas, desenvolver ações imediatas no sentido de impedir que o êxodo continue e planejar estratégias de atração desses pesquisadores, bem como de talentos provenientes de outros países.**
18. Incentivar a generalização da prática da pesquisa como elemento integrante e modernizador dos processos de ensino-aprendizagem em toda a educação superior, inclusive com a participação de alunos no desenvolvimento da pesquisa.**

19. Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino.**
20. Implantar planos de capacitação dos servidores técnico-administrativos das instituições públicas de educação superior, sendo de competência da IES definir a forma de utilização dos recursos previstos para esta finalidade.**
21. Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.
22. Garantir a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão.
23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

4.4 - Financiamento e Gestão da Educação Superior

24. **Assegurar, na esfera federal, através de legislação, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação**

Superior, constituído, entre outras fontes, por, pelo menos 75% dos recursos da União vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, destinados à manutenção e expansão da rede de instituições federais.* (vetado)

25. Estabelecer um sistema de financiamento para o setor público, que considere na distribuição de recursos para cada instituição, além da pesquisa, o número de alunos atendidos resguardada a qualidade dessa oferta.**
26. **Ampliar o programa de crédito educativo, associando-o ao processo de avaliação das instituições privadas e agregando contribuições federais e estaduais, e, tanto quanto possível, das próprias instituições beneficiadas, de modo a atender a, no mínimo, 30% da população matriculada no setor particular, com prioridade para os estudantes de menor renda.** (vetado)**
27. Oferecer apoio e incentivo governamental para as instituições comunitárias sem fins lucrativos, preferencialmente aquelas situadas em localidades não atendidas pelo Poder Público, levando em consideração a avaliação do custo e a qualidade do ensino oferecido.
28. Estimular, com recursos públicos federais e estaduais, as instituições de educação superior a constituírem programas especiais de titulação e capacitação de docentes, desenvolvendo e consolidando a pós-graduação no País.**
29. **Ampliar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, através das agências federais e fundações estaduais de amparo à pesquisa e da colaboração com as empresas públicas e privadas, de forma a triplicar, em dez anos, os recursos atualmente destinados a esta finalidade.** (vetado)**

30. Utilizar parte dos recursos destinados à ciência e tecnologia, para consolidar o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa.**
31. Incluir, nas informações coletadas anualmente através do questionário anexo ao Exame Nacional de Cursos, questões relevantes para a formulação de políticas de gênero, tais como trancamento de matrícula ou abandono temporário dos cursos superiores motivados por gravidez e/ou exercício de funções domésticas relacionadas à guarda e educação dos filhos.*
32. Estimular a inclusão de representantes da sociedade civil organizada nos Conselhos Universitários.**
33. Estimular as instituições de ensino superior a identificar, na educação básica, estudantes com altas habilidades intelectuais, nos estratos de renda mais baixa, com vistas a oferecer bolsas de estudo e apoio ao prosseguimento dos estudos.**
34. Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.**
35. Observar, no que diz respeito à educação superior, as metas estabelecidas nos capítulos referentes à educação a distância, formação de professores, educação indígena, educação especial e educação de jovens e adultos. (Plano Nacional de Educação, 2001, p. 89 - 94)

ANEXO B

Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005

Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

Alterada pela Lei nº 11.509, de 20 de julho de 2007.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 4º Para os efeitos desta Lei, as bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser concedidas, considerando-se todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades.

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou seqüencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.

Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo Prouni será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

Parágrafo único. O beneficiário do Prouni responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

Art. 4º Todos os alunos da instituição, inclusive os beneficiários do Prouni, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição.

Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

§ 1º O termo de adesão terá prazo de vigência de 10 (dez) anos, contado da data de sua assinatura, renovável por iguais períodos e observado o disposto nesta Lei.

§ 2º O termo de adesão poderá prever a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

§ 3º A denúncia do termo de adesão, por iniciativa da instituição privada, não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo Prouni, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares, e observado o disposto no art. 4º desta Lei.

§ 4º A instituição privada de ensino superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente poderá, alternativamente, em substituição ao requisito previsto no caput deste artigo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 5º Para o ano de 2005, a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá:

I - aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados;

II - alternativamente, em substituição ao requisito previsto no inciso I deste parágrafo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 19 (dezenove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 10% (dez por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 6º Aplica-se o disposto no § 5º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, e o disposto no caput e no § 4º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do exercício de 2006, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição.

Art. 6º Assim que atingida a proporção estabelecida no § 6º do art. 5º desta Lei, para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados,

a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo na proporção necessária para estabelecer aquela proporção.

Art. 7º As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao Prouni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I - proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º desta Lei;

II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

§ 1º O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do § 1º deste artigo, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que se enquadrem em um dos critérios dos arts. 1º e 2º desta Lei.

§ 3º As instituições de ensino superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento.

~~§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do Prouni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo os critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por 3 (três) avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei.~~

§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do Prouni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por duas avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.509, de 20 de julho de 2007)

§ 5º Será facultada, tendo prioridade os bolsistas do Prouni, a estudantes dos cursos referidos no § 4º deste artigo a transferência para curso idêntico ou equivalente, oferecido por outra instituição participante do Programa.

Art. 8º A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: (Vide Lei nº 11.128, de 2005)

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo recairá sobre o lucro nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, e sobre a receita auferida, nas hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, decorrentes da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 9º O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão sujeita a instituição às seguintes penalidades:

I - restabelecimento do número de bolsas a serem oferecidas gratuitamente, que será determinado, a cada processo seletivo, sempre que a instituição descumprir o percentual estabelecido no art. 5º desta Lei e que deverá ser suficiente para manter o percentual nele estabelecido, com acréscimo de 1/5 (um quinto);

II - desvinculação do Prouni, determinada em caso de reincidência, na hipótese de falta grave, conforme dispuser o regulamento, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

§ 1º As penas previstas no caput deste artigo serão aplicadas pelo Ministério da Educação, nos termos do disposto em regulamento, após a instauração de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e direito de defesa.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, a suspensão da isenção dos impostos e contribuições de que trata o art. 8º desta Lei terá como termo inicial a data de ocorrência da falta que deu causa à desvinculação do Prouni, aplicando-se o disposto nos arts. 32 e 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no que couber.

§ 3º As penas previstas no caput deste artigo não poderão ser aplicadas quando o descumprimento das obrigações assumidas se der em face de razões a que a instituição não deu causa.

Art. 10. A instituição de ensino superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social se oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de cursos de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais.

§ 1º A instituição de que trata o caput deste artigo deverá aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde.

§ 2º Para o cumprimento do que dispõe o § 1º deste artigo, serão contabilizadas, além das bolsas integrais de que trata o caput deste artigo, as bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudante enquadrado no § 2º do art. 1º desta Lei e a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa.

§ 3º Aplica-se o disposto no caput deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instalados a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei.

§ 4º Assim que atingida a proporção estabelecida no caput deste artigo para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo integrais na proporção necessária para restabelecer aquela proporção.

§ 5º É permitida a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão no Ministério da Educação, adotar as regras do Prouni, contidas nesta Lei, para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), em especial as regras previstas no art. 3º e no inciso II do caput e §§ 1º e 2º do art. 7º desta Lei, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a 10 (dez) anos, renovável por

iguais períodos, e respeitado o disposto no art. 10 desta Lei, ao atendimento das seguintes condições:

I - oferecer 20% (vinte por cento), em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, ficando dispensadas do cumprimento da exigência do § 1º do art. 10 desta Lei, desde que sejam respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

II - para cumprimento do disposto no inciso I do caput deste artigo, a instituição:

a) deverá oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral a estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de curso de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, observado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 10 desta Lei;

b) poderá contabilizar os valores gastos em bolsas integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), destinadas a estudantes enquadrados no § 2º do art. 1º desta Lei, e o montante direcionado para a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa;

III - gozar do benefício previsto no § 3º do art. 7º desta Lei.

§ 1º Compete ao Ministério da Educação verificar e informar aos demais órgãos interessados a situação da entidade em relação ao cumprimento das exigências do Prouni, sem prejuízo das competências da Secretaria da Receita Federal e do Ministério da Previdência Social.

§ 2º As entidades beneficentes de assistência social que tiveram seus pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos, nos 2 (dois) últimos triênios, unicamente por não atenderem ao percentual mínimo de gratuidade exigido, que adotarem as regras do Prouni, nos termos desta Lei, poderão, até 60 (sessenta) dias após a data de publicação desta Lei, requerer ao

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS a concessão de novo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e, posteriormente, requerer ao Ministério da Previdência Social a isenção das contribuições de que trata o art. 55 da Lei nº8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 3º O Ministério da Previdência Social decidirá sobre o pedido de isenção da entidade que obtiver o Certificado na forma do caput deste artigo com efeitos a partir da edição da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, cabendo à entidade comprovar ao Ministério da Previdência Social o efetivo cumprimento das obrigações assumidas, até o último dia do mês de abril subsequente a cada um dos 3 (três) próximos exercícios fiscais.

§ 4º Na hipótese de o CNAS não decidir sobre o pedido até o dia 31 de março de 2005, a entidade poderá formular ao Ministério da Previdência Social o pedido de isenção, independentemente do pronunciamento do CNAS, mediante apresentação de cópia do requerimento encaminhando a este e do respectivo protocolo de recebimento.

§ 5º Aplica-se, no que couber, ao pedido de isenção de que trata este artigo o disposto no art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 12. Atendidas as condições socioeconômicas estabelecidas nos §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei, as instituições que aderirem ao Prouni ou adotarem suas regras de seleção poderão considerar como bolsistas do programa os trabalhadores da própria instituição e dependentes destes que forem bolsistas em decorrência de convenção coletiva ou acordo trabalhista, até o limite de 10% (dez por cento) das bolsas Prouni concedidas.

Art. 13. As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, sem fins lucrativos, que adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei e que estejam no gozo da isenção da contribuição para a seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal, que optarem, a partir da data de publicação desta Lei, por transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins econômicos, na forma facultada pelo art. 7º-A da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, passarão a

pagar a quota patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de 5 (cinco) anos, na razão de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas.

Parágrafo único. A pessoa jurídica de direito privado transformada em sociedade de fins econômicos passará a pagar a contribuição previdenciária de que trata o caput deste artigo a partir do 1º dia do mês de realização da assembleia geral que autorizar a transformação da sua natureza jurídica, respeitada a gradação correspondente ao respectivo ano.

Art. 14. Terão prioridade na distribuição dos recursos disponíveis no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES as instituições de direito privado que aderirem ao Prouni na forma do art. 5º desta Lei ou adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei.

Art. 15. Para os fins desta Lei, o disposto no art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, será exigido a partir do ano de 2006 de todas as instituições de ensino superior aderentes ao Prouni, inclusive na vigência da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004.

Art. 16. O processo de deferimento do termo de adesão pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 5º desta Lei, será instruído com a estimativa da renúncia fiscal, no exercício de deferimento e nos 2 (dois) subseqüentes, a ser usufruída pela respectiva instituição, na forma do art. 9º desta Lei, bem como o demonstrativo da compensação da referida renúncia, do crescimento da arrecadação de impostos e contribuições federais no mesmo segmento econômico ou da prévia redução de despesas de caráter continuado.

Parágrafo único. A evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das instituições privadas de ensino superior será acompanhada por grupo interministerial, composto por 1 (um) representante do Ministério da Educação, 1 (um) do Ministério da Fazenda e 1 (um) do Ministério da Previdência Social, que fornecerá os subsídios necessários à execução do disposto no caput deste artigo.

Art. 17. (VETADO).

Art. 18. O Poder Executivo dará, anualmente, ampla publicidade dos resultados do Programa.

Art. 19. Os termos de adesão firmados durante a vigência da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, ficam validados pelo prazo neles especificado, observado o disposto no § 4º e no caput do art. 5º desta Lei.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 21. Os incisos I, II e VII do caput do art. 3º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Nacional, Atleta Internacional Olímpico e Paraolímpico, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil;

II - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva, exceto os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil;

.....

VII - estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil." (NR)

Art. 22. O Anexo I da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo I desta Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Tarso Genro

ANEXO C

DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º.

Parágrafo único. O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art. 5º O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

I - o plano de reestruturação, observado o art. 4º;

II - estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3º, vinculando o progressivo incremento orçamentário às etapas previstas no plano.

Art. 6º A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.

Art. 7º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da
República. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

ANEXO D

Cronologia da implantação do *campus* Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos

_ Em 04/03/2005, o Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos (ConsUni) autoriza (Resolução ConsUni nº 495) a criação de um *campus* na região de Sorocaba.

_ Em 05/05/2005, é publicada a Portaria GR nº 110/05 que autoriza a implantação de um *campus* da UFSCar na região administrativa de Sorocaba.

_ Em 19/08/2005, é realizada cerimônia de assinatura dos convênios de cooperação com o Ministério de Educação e a Prefeitura Municipal de Sorocaba para implantação do *campus* Sorocaba.

_ Em 30/01/2006, é nomeado (Portaria GR 294/06) o Prof. Dr. José Salatiel Rodrigues Pires para exercer, *pro-tempore*, a função de Diretor do *campus* da UFSCar em Sorocaba.

_ Em janeiro de 2006, a Prefeitura Municipal de Sorocaba aluga o prédio de empresa NCH, situada à Avenida Darci Carvalho Dafferer, 110, Bairro do Alto da Boa Vista, para instalação da administração da UFSCar/Sorocaba.

_ Em 06/03/2006, as atividades dos cursos Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Ciências Biológicas, Bacharelado em Engenharia de Produção e Bacharelado em Turismo foram iniciadas nas dependências da Faculdade de Engenharia de Sorocaba – FACENS, alugada pela Prefeitura Municipal de Sorocaba.

_ Em 13/04/2006, estiveram no *campus* Sorocaba o Presidente da República, o Ministro da Educação e várias autoridades federais, estaduais e municipais, para o lançamento da pedra fundamental da UFSCar/Sorocaba.

_ Em 05/03/2007, as atividades do curso de Engenharia Florestal foram iniciadas nas dependências da Faculdade de Engenharia de Sorocaba – FACENS.

_ Em 17/03/2008, as atividades didáticas foram iniciadas no *campus*, situado à Rodovia João Leme dos Santos km, 110. Tiveram início também as atividades dos cursos de Bacharelado em Ciências Econômicas e Bacharelado em Ciência da Computação.

_ Em 23/06/2008, é inaugurado o *campus* Sorocaba pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad.

_ Em 09/03/2009, tiveram início, no *campus* Sorocaba, as atividades dos cursos de Bacharelado em Administração, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Física e Licenciatura em Pedagogia.

_ Em 01/02/2010, é nomeado (Portaria GR nº 412) o Prof. Dr. Isaías Torres para exercer a função de Diretor do *campus* Sorocaba, com mandato de 4 anos.

_ Em 20/08/2010, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugura o *campus* Sorocaba.